

# SUAPE Global / SUAPE Local

---

## O Caminho Sinuoso do Desenvolvimento Integrado

**Workshop**  
**Setembro 15 / Outubro 2009**

**EcoPolis Master em políticas ambientais e territoriais para  
a sustentabilidade e o desenvolvimento local**



# Partecipantes

**Director del Master**  
Prof. Gianfranco Franz (UNIFE)

**Tutores**

Dott.ssa. De Menna Emanuela (UNIFE)  
Mgr. Delaune, Gregory (UNIFE)  
Dott. Dini, Marco (UNIFE)  
Dott.ssa Perez Roxana (UNIFE)  
Mgr. Sardo, Daniel (UCC-UNIFE)  
Dott. Zupi, Massimo (UNICAL)



**ALUNOS ECOPOLIS**

Valentino Aleotti (Italia)  
Jeanmy Ballestas Ruedas (Colombia)  
Sara Blandolino (Italia)  
Luca Barraco (Italia)  
Marcello Folegatti (Italia)  
Tatiana Fonti (Argentina)  
Valeria Groppo (Argentina)  
Nora Guanes (Paraguay)  
Francesca Indolfi (Italia)  
Elisa Leggieri (Italia)  
Maria Vittoria Mastella (Italia)  
Paola Maria Miranda Morales (Colombia)  
Francesca Palli (Italia)  
Mariana Rietti (USA/Brasil)  
Camilla Sabbatini (Italia)  
Jua Paulo Schwerz (Brasil)  
Fernanda Secco (Brasil)  
Nicola Simboli (Italia)  
Ornella Sottile (Italia)  
Roberto Tinella (Italia)  
Eros Toppiano (Italia)

**ALUNOS 'UNIVERSITA' DEGLI STUDI DI FERRARA**

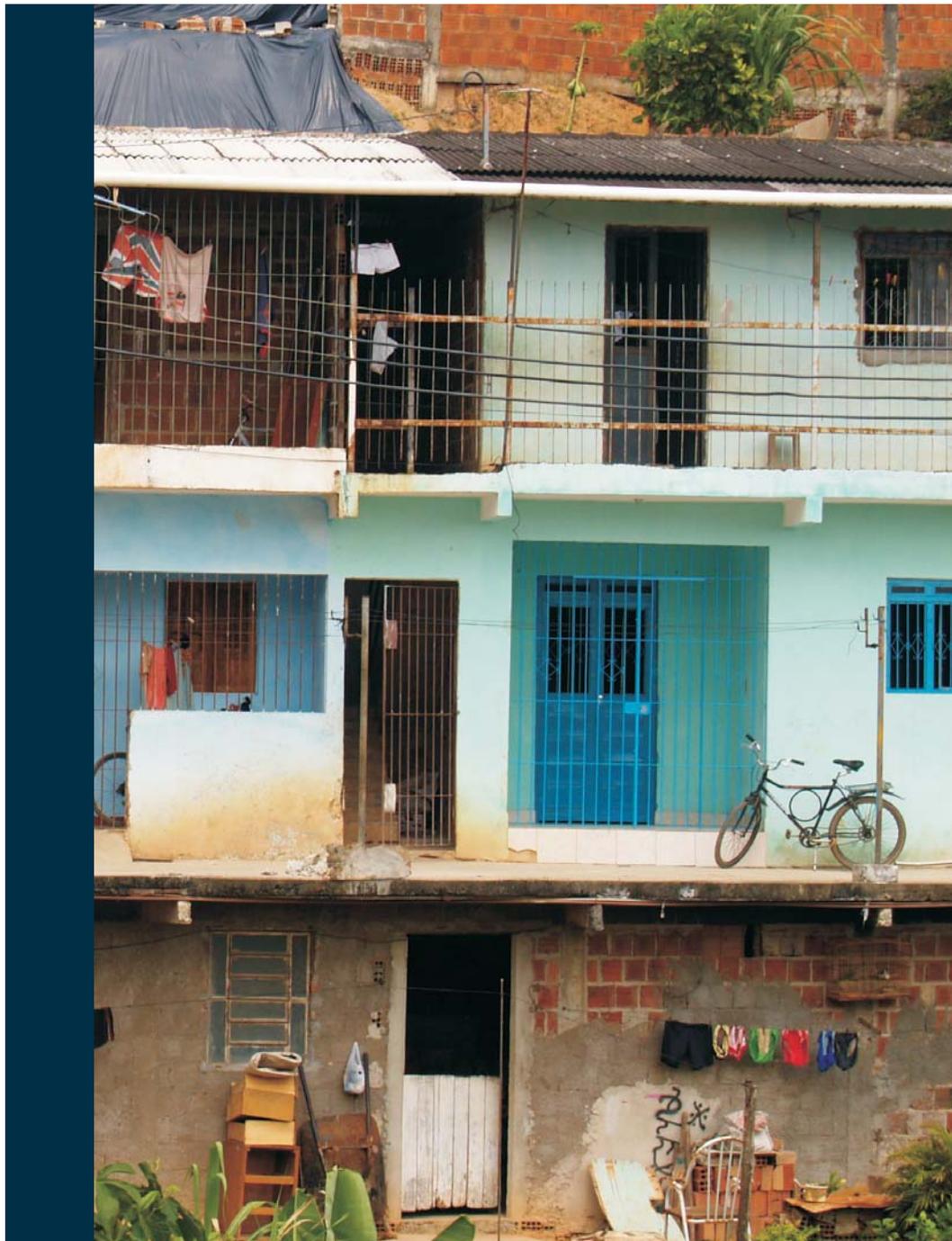
Margherita Bernardi (Italia)  
Chiara Porretta (Italia)

**ALUNOS PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ**

Suelen Fuchs (Brasil)

**PARTECIPANTES LOCAIS**

Ana Cláudia Arruda (SEBRAE)  
Catarina Jucá (DIAGONAL URBANA)  
Maria Clézia Pinto (BANCO DO NORDESTE S.A.)  
Ericka Silva Felix (IEL)



O Máster  
Introdução

O Máster

O Projeto Suape Global

Suape Global

Leitura do território  
Análises de governança e instituições  
Análise Econômica  
Análises de Dinâmicas Urbanas  
Análises Território e Ambiente  
Exemplos Negativos  
Cenários Negativos  
Cenários Combinados  
Cenário Extremo  
Potencialidade

Suape Global / Suape Local

Chave de Leitura  
Estratégia: dos Objetivos a os Projetos  
Quadro dos Propostas  
Governança Estratégica  
Suape, um Pacto para o Desenvolvimento  
Instrumentos  
Plano Territorial  
A governança para o Plano territorial  
Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) Métodos  
Tecnológica para a Gestão do Território Um SIG Por um Sistema  
Produtivo  
Um SIG para os Assentamentos e as Cadeias Produtivas Informais  
Uma Ferramenta para a Valorização e Preservação do Meio Ambiente  
GAS com SIG  
A Aplicação Local do Método de Planejamento "form-based"

Projetos  
Cadeia de Reciclagem  
Coleta e Reciclagem  
Cluster de Reciclagem  
Gestão Integrada dos Resíduos  
Criação de um Sistema Turístico Territorial  
Agricultura "Km 0"  
Suape, Paisagem do Açúcar - Litoral  
Sul de Pernambuco  
Marca Territorial de Qualidade

Suape Local

Conclusões

Bibliografia

# 0 MASTER

Suape Global

Suape Global / Suape Local

Suape Local



Massimo (Italia)

Nicola (Italia)

Francesca (Italia)

Camilla (Italia)

Fernanda (Brasil)

Margherita (Italia)

# O Máster

## APRESENTAÇÃO

Eco-Polis, Máster Internacional em Políticas Ambientais e Territoriais para a Sustentabilidade Local é um curso itinerante de formação avançada e multidisciplinar.

Eco-Polis tem como finalidade transmitir os conhecimentos e práticas mais inovativas em matéria de sustentabilidade e desenvolvimento local, através do cruzamento de um amplo espectro de conhecimentos específicos.

O nome mesmo do Máster Eco-Polis, sintetiza o objetivo cultural, científico e didático de conjugar as dimensões da economia e da ecologia com aquelas do território e da cidade, do ambiente e da paisagem.

A visão estratégica de Eco-Polis está orientada à prover os instrumentos para perseguir o desenvolvimento econômico, social e espacial, ecologicamente orientado e democraticamente participativo nos processos de governo, na promoção das políticas e na definição dos instrumentos.

Portanto, o objetivo do Máster Internacional Eco-Polis é formar os graduados em diversas disciplinas com conhecimentos técnicos e culturais sólidos e específicos, desenvolvendo assim, uma visão sistêmica dos problemas e das possíveis soluções em diversas escalas e sobre as diversas dimensões de governo, de desenvolvimento e do território.

Da análise das políticas à dimensão do planeamento;  
Da dimensão da programação até a escala do projeto;

Da lógica e da técnica de avaliação até o problema da gestão.

Eco-Polis propõe um modelo de formação multidisciplinar fundamentado sobre a integração das competências e o enfrentamento entre diversos enfoques multidisciplinares (direito, economia, ecologia, planeamento) e práticos. Os docentes do Máster são especialistas do mundo académico, da administração pública, profissional e empresarial. Os conteúdos didáticos se dividem em momentos teórico-metodológicos e momentos prático-projetuais, com ilustrações e discussão de casos de estudos concretos e realizados. Como complemento do curso de estudos, as competências dos estudantes serão confrontadas através de trabalhos de workshop (Itália e América Latina), durante os quais se promove a prática de trabalho em grupo com docentes e profissionais.

A característica específica do Máster Eco-Polis é de ser um curso itinerante, que se desenvolve em distintas sedes, nações e com o apoio de docentes de diversas universidades e países. Este enfoque é destacado como fundamental já que ajuda a superar os restritos enfoques que frequentemente abatem as práticas da sustentabilidade e do desenvolvimento local.

Desta forma, os estudantes têm a possibilidade de conhecer realidades profundamente diversas, desenvolvendo a capacidade de elaborar propostas adequadas ao contexto no qual lhes corresponde a operar. Eco-Polis tem o objetivo de ampliar os horizontes culturais e técnicos de referência dos alunos, favorecendo a construção de redes transnacionais e a realização de experiências de estudo e trabalho em outros países.

# Introdução

## O caminho sinuoso do desenvolvimento integrado

Suape é uma palavra indígena que significa “Caminhos sinuosos”.

Cada território deve buscar um caminho próprio que o leve ao desenvolvimento; não é possível imaginar tal caminho como um percurso direto que transforma ou destrói tudo aquilo que encontra pela frente, uma linha reta proporcional somente ao andamento do PIB. Os caminhos do desenvolvimento são determinados pelas características e pelas peculiaridades do território. O território, tomado como ambiente natural, antrópico e cultural compreendido pela sua população local, não é um sujeito neutro que absorve passivamente as recaídas dos investimentos econômicos, mas representa um somatório de valores e recursos não negociáveis. Somente através da construção de um caminho sinuoso que compreenda tais valores e recursos é possível alcançar um desenvolvimento que seja integrado e sustentável, de maneira que o preço a pagar não seja demasiadamente elevado para o ambiente, para a sociedade e as comunidades locais.

Suape Global hoje representa um sonho, uma ocasião, uma esperança de desenvolvimento de um território inteiro. O termo “global”, usado no slogan escolhido para promover a iniciativa testemunha a vontade de um país inteiro, Brasil, de posicionar-se no cenário mundial, de abrir-se a relações cada vez mais amplas, que superam os limites nacionais, para interceptar fluxos de dinheiro, produção, tecnologia, conhecimento.

Esta aspiração, legítima e que deve necessariamente ser alimentada, arrisca obscurecer a dimensão local do desenvolvimento. É iminente, de fato, o risco de um possível conflito entre “Suape Global” e “Suape Local”, entre o desejo de projetar seu futuro e o dever de gerir e prevenir as recaídas negativas.

Portanto, o trabalho proposto indica um percurso que, partindo da oportunidade “Suape Global” e passando pela representação dos potenciais conflitos entre “Suape Global” e “Suape Local”, aporta à definição de uma lógica de integração entre as duas dimensões. Tal lógica comporta o reconhecimento do papel de “Suape Local”. Nesta ótica, “Suape Global” e “Suape Local” não representam mais duas entidades em contraposição e em conflito, mas se sustentam e se reforçam reciprocamente.

As fases de trabalho

A primeira parte do trabalho visou o desenvolvimento de uma fase de análise, subdividida em quatro setores de pesquisa considerados estratégicos para o território: economia, território e ambiente, dinâmicas urbanas e governance e instituições. Tal trabalho de análise foi conduzido através de levantamentos de campo,

encontros e entrevistas com atores institucionais e da sociedade civil e palestras sobre aspectos específicos. Os resultados das pesquisas foram sintetizados através do método FOFA, obtendo assim uma representação das forças e das debilidades do território, bem como dos principais riscos e oportunidades.

Os riscos assim individuados foram a base para a construção de possíveis cenários negativos, cujo significado é aquele de ilustrar e tornar mais evidentes (mesmo com algumas representações visíveis de impacto) as consequências negativas de uma gestão não integrada e não sustentável do processo de desenvolvimento em curso. Do ponto de vista metodológico não se trata de uma rigorosa aplicação da técnica de construção de cenários, mas de um modo para tornar eficaz a comunicação sobre os perigos cujo território vai de encontro. Os cenários negativos foram precedidos de um repertório de exemplos negativos que ilustra situações análogas que determinaram pesadas recaídas negativas sobre o território e sobre o ambiente, porque não foram corretamente guiadas.

Esta parte do trabalho se fecha com a representação do cenário pessimista, resultado da contemporânea realização de todas as ameaças. Tal cenário extremo serve de aviso, mas também do ponto de partida para individuar um caminho virtuoso para o território de Suape. Isto foi feito selecionando as múltiplas potencialidades do território e indicando uma chave de leitura: “o território necessita de Suape, mas Suape também necessita do território”.

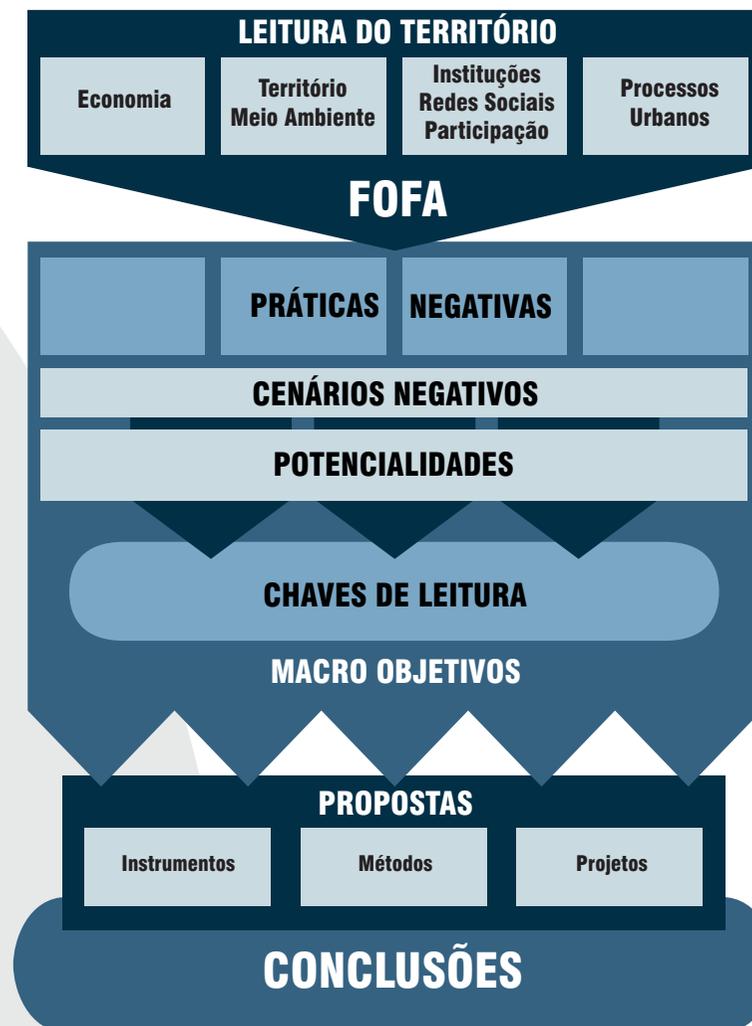
A individuação de uma chave de leitura única consente selecionar os objetivos principais e estruturar as propostas operativas. O quadro complexo das propostas é articulado em instrumentos de caráter geral, método e projetos que são acompanhados da indicação de um sistema de governance estratégica que guie o processo inteiro.

A última parte do trabalho é dedicada ao aprofundamento das propostas. Não se trata obviamente de um tratamento exaustivo, mas de um rico repertório de sugestões, recomendações, metodologias, considerados idôneos para indicar a direção de um desenvolvimento integrado às dinâmicas atualmente em curso no território.

O trabalho se conclui com uma síntese de sugestões voltadas tanto ao setor público, quanto ao sistema indústria e ao sistema “S”, enquanto sujeitos-chave para o governo dos processos que incidem sobre o território de Suape.

SUAPE  
Global

SUAPE  
Local





# SUAPE GLOBAL

o Master

Suape Global / Suape Local

Suape Local

# Suape Global



## COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE

O Complexo Industrial Portuário de Suape encontra-se localizado no litoral Sul do Estado de Pernambuco, Região Nordeste do Brasil. O Estado de Pernambuco é o segundo maior centro econômico da região Nordeste. Conta com uma área geográfica de 98,5 mil km<sup>2</sup> e abriga uma população de cerca de 8,5 milhões de habitantes, tendo um Produto Interno Bruto estimado em US\$ 25,8 bilhões e PIB per capita de US\$ 3.050,00. A população é predominantemente urbana e fortemente concentrada na capital, Recife.

O complexo industrial de Suape possui grande potencial de desenvolvimento constituindo-se uma das principais vantagens competitivas de Pernambuco e da Região Nordeste no processo de atração de investimentos nacionais e internacionais, ocupa uma área de 13.500 hectares e possui localização privilegiada e estratégica em relação às principais rotas marítimas de navegação, conectando-se com mais de 160 portos em todos os continentes.



O mapa a seguir apresenta a localização estratégica de Suape na Região Nordeste do Brasil. Cumpre destacar que a 800 km no entorno da cidade do Recife, gera-se 90% da economia regional.

O Porto de Suape, localizado no complexo industrial, com capacidade de receber grandes navios, possui calado de 15,5 metros e é dotado de moderna infra-estrutura física e operacional, com terminais de containers, com capacidade de 400.000 TEU's por ano, equipado com modernos containers - 65 toneladas; terminal de minérios; terminal de carga geral; e, em construção, terminais especializados em grãos, granéis sólidos e novo terminal de containers. Possui parque de tancagem de granéis líquidos e gases, com 520.000 metros cúbicos de sistema de atracação monitorada a laser, central de facilitação de desembarço aduaneiro, extensa retroárea para expansão das atividades de movimentação e



estocagem de mercadorias, área física para a implantação de indústrias e está interligado à rede rodoviária.

O Porto de Suape vem se destacando, ao longo dos últimos dez anos, em um excelente destino para investimentos externos, devido às oportunidades geradas por demanda identificada por terminais de grãos, granéis sólidos, açúcar, petróleo, derivados de petróleo e etanol, além de terminal de regaseificação de gás natural liquefeito.

O quadro a seguir apresenta os principais investimentos estruturadores em fase de implantação no Estado de Pernambuco. É necessário ressaltar que tais investimentos vão alterar o perfil produtivo não só do Estado, bem como de toda a Região Nordeste do Brasil, abrindo oportunidades de atração de investimentos e intercâmbios internacionais.

### Dentre os empreendimentos em negociação, destacam-se:

EMPREENHIMENTOS EM NEGOCIAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO	
Atividades	Investimentos (*) em US\$ (x1.000)
Terminal de açúcar	53.000
Terminal de grãos	60.000
Terminal de minérios	150.000
Terminal de regaseificação	400.000
Centro de distribuição de peças	6.700
Montadoras de automóveis	2.000.000
3 novas usinas termelétricas (2x350MW e 1x700MW)	1.600.000
1 nova usina termelétrica (600 MW)	1.000.000
Unidade de calcinação de coque de petróleo	150.000
Unidade de produção de tintas marítimas e industriais	30.800
Unidade de produção de ETBE	580.000
Processadora de celulose	2.500.000
Plantas de gases	400.000
Novo terminal de containers	150.000
Moinho de trigo	100.000
Unidade produtora de pás para turbinas eólicas	200.000
Fábrica de pneus	120.000
Unidade de construção de guindastes	25.000
Siderúrgica	600.000
<b>Total</b>	<b>10.125.300</b>

(\*) Estimado (posição 05/07/09)  
Fonte: Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco, 2009.

### Empreendimentos estruturadores em fase de implantação no Estado de Pernambuco.

Empresa	Atividades	Área (ha)	Situação atual	Investimentos (*)
				em US\$ (x1.000)
1 Petrobras / PDVSA	Refinaria de petróleo	630,0	Em obras	10.000.000
2 Petroquímica Suape	Fábrica de PTA	16,0	Em obras	1.000.000
3 Petroquímica Suape	Fábrica de POV	20,0	Em obras	442.000
4 Petroquímica Suape	Fábrica de PET	19,0	Em obras	266.000
5 Estaleiro Atlântico Sul	Estaleiro	156,0	Em obras	780.000
6 CSN	Siderúrgica	337,00	A ser iniciada	6.000.000
Subtotal				18.488.000

Além do Complexo Industrial e Portuário de Suape, Estado de Pernambuco é dotado de extensa infraestrutura, que inclui:

- ≪ moderno Aeroporto Internacional Gilberto Freyre, com capacidade para 5 milhões de passageiros por ano e pista de 3.305 metros;
- ≪ centros de ensino e pesquisa de excelência reconhecidos internacionalmente;
- ≪ Competente base científica e tecnológica e recursos humanos qualificados , com destaque para a UFPE, Universidade Estadual, UFRPE, UNIVASF e Universidade Católica. O Estado dispõe de mais de 3.000 PhDs e mestres e de 2.336 pesquisadores CNPQ;
- ≪ Escolas técnicas especializadas com estruturas de formação voltadas para a qualificação profissional a exemplo do CEFET, ETEPAM e SENAI;
- ≪ Elevar significativamente a qualidade de ensino básico e médio e do interesse pelo conhecimento entre os alunos.
- ≪ Competência em tecnologia da informação e comunicação e prestação de serviços especializados na Região Metropolitana do Recife- RMR, a exemplo do Porto Digital que reúne 107 empresas na área de TIC geram 4.800 postos de trabalho(90% com curso superior).A cidade do Recife possui também uma gama de serviços especializados de consultoria nacionalmente reconhecidas nas áreas de engenharia, direito, contabilidade, auditoria entre outras.
- ≪ Atenção ao processo de ocupação que ocorrerá coordenando esforços de planejamento de novas intervenções de infra-estrutura econômica e social no território estratégico de Suape que deveria ser sustentável.

# Suape Global



## O QUE É A INICIATIVA SUAPE GLOBAL

**SUAPE GLOBAL** consiste em um conjunto de iniciativas que têm como objetivo estruturar, no Estado de Pernambuco, Região Nordeste do Brasil, um Pólo Nacional fornecedor de Bens e Serviços para a indústria de petróleo, gás natural, off shore e naval na Região de Suape, através do envolvimento de vários atores.

A idéia central da Iniciativa SUAPE GLOBAL é consolidar os seguintes objetivos:

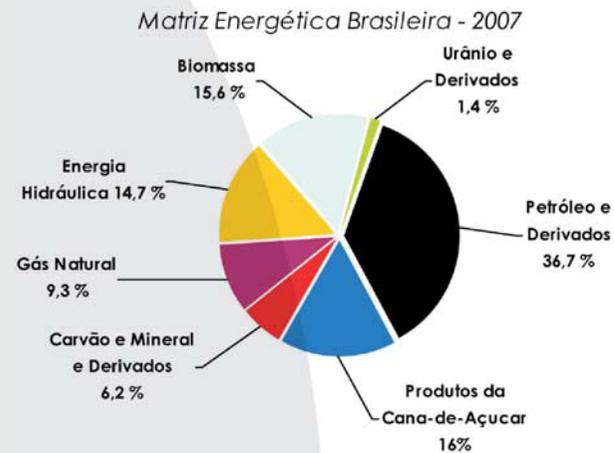
- desenvolvimento de uma atividade industrial local inovadora e de forte base científica e tecnológica, para os próximos 50 anos;
- consolidar a região de SUAPE como a melhor alternativa no Brasil para abrigar investimentos da cadeia produtiva de petróleo, gás, off shore e naval, criando efeitos multiplicadores na região de influência.

Para o alcance desses objetivos estratégicos a iniciativa SUAPE GLOBAL contará com um moderno modelo de gestão sob a coordenação da UFPE- Universidade Federal de Pernambuco, Governo Estadual e entidades do setor privado ( Sistema FIEPE e Sistema S)

## PRINCIPAL MOTIVAÇÃO DA INICIATIVA SUAPE GLOBAL

A principal motivação da Iniciativa SUAPE GLOBAL é decorrente das perspectivas de crescimento da economia brasileira apoiada sobretudo nas novas descobertas de petróleo (poço no campo petrolífero de Tupi, localizado na Bacia de Santos, Estado de São Paulo) novas formas de extração (pré-sal) e a diversidade e abundância de fontes de energia. A chamada camada pré-sal é uma faixa que se estende ao longo de 800 quilômetros da costa brasileira. O petróleo encontrado nessa área está a uma profundidade de 7 mil metros, abaixo de uma extensa camada de sal. O Poço Tupi tem uma reserva estimada pela Petrobrás entre 5 e 8 bilhões de barris de petróleo.

O gráfico a seguir apresenta a rica matriz energética brasileira.



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética, 2007

A principal estratégia da Petrobrás tem sido a de estimular a indústria nacional através do incentivo de pólos de desenvolvimento provedores em diversas regiões do país. É dentro desta estratégia que o Estado de Pernambuco está inserido.



# SUAPE GLOBAL SUAPE LOCAL

o Master

Suape Global

Suape Local

# Leitura do território

## GRUPOS

Para completar a parte de análise do estudo, o grupo de pesquisa e os tutores foram divididos estrategicamente em grupos direcionados à aspectos particulares do território. Estes grupos foram estruturados para maximizar as competências profissionais dos participantes, permitindo ainda uma relação interdisciplinar que abarcasse os diferentes conhecimentos específicos. Os levantamentos de campo e entrevistas foram subsequentemente estruturados para incluir representantes de todos os grupos, sobre o foco particular das atividades de campo. O direcionamento dos grupos incluiu:

### GOVERNANCE:

**Elisa Leggieri** (Itália) – Socióloga Urbana  
**Emanuela De Menna** (Itália) – Planejadora/Arquiteta  
**Fernanda Secco** (Brasil) – Arquiteta Urbanista  
**Francesca Palli** (Itália) – Cientista Relações Internacionais  
**Mariana Rietti** (EUA/ Brasil) – Historiadora da Arte  
**Nicola Simboli** (Itália) - Filósofo

### DINÂMICAS URBANAS:

**Camilla Sabattini** (Itália) - Arquiteta  
**Chiara Porretta** (Itália) - Arquiteta  
**Gregory Delaune** (EUA) – Planejador/Arquiteto  
**Sara Blandolino** (Itália) - Arquiteta  
**Suélen Fuchs** (Brasil) – Arquiteta (estudante)  
**Tatiana Fonti** (Argentina) - Arquiteta  
**Valeria Groppo** (Argentina) - Arquiteta

### ECONOMIA:

**Ana Cláudia Arruda** (Brasil) - Economista  
**Daniel Sardo** (Argentina) - Arquiteto  
**Ericka Silva Félix** (Brasil) - Administradora  
**Francesca Indolfi** (Itália) - Filósofa  
**Luca Barraco** (Itália) – Cientista Político  
**Maria Clézia Pinto** (Brasil) - Economista  
**Nora Guanes** (Paraguai) – Turismóloga  
**Ornella Sottile** (Itália) - Economista  
**Valentino Aleotti** (Itália) - Economista

### TERRITÓRIO E AMBIENTE:

**Catarina Jucá** (Diagonal Urbana) - Advogada  
**João Paulo Scherz** (Brasil) – Arquiteto Urbanista  
**Marcello Folegatti** (Itália) – Químico Industrial  
**Margherita Bernardi** (Itália) – Arquiteta  
**Maria Vittoria Mastella** (Itália) - Arquiteta  
**Massimo Zupi** (Itália) - Engenheiro  
**Paola Maria Miranda Morales** (Colômbia)–Engenheira Ambiental  
**Roberto Tinella** (Itália) – Cientista Ambiental

### SISTEMA INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS:

**Eros Toppino** (Itália) – Planejador Territorial  
**Jeanmy Ballestas Ruedas** (Colômbia) - Arquiteta



Palestras e Trabalho de Grupo



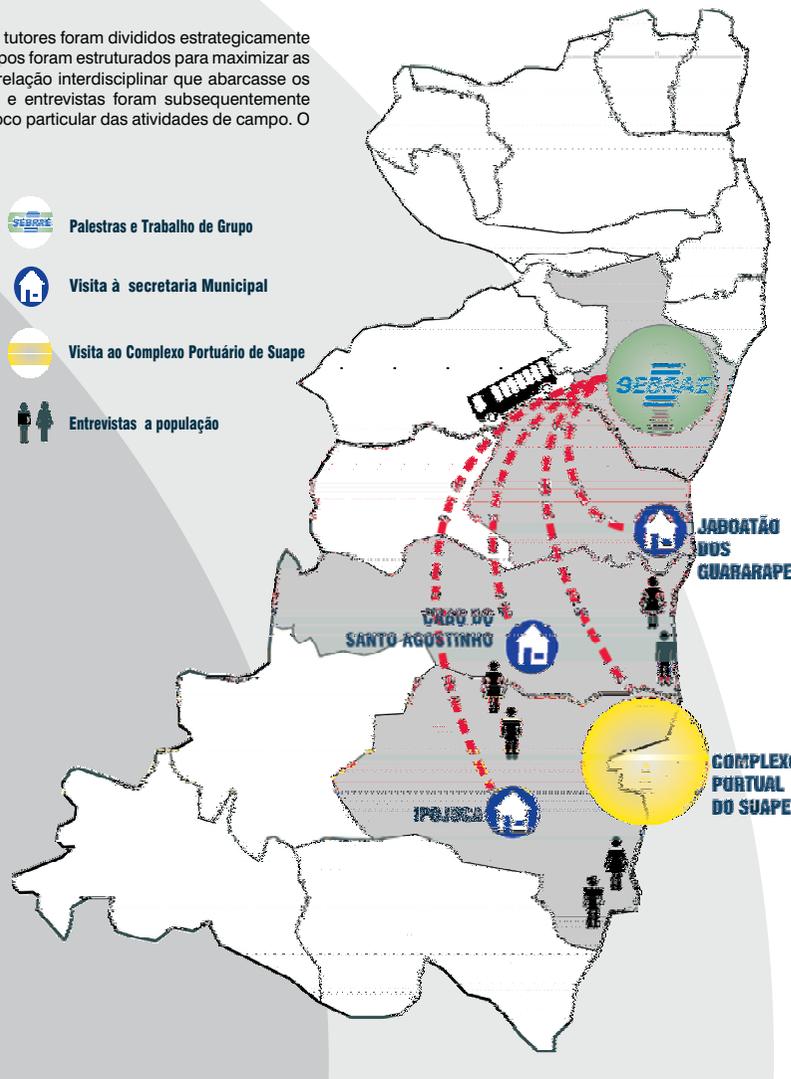
Visita à secretaria Municipal



Visita ao Complexo Portuário de Suape



Entrevistas a população



## PALESTRAS e VISITAS

- 15/09: SEBRAE**  
 CONPEDE FIDEM :Luiz Quental, Ruskin Freitas e Antônia Santamaría
- 16/09: SEBRAE**  
 Sistema FIEPE: Antônio Sotero  
 PROMINP  
 IBN  
 ONIP  
 SENAI: Uaci Matias  
 SEBRAE: Gustavo Aguiar  
 BNDES: Fernando Castilhos  
 SIMMEPE: Girley Brasileiro
- 17/09: VISITAS e PALESTRAS**  
 Complexo Portuário de Suape  
 Refinaria  
 Estaleiro Atlântico Sul  
 Desenvolvimento Econômico de Suape, Plano Diretor de Suape e Suape Global
- 18/09: SEBRAE**  
 BNB: Marcelo Guimarães  
 SESI: Cristina Antero  
 Sistema FIEPE: Antônio Sotero
- 19/09: VISITA**  
 Porto de Galinhas
- 21/09: SEBRAE**  
 BID DT: Paco e Marco Dini  
 TI: Cláudio Marinho
- 22/09: VISITAS**  
 Secretaria Municipal do Cabo de Santo Agostino: Alex Gomes  
 Secretário de Planejamento Econômico do Cabo de S. Agostinho
- 23/09: SEBRAE**  
 Trabalho de Grupo com estudantes  
 BETÃO: Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Setor Metalúrgico  
 TGI: Fátima Brayner
- 24/09: VISITAS**  
 Secretaria de Infra- Estrutura de Ipojuca: Simone Osias  
 SESI e SENAI DO Cabo de Santo Agostinho  
 Ipojuca: Gisele Lourenco, Articuladora de COMTUR Ipojuca  
 Associação Agricultores familiares  
 Associação Moradores  
 Segreteria acoes social  
 Centro Promocao do Cultura  
 Casa das Artes  
 Maracatu Nascer do Sol  
 ASBECA Associação beneficiante do distrito de Camela
- 25/09: SEBRAE**  
 Trabalho de Grupo com estudantes  
 Consultoria Projetc: José Resena  
 Diagonal Urbana: Deise Coelho  
 Presidente Sindicato Metalmeccanici Pernambuco  
 CONDEPE/FIDEM
- 1/10: SEBRAE**  
 Sebrae Cabo de San.o Agostinho: Valeria Augusta, Gestora do Projeto Petroleo e Gas  
 ARCOR do Brasil, Ltda. Planta Recife: Gerente Umberto Vallerini, Claudia Olivera, Consultora de Capital Humano.  
 Conselho estadual de meio ambiente.  
 RDS Litoral Sul: Fátima Carvalho (SBPC), Giannina Cysneiros (SECTMA);  
 Francisco Araújo (UPE) e Fausto Pontual (SDEC).  
 Giannina Cysneiros (SECTMA)

# Análises de Governança e Instituições

## Introdução Geral

### INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo sobre instituições e participação é analisar o processo de governança no Território Suape, que compreende a área industrial e municípios do entorno (área de influência).

Definiremos como Governança o “conjunto de normas (leis), valores e organizações (instituições) que contribuem a estimular a capacidade dos atores locais a desenvolver estratégias comuns” (Dini-Perez). Para uma melhor avaliação deste processo foram utilizadas três chaves de leitura: a nível institucional, a nível de organizações e de sociedade.

Entendemos que com essa divisão se compreende melhor como é a articulação entre os atores que

promovem o desenvolvimento econômico e territorial, e os vínculos entre as instituições em todos os níveis, como também com os setores da sociedade.

As informações foram obtidas através de consultas a alguns documentos de planejamento e programas implantados, diferenciados entre previstos por lei e voluntários, e através de entrevistas a atores chaves, como representantes de empresas, prefeituras e de associações. A análise foi conduzida fazendo-se referimentos principalmente as seguintes temáticas:

- ≠ Como foi desenvolvido o processo
- ≠ Quais os atores participantes da elaboração dos Planos e Programas

- ≠ Quais os mecanismos de diálogo entre os atores
- ≠ Se esses Planos ou Programas são estabelecidos por lei
- ≠ Avaliação das formas de participação
- ≠ Quem organiza as formas de participação (ex: Audiências, Fóruns)
- ≠ Como são escolhidos os atores
- ≠ Se essas formas de diálogo e participação tem obtido sucesso

A estrutura deste capítulo ilustra a documentação analisada e é articulada nos seguintes pontos:

Planos Institucionais:  
Planos Diretores dos Municípios de Ipojuca, Cabo de

Santo Agostinho e Escada.  
Planos Voluntários:  
Orçamento Participativo do Cabo de Santo Agostinho  
Plano Estratégico de Suape  
Programas:  
Projeto Petróleo - Gás – Unidade de Negócios Mata Sul  
Projeto Vínculos – Pernambuco

Como consequência foi desenvolvida uma análise FOFA e uma síntese das principais questões. Durante as pesquisas não foi possível recolher todas as informações necessárias, para tanto seria preciso um aprofundamento nos estudos das leis vigentes como também outras tantas entrevistas.



# Análises de Governança e Instituições

## Análises dos Planos Institucionais

### PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS: ASPECTOS GERAIS

O Plano Diretor, segundo a Lei Federal 10.257/01 é um pacto entre a sociedade civil e os poderes Executivo e Legislativo Municipais para orientar o desenvolvimento urbano. A lei promove a participação da população através de audiências públicas e debates, nos quais tomam parte cidadãos e associações representativas de vários segmentos da cidade (cap. 3 art. 39, 40). Também a lei estabelece o princípio de transparência do processo de elaboração da mesma e do documento final. Os atores que contribuem para a elaboração e definição dos Planos Diretores são: a Prefeitura Municipal, a Câmara de Vereadores e representantes da sociedade.

#### Plano diretor de Ipojuca

O Plano Diretor de Ipojuca foi elaborado no tempo de um ano e meio, baseado no Programa Agenda 21 local, que define uma melhor relação entre as autoridades e comunidades no planejamento e execução das políticas públicas, e nas considerações ao fim de treze laboratórios de discussão organizados pelo Município e com a participação da população através de Associações diversas, ONGs, Sindicatos, Empresários. O resultado final foi aprovado pela Câmara de Vereadores e em última instância pelo Prefeito Municipal.



Processo de elaboração do Plano Diretor de Ipojuca. Fonte: elaborado a partir de interpretação do Plano Diretor de Ipojuca

### PLANO DIRETOR DE CABO DE SANTO AGOSTINHO

Dentro do Plano Diretor de Cabo de Santo Agostinho foi encontrado um interessante projeto de Plano de Gestão Urbana, que consiste na realização de atividades que tem por objetivo ordenar as funções da cidade e direcionar o desenvolvimento urbano.

Este projeto prevê que a gestão urbana será exercida pelo município, que terá a função de mobilizador, articulador e coordenador da formulação do projeto de desenvolvimento da cidade e também órgão decisório e gestor das ações municipais. Porém esse plano também prevê que esta gestão tenha a participação da sociedade e se dará da seguinte forma: serão realizadas audiências públicas e assembleias territoriais de políticas urbanas sempre que houver necessidade.

Estão previstas a realização de Conferências Municipais de Política Urbana a cada dois anos. Nessa ocasião serão avaliadas as diretrizes e a implementação do plano diretor e também poderão ser debatidas críticas, sugestões e adequações de estratégias para o próximo biênio.

As propostas emergidas destas reuniões serão discutidas, analisadas e sistematizadas pelo Conselho de Controle Urbanístico que será composto de 12 membros, sendo 6 representantes do poder público e 6 representantes da sociedade civil, assim distribuídos: do Poder Público: 1

representante da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Ambiental, 1 representante da Secretaria de Assuntos Jurídicos e Defesa da Cidadania, 1 representante do Complexo Industrial-Portuário de Suape, 1 representante do Poder Legislativo Municipal, 1 representante da Agência de Planejamento Metropolitano, 1 representante do Órgão Estadual de Meio Ambiente. da sociedade civil: 1 representante de entidades empresariais, 3 representantes das Áreas Políticas Administrativas, 2 representantes de associações comunitárias e não governamentais a serem nomeados por Decreto.

A Secretaria Executiva do Conselho de Controle Urbanístico será exercida pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Ambiental. O Presidente do Conselho de Controle Urbanístico será o Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Ambiental. No processo de decisão o Conselho tem somente poder consultivo.

Por fim, o Fórum da Cidade é a instância deliberativa máxima da gestão urbana. Suas funções são avaliar a aplicação das diretrizes do Plano diretor e das leis vigentes, revisar e propor mudanças na legislação, avaliar e definir a viabilidade de fundos de investimentos.



Processo de elaboração do Plano de Gestão Urbana. Fonte: elaborado a partir de interpretação do Plano Diretor de Cabo de Santo Agostinho



# Análises de Governança e Instituições

## Análises dos Planos Institucionais

### PLANO DIRETOR DE ESCADA

Os trabalhos foram desenvolvidos através de oficinas de planejamento participativo, com o apoio de equipes técnicas das prefeituras municipais e de segmentos representativos da sociedade civil, contando com o envolvimento do Comitê Gestor do Plano Diretor. As oficinas de planejamento participativo possibilitaram a sistematização do elenco de problemas e potencialidades que embasaram os diagnósticos e as proposições presentes na fundamentação dos referidos Planos Diretores Municipais. O processo de elaboração dos Planos Diretores dos municípios da Zona da Mata, apoiados pelo PROMATA (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco) foi estruturado em três etapas sucessivas e interdependentes:

1. A primeira etapa consistiu na elaboração de estudos e diagnósticos, com base em informações técnicas para discussão com a sociedade local, especialmente o Comitê Gestor do Plano Diretor, instalado em cada um dos 19 municípios apoiados pelo PROMATA, com representantes das prefeituras municipais e dos diversos segmentos sociais locais – através de oficinas de capacitações e escutas junto à população em geral, atores e agentes governamentais e não-governamentais do município. A realização de reuniões, plenárias e

Audiência Pública, com a aplicação de metodologias e ferramentas de planejamento participativo como o quadro FOFA e a Matriz de Hierarquização e Relevância, com vistas à qualificação e complementação da leitura técnica resultaram em uma leitura da realidade do município, que expressa a CIDADE QUE TEMOS.

2. Na segunda etapa, foram aprofundadas as discussões nas reuniões, plenárias e Audiências Públicas, com o objetivo de formular propostas consensuais, eixos estratégicos e temas prioritários, na perspectiva da elaboração coletiva do Relatório Final e do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor. Discussões entre os especialistas nas áreas de planejamento urbano, transportes, meio ambiente e direito urbanístico, contratados pelo PROMATA foram incentivadas para apoiar os municípios e os respectivos Comitês Gestores Locais do Plano Diretor, e os representantes dos diversos segmentos sociais municipais. Dessa forma, esta etapa resultou na construção de um cenário futuro desejado para o município, que expressa a CIDADE QUE QUEREMOS.

3. A terceira e última etapa consistirá na sistematização das deliberações da Conferência da Cidade, na forma de Projeto de Lei, que será encaminhado à Câmara Municipal.

### CONSIDERAÇÕES

Fazendo uma comparação entre os três Planos Diretores analisados, é possível notar algumas diferenças no que diz respeito às formas de participação.

No Plano Diretor de Ipojuca (seção V art 17) é explícito o referimento ao direito dos cidadãos, e de suas organizações, a participação na formulação, execução e controle das políticas públicas municipais e urbanas. Como base para tal participação parece ser a transparência do processo decisório.

Apesar destas declarações, é possível evidenciar a omissão de informações sobre métodos de envolvimento da sociedade civil e, especificamente, quais representações estão envolvidas.

Também no Plano Diretor, mas de Cabo de Santo Agostinho, a participação é expressa como objetivo através do Plano de Gestão Urbana, porém este parece ser melhor estruturado e articulado, e apresenta todas as informações sobre os processos decisórios e sobre os atores que participarão deste processo.

O poder de decisão dos representantes da sociedade civil é limitado tanto no Conselho de Controle Urbanístico como no Fórum da Cidade.

No primeiro, a relação entre os membros do poder público e os representantes da sociedade civil é de 1:1, porém esse órgão tem função somente consultiva. Quem dispõe de poder de decisão é o Fórum da Cidade, onde a sociedade civil tem um representante, mas na qual se pode notar um desequilíbrio na distribuição do poder decisório: o Fórum é presidido do prefeito e os membros do poder público estão em maioria.

Segundo entrevistas feitas a dirigentes públicos, um problema existente é a falta de trabalhos de capacitação de líderes comunitários, que tem dificuldade de enxergar os problemas do território como um todo, o que dificulta o diálogo e a tomadas de decisões que visam o bem comum e geral.

Entre os três planos analisados, o de Escada parece ser o mais claro do ponto de vista da estrutura do processo decisório, e o único no qual se declara em modo explícito que o plano nasce da definição das necessidades, das exigências e expectativas da população expressas nas oficinas de planejamento participativo.

Outro elemento diferencial no município de Escada, resulta no apoio de um órgão externo à elaboração do plano através do programa PROMATA, que acompanhou esse processo como órgão consultante.



Processo de elaboração do Plano Diretor de Escada  
Fonte: elaborado a partir de interpretação do Plano Diretor de Escada



# Análises de governança e instituições

## Instrumentos Voluntários

### ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

O Orçamento Participativo do município de Cabo de Santo Agostinho consiste num plano de investimento municipal anual que é decidido com a participação de todos os setores da sociedade. Cada comunidade pode organizar-se em grupos de até vinte moradores que juntos preenchem um formulário com as ações que reivindicam ou com projetos já existentes e que necessitam mais apoio. Com base nestes formulários será construída uma grade de carências de serviços e obras públicas indicadas pela Secretaria de Planejamento. Cada microregião elege delegados que escolherão seus representantes no Conselho Municipal do Orçamento, onde, juntamente com a Secretaria de Planejamento decidem as prioridades para investimento dos recursos.



Processo de elaboração do Orçamento Participativo  
Fonte: elaborado a partir de interpretação do Programa de Orçamento Participativo do Cabo de Santo Agostinho através do site: [www.cabo.pe.gov.br](http://www.cabo.pe.gov.br)

### PLANO ESTRATÉGICO DE SUAPE

O Plano Estratégico de Suape é uma proposta, sem valor legal, de um referencial de ação que tem como objetivo promover o desenvolvimento do território de forma integrada. Este plano foi elaborado com a participação dos cinco municípios que até então faziam parte do território estratégico de Suape. O processo de elaboração durou 2 anos, com pelo menos dois encontros ao mês entre todos os participantes. O diálogo entre os atores e a coordenação do projeto foi feito pela CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco.



Esquema do processo de elaboração do Plano Estratégico  
Fonte: Plano Território Estratégico Suape

### CONSIDERAÇÕES

Analisando o processo de elaboração deste plano, percebe-se como aspecto positivo o fato de que pela primeira vez foi organizada uma mesa de discussões sobre todos os interesses comuns a todo território de influência de Suape. Essas reuniões foram dirigidas por um órgão estatal (CONDEPE/FIDEM), o que demonstra o interesse do estado em criar uma gestão coordenada e integrada do território. Porém, infelizmente constata-se que essa forma de diálogo e gestão foi perdida logo após a aprovação do plano e são retomadas somente em setores específicos como o de transporte público e habitação. Conclui-se, portanto que o território não tenha ainda a capacidade de promover uma gestão territorial integrada e de modo contínuo, enquanto conseguem obter

sucesso em iniciativas pontuais, ligadas a um tema ou objetivo específicos. A sociedade civil não participou diretamente nos processos consultivo e decisório. Esses processos foram conduzidos exclusivamente com representantes institucionais, acreditando que estes possam ser portadores dos interesses públicos. Ficaram, portanto, ausentes os Conselhos Municipais, que geralmente fazem parte de decisões, como por exemplo na elaboração dos planos Diretores. Uma ameaça é o fato que os mesmos órgãos estatais possam planejar ações conflitantes entre si ou em derrogação das disposições do plano estratégico aprovado (como por exemplo o traçado da Ferrovia Transnordestina). Outras formas de diálogo seriam necessárias para sanar o problema de concorrência fiscal entre os municípios.



# Análises de governança e instituições Programas

## PROJETO PETRÓLEO GÁS UNIDADE DE NEGÓCIOS MATA SUL



Trata-se de um projeto de integração entre grandes e pequenas/micro empresas, que nasce em função dos investimentos na área de Suape.

Este projeto consiste em um trabalho de capacitação das pequenas e micro empresas e incentivo ao empreendedorismo e a criação de redes e cadeias produtivas entre as empresas.

O projeto, iniciado no ano de 2008, era previsto com a duração de três anos, porém já foi renovado por mais três. Até o atual momento foram vinte e cinco as pequenas e micro empresas capacitadas nas cidades de Olinda, Recife e Cabo de Santo Agostinho.

A implantação deste projeto é financiada e obedece as diretrizes nacionais vindas de um Comitê Gestor Nacional composto do SEBRAE nacional e Petrobras.

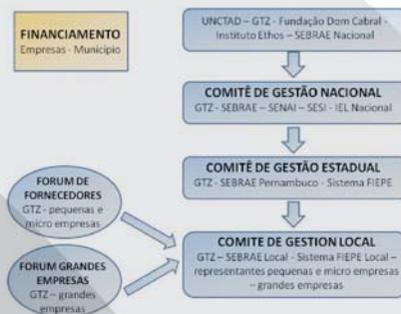
O Comitê Gestor Local se reúne periodicamente para decidir as fases do projeto com base nas diretrizes estabelecidas pelo Comitê Nacional e com os resultados obtidos através de consultas as pequenas e micro empresas envolvidas no projeto.

O Comitê Local está elaborando estratégias de capacitação também aos municípios para que estes participem do projeto através das Secretarias de Desenvolvimento Econômico.

Conclui-se, a partir das informações obtidas através da entrevista, que é ausente a participação no processo de elaboração do programa, de representantes das pequenas e micro empresas, como também dos municípios, que somente farão parte do Comitê Local mas já com o projeto em andamento, sem a possibilidade de definir aspectos de base.

Adicionando a essas conclusões a fonte de financiamento, verifica-se que é um projeto top-down, no qual tanto as instituições municipais quanto a sociedade civil não tem a

## PROJETO VÍNCULOS PERNAMBUCO



Este programa tem o propósito de contribuir para a geração de vínculos de negócios sustentáveis entre grandes empresas compradoras e micro, pequenos e médios fornecedores locais.

O Projeto Vínculos é resultado da cooperação da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), a Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), a Fundação Dom Cabral, o

Instituto Ethos e o SEBRAE. O projeto atua na área Suape há cinco anos. O financiamento é proveniente das empresas que fazem parte do programa, sejam estas micro, pequenas ou médias e também da municipalidade local.

### Estrutura de parceiros:

Trata-se de um projeto internacional, cujas linhas de funcionamento são decididas a nível internacional.

A nível nacional o projeto vem gestido de um Comitê de Gestão Nacional composto da GTZ, SEBRAE Nacional, SENAI Nacional, Sesi Nacional, IEL Nacional.

A nível estadual existe um Comitê de Gestão Estadual composto da GTZ, SEBRAE Pernambuco, Sistema FIEPE (SENAI-PE, Sesi-PE, IEL-PE). Finalmente, a nível local, a gestão do projeto cabe ao Comitê de Gestão Local (que tem poder de decisão), composto da GTZ, SEBRAE Local, Sistema FIEPE Local, um representante por cada grande empresa envolvida, um representante para cada dez micro/pequena empresas envolvidas (eleito entre elas). Trabalhando em conjunto com o Comitê de Gestão Local estão dois Fóruns que tem poder consultivo: o Fórum de Fornecedores e o Fórum das Grandes Empresas.

O primeiro é composto de representantes das micro e pequenas empresas e um representante da GTZ que atua como mediador e moderador.

A função do Fórum é discutir o andamento do projeto e formular as propostas que serão apresentadas ao Comitê de Gestão Local.

Já o Fórum das Grandes Empresas é composto somente por representantes das grandes empresas e também tem a função consultiva de formular propostas para serem apresentadas ao Comitê de Gestão Local.

Tanto as reuniões dos Fóruns, quanto as do Comitê são feitas uma vez por mês.

As grandes empresas que fazem parte do projeto são: Gerdau Açonorte, Alcoa, Philips, Estaleiro Atlântico Sul, Companhia Pernambucana de Gás - COPERGAS. O número de micro e pequenas empresas que participam do projeto são 66.

A impressão é que o tecido social, produtivo e institucional local seja pouco envolvido nos processos de decisões. Se revela, de fato, à primeira vista a ausência de representantes dos municípios locais, assim como um grande desequilíbrio existente entre os poderes de decisão das grandes e das pequenas empresas.

Já faz parte do projeto o fato de as grandes empresas participantes decidirem quais as pequenas empresas a serem qualificadas e como receberão essa capacitação.

O Fórum de Fornecedores tem função puramente consultiva e não pode influenciar as decisões a nível de desenvolvimento do projeto. Outro dado significativo é o fato que o Fórum das Grandes Empresas, mesmo existindo formalmente, não se reúne nunca porque a sua presença no Comitê Gestor Local, que realmente tem poder de definição das linhas de estratégia do projeto, é de 1:1 enquanto a relação das pequenas empresas é de 1:10.



# Análises de governança e instituições

## Análise FOFA

### GOVERNANÇA - FOFA

	FORÇAS	FRAQUEZAS
INSTITUCIONAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>Experiência de mesas redondas com participação dos municípios para a elaboração do Plano Estratégico de Suape.</li> <li>Prosseguimento espontâneo desta colaboração em torno a interesses comuns (ex: habitação).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tendência dos municípios a fazer programas e projetos setoriais</li> <li>Falta de recursos humanos e de capacitação.</li> <li>Falta de um ente gestor para projetos intermunicipais.</li> <li>Modelo de gestão do Plano Estratégico hierárquico e burocrático.</li> <li>Setor privado tem, na prática, maior poder de decisões que o institucional (municípios).</li> </ul>
INSTITUIÇÃO - SOCIEDADE	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação de Associações na elaboração dos Planos Diretores Municipais.</li> <li>Existência de Conselhos setoriais.</li> <li>Existência, ainda que apenas formalmente, de um programa Agenda 21</li> <li>Orçamento Participativo em Cabo de Santo Agostinho</li> <li>Existência de entidades como SESI, SEBRAE, etc, que promovem o diálogo</li> <li>Existência de formas de Governança no setor de Turismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decisão dos programas em modo top-down</li> <li>Fragmentação e perda de forças dos Conselhos existentes.</li> <li>Fraca comunicação dos projetos da parte dos municípios gerando falta de informação.</li> <li>Sistema de benefícios mais ligado a setores econômicos do que a cidadania.</li> <li>Falta de um Fórum de discussão aberto com a sociedade na elaboração do Plano Estratégico Suape.</li> </ul>
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de um grande número de Associações e a capacidade de trabalhar em rede. (sociedade civil dinâmica e com capacidade de auto organização).</li> <li>Presença de grupos organizados, no setor de Turismo, que cooperam entre si e reinvidicam propostas junto as Instituições.</li> <li>Existência de muitos programas sociais e de capacitação (SENAI, SEBRAE, PROJOVEM...)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de recursos financeiros.</li> <li>Grande numero de trabalhadores sazonais, informais e imigrantes, o que torna difícil sua representação</li> <li>Lei de responsabilidade fiscal que não obriga as empresas a desenvolverem os projetos na área onde estão implantadas.</li> </ul>

	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
INSTITUCIONAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>Possibilidade de mobilização dos municípios de evitar que Suape se torne um território estadual.</li> <li>Diálogo entre os dois municípios aos quais pertence o território Suape</li> <li>Estrutura de gestão do plano estratégico modificável.</li> <li>Possibilidade de usufruir das várias agências de consultoria que desenvolvem estudos e tem um alto grau de especialização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Perda de controle sobre o Território Suape, se este for declarado distrito estadual.</li> <li>Desencontros entre interesses de Suape e dos municípios.</li> <li>Falta de ação do Plano Estratégico devido ao fato deste não haver valor legal.</li> <li>Mudança dos líderes públicos a cada quatro anos podem mudar o foco de interesse e de investimentos.</li> </ul>
INSTITUIÇÃO - SOCIEDADE	<ul style="list-style-type: none"> <li>Possibilidade de criação de consórcios e associações para a gestão e ação do projeto integrado elaborado pela diagonal urbana para a Petrobras.</li> <li>Possibilidades de vincular a lei de responsabilidade social das empresas a investimentos no território.</li> <li>Possibilidade de usufruir do PAC.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento do poder do setor privado e consequentemente subordinação das instituições as suas exigências deixando em segundo plano as necessidades básicas da sociedade.</li> <li>Risco de os lucros de suape irem para fora do território.</li> <li>Risco que a piora das condições de vida façam com que as políticas sociais sejam sempre mais assistencialistas e mediatistas.</li> <li>Falta de consenso pode bloquear os processos de decisão.</li> </ul>
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	<ul style="list-style-type: none"> <li>Consolidação de setores de trabalhadores que podem organizar-se de modo que aumentem seu poder.</li> <li>Criação de uma força de trabalho diferenciada no setor naval (alto nível).</li> <li>Maior controle sobre os projetos de responsabilidade fiscal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O crescimento e surgimento de favelas colocam em perigo a qualidade de vida e consequentemente o foco das atenções as necessidades mais imediatas.</li> <li>Trabalhadores mais especializados vem de fora do território tornando este um território sempre pobre.</li> </ul>

### CONCLUSÃO

Desta análise ve-se como ponto principal o conhecimento e existência de instrumentos para a participação e governança, porém estes não estão sendo utilizados de maneira eficaz, deixando a participação de representantes sociais em segundo plano. Verifica-se também uma falta de coordenação entre as diversas instituições que provoca fragmentação nas decisões e marginalização dos atores com menos poder participativo. Observa-se também que apesar de uma fragmentação em todos os setores, seja dentro do município ou entre os setores, existe uma positiva mobilização do estado, através da Agência CONDEPE/FIDEM, de promover o diálogo entre os municípios do território para que trabalhem juntos buscando benefícios e procurando resolver problemas comuns, porém faltaria talvez um

órgão intermunicipal para a gestão desses interesses. Resulta, portanto, muito positiva a experiência de concertação intermunicipal já desenvolvida. Observa-se que a problemática principal de tais processos consiste na falta de continuidade e na excessiva burocracia das mesas de técnicas que prevêem a participação, à semelhança dos grupos deliberativos, dos representantes de cada ente em questão. Seria, portanto, desejável que as formas de concertações prevessem uma forma mais estáveis e uma simplificação na articulação das mesas redondas que se apresentam sobrecarregadas. Em termos gerais fica evidente a repetição da estrutura, desde os níveis institucionais superiores aos inferiores, desde a articulação interna dos órgãos executivos o que

(Secretarias), o que determina uma excessiva fragmentação organizativa e de decisão dos recursos humanos e das capacidades técnicas. Em contraste a essa fragmentação, vemos um dinamismo na sociedade civil, que é capaz de organizar-se, porém existe uma falta de visão a longo prazo, nota-se que tanto as reivindicações quanto os projetos e propostas são imediatistas. Por fim, temos a percepção que Suape Global funcione atualmente como se o Complexo Industrial fosse um mundo isolado do território onde está inserido, fazendo na maioria das vezes referimento Suape – Recife. A partir das entrevistas conduzidas e dos dados analisados parece que os diferentes órgãos participativos existentes no território não tem a possibilidade de influenciar as escolhas de Suape Global.



# Análise Econômica

## Introdução Geral

### ECONOMIA BRASILEIRA

Com uma população de 191 milhões de habitantes e um PIB de US\$ 1,3 trilhão de dólares, juntamente com a China, Rússia e Índia, o Brasil faz parte do grupo das potências econômicas emergentes no mundo.

O Brasil, porém, tem posição diferenciada e relativamente favorável nesta grande crise. Em 2008, cresceu 5,6% do PIB; tem reservas internacionais de US\$ 200 bilhões, e, sobretudo, já tinha dado fortes passos no caminho do fortalecimento do seu grande mercado interno.

No que diz respeito ao fortalecimento do mercado interno, as principais medidas adotadas foram:

- a) inflação baixa e controlada, o que permite defender o poder de compra e o consumo da população;
- b) crescimento efetivo do PIB, ou seja, da renda real média da população (5,60% em 2008);
- c) política de crescimento do Salário Mínimo Real, que tem subido sempre acima da taxa de crescimento do PIB, estando hoje cerca de US\$ 210,00, além dos acréscimos legais de 13% salário e férias de 30 dias, vale refeição e vale-transporte;
- d) políticas públicas compensatórias de renda, como o Vale Educação, PETI, Vale Alimentação e a atual "Bolsa Família".

### A REGIÃO NORDESTE

O Nordeste é a região brasileira mais próxima dos mercados europeu e norte-americano, o que lhe confere vantagens consideráveis no comércio internacional, com um PIB de US\$ 155 bilhões (ano de 2005).

O Nordeste dispõe de infraestrutura de apoio às atividades produtivas e ao bem-estar de sua população. Possui 14 portos comerciais, alguns com capacidade para receber navios de grande porte, como os portos de Suape, localizado no Estado de Pernambuco, Itaqui, no Estado do Maranhão, e Pecém, no Estado Ceará, além de 405.390 km de estradas pavimentadas e ferrovia em construção, a exemplo da Transnordestina. Conta ainda com unidades geradoras hidrelétricas de 10.142 MW interligadas. A região possui uma malha de gás natural de 1.344,4 km, com movimentação de 9.223.000 m<sup>3</sup>/dia.

### O COMPORTAMENTO RECENTE DA REGIÃO NORDESTE

A região Nordeste nos últimos dois anos cresceu mais que a média nacional, sobretudo em decorrência dessas políticas públicas compensatórias de renda supra-citadas, vez que por seu menor nível e onde se concentra perto de 50% da população abaixo da linha pobreza. Para 2010 espera-se que crescerá também nesse mesmo ritmo, sendo a razão principal o ainda pelo impacto positivo das políticas compensatórias de renda, como por investimentos pesados do PAC - Plano de Aceleração Econômica.

### COMPORTAMENTO RECENTE DA ECONOMIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

A estrutura produtiva da economia do Estado de Pernambuco se caracteriza pelo grande peso do setor "Comércio e Serviços" e uma certa desconcentração das atividades e ramos produtivos do setor industrial (quando se compara com outros Estados do Nordeste). Com efeito, em 2006 o Setor Comércio e Serviços excluindo os Serviços Públicos de Eletricidade, Gás e Água, participaram nada menos que 53% do PIB estadual.

No mesmo ano, o setor secundário, composto da Indústria extrativa mineral, Construção civil, Indústria de Transformação e dos Serviços de utilidade pública (eletricidade, gás e água), contribuiu com 21,6% do PIB estadual e o setor primário formado pela agricultura, pecuária, pesca e silvicultura apresentou, uma participação do PIB pernambucano em 2006 de 5,2%.

Um dos aspectos notáveis do comportamento da economia de Pernambuco é a reversão da performance da economia do Estado a partir do ano de 2006, quando o estado passou a crescer a taxas acima de 5% a.a. em função, sobretudo dos novos investimentos industriais, chamados investimentos estruturadores. O valor total desses investimentos é de US\$ 20 bilhões, e contemplam investimentos industriais e de infraestrutura, com destaque para a Refinaria Abreu e Lima, o Estaleiro Atlântico Sul, o Pólo Petroquímico de Suape, a Ferrovia Transnordestina e a Transposição do Rio São Francisco.

Diante do exposto, o que se observa, é o fato de a crise econômica mundial ter encontrado o Estado de Pernambuco em excelente fase de intensidade econômica. Ressalte-se,

também que o baixo grau de abertura do Estado para o mercado externo garante-lhe algumas vantagens competitivas, em detrimento de outros Estados nordestinos, a exemplo da Bahia e do Maranhão, cujas exportações são fundamentais para a sustentação da economia.

Acompanhando a tendência da economia nacional, a economia do estado de Pernambuco deverá crescer menos em 2009. Segundo alguns analistas de mercado, a taxa de crescimento deverá ser da ordem de 4% contra uma taxa média de crescimento de 7% no ano de 2008. Para a Região Nordeste está sendo esperada uma taxa de crescimento de 3% do PIB.

A indústria foi no Nordeste brasileiro uma das principais atividades favoráveis para contribuir para a redução do modelo de concentração dos investimentos industriais no Brasil. Iniciada na década de 70 a estratégia de industrialização da economia regional, liderada pela SUDENE, embora não tendo sido capaz de gerar efetivamente uma dinâmica interna setorial e multisetorial integrativa entre as diversas unidades federativas da Região Nordeste, foi capaz, de gerar pólos de modernidade atrelados à dinâmica nacional, em particular ao Sudeste do país.

O exemplo de maior sucesso na história do desenvolvimento econômico regional da Região Nordeste é a indústria petroquímica baiana.

O mesmo não pode ser dito com a economia pernambucana. Apesar da diversidade da estrutura produtiva industrial do Estado de Pernambuco, não houve, ainda, no Estado de Pernambuco a consolidação de um setor industrial auto-sustentável articulado e intensivo em tecnologia. Na realidade, o que vem ocorrendo ao longo dos últimos anos com a economia pernambucana é uma forte tendência ao crescimento das atividades terciárias (comércio e serviços), que respondem por mais de 50% do PIB pernambucano. Todavia, a partir do primeiro quinquênio do ano 2000, o Estado de Pernambuco passou a receber novos investimentos industriais, chamados investimentos estruturadores. Estes investimentos tem como consequência atenuar os desequilíbrios inter e intra-regionais e deverão dar uma nova configuração à atividade industrial do Estado.

Os investimentos industriais em curso permitirão efetivar e dinamizar o potencial industrial estadual. Para consolidar e maximizar os benefícios macroeconômicos desses investimentos, o grande desafio é construir uma estratégia de integração com as cadeias produtivas existentes dentro do Estado e a integração entre a grande e pequena empresa, de forma a fazer com que parte dos empregos diretos e indiretos gerados por esses grandes projetos fiquem em Pernambuco.



Esses grandes empreendimentos abrirão novas frentes de atração para investimentos estrangeiros e negócios de comércio exterior em Pernambuco.

A evolução da estrutura produtiva de Pernambuco nos próximos 13 anos será o resultado combinado das seguintes variáveis:

- a) a distribuição setorial dos investimentos produtivos previstos para o Estado de Pernambuco;
- b) os impactos dos grandes investimentos na estrutura produtiva
- c) os investimentos em infra-estrutura previstos influenciando na competitividade de atividades e potencialidades de Pernambuco;
- d) os fatores externos (mundiais e nacionais) com impacto na estrutura produtiva do Estado;
- e) a continuidade das políticas públicas compensatórias de renda do governo federal.

# Análise Econômica

## Introdução Geral

Atividades econômicas	Pernambuco				
	2002	2003	2004	2005	2006
	Participação (%)				
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	3,4	3,7	3,7	3,6	3,7
Pecuária e pesca	1,5	1,9	1,4	1,5	1,5
Indústria extrativa mineral	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Indústria de transformação	11,1	12,7	11,7	10,9	10,9
Construção	6,6	5,7	5,1	5,6	5,1
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	3,7	4,5	5,9	5,5	5,5
Comércio e serviços de manutenção e reparação	12,2	12,3	13,4	14,2	13,5
Serviços de alojamento e alimentação	2,5	1,8	2,1	2,0	1,9
Transportes, armazenagem e correio	4,2	4,5	4,6	4,4	4,6
Serviços de informação	3,4	3,8	3,2	3,7	3,6
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	5,2	4,5	3,9	4,6	5,2
Serviços prestados às famílias e associativos	2,5	2,5	2,5	2,4	2,7
Serviços prestados às empresas	4,2	4,0	5,1	4,5	4,4
Atividades imobiliárias e aluguel	10,7	10,2	9,9	9,4	9,0
Administração, saúde e educação públicas	23,5	22,8	22,4	23,2	23,6
Saúde e educação mercantis	3,7	3,7	3,5	3,0	3,2
Serviços domésticos	1,3	1,3	1,5	1,4	1,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco.

Nota: Ano referência 2002. Dados sujeitos a revisão.

## COMPLEXO PORTUÁRIO-INDUSTRIAL DE SUAPE

O Complexo Industrial Portuário de Suape, localizado a 40 km ao sul do Recife, nos municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, ocupa uma área de 13.500 hectares, dividida em quatro zonas: portuária, industrial, administrativa e de preservação ecológica e cultural. Suape é, acima de tudo, um espaço para o qual se voltam as esperanças pernambucanas de reaver o papel de estado líder da economia regional e da capacidade potencial de promover uma retomada do crescimento da economia do Estado, através da implantação de grandes investimentos estruturadores (Kehrl, 2006).

O Porto de Suape é um excelente destino para investimentos externos devido às oportunidades geradas por demanda identificada por terminais de grãos, granéis sólidos, açúcar, petróleo, derivados de petróleo e etanol, além de terminal de regaseificação de gás natural liquefeito.

Atualmente estão sendo implantados grandes projetos estruturadores no Complexo Industrial e Portuário de Suape, com fortes efeitos de encaideamento para amplos setores da economia local, destacando-se a Refinaria de Petróleo Abreu e Lima, projeto de parceria entre a Petrobras (60%) e a PDVSA (40%), orçado em US\$ 10,0 bilhões e com capacidade de processar 200 mil bpd, cujo início das operações está previsto para o final de 2010.

## O TERRITÓRIO ESTRATÉGICO DE SUAPE

O Território Estratégico de Suape compreende sete municípios: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Escada, Sirinhaém e Ribeirão. A área de jurisdição do Porto de Suape são os município do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca considerados territórios de influência direta.

O PIB do Território Estratégico de Suape, no ano de 2005, foi da ordem de R\$ 10.791 bilhões, concentrados nos municípios de Jaboatão dos Guararapes, Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, de acordo com tabela a seguir.

Por estar localizado na Região Metropolitana do Grande Recife, o Território Estratégico de Suape possui uma população significativa. Estima-se que no ano de 2007 viviam na Região cerca de 1 milhão de habitantes dos quais grande parte, cerca de 60%, encontravam-se localizadas no município de Jaboatão dos Guararapes, seguido do Cabo de Santo Agostinho (com 16%) e Ipojuca.

A tabela a seguir, apresenta uma análise das características econômicas do Território Estratégico de Suape. Os dados foram fornecidos e elaborados pelo CONDEPE-FIDEM.

Este capítulo é uma síntese dos Boletins Econômicos do Observatório Empresarial do SEBRAE-PE, cujo texto e responsabilidade técnica é da economista Ana Cláudia Arruda Laprovitera (SEBRAE e UNICAP). Os estudos completos estão publicados no site [www.pe.sebrae.com.br](http://www.pe.sebrae.com.br)

DISCRIMINAÇÃO	VALOR ADICIONADO BRUTO – EM MILHÕES DE R\$				PIB EM MILHÕES DE R\$	POPULAÇÃO EM MILHÕES	PIB PER CAPITA EM R\$	PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS (DESCRIÇÃO)
	Agropecuária	Indústria	Serviços	APU*				
Total Pernambuco	2.201	9.490	27.472	9.961	49.904	8.413,6	5.931	Os serviços com 73% do VAB - com destaque: APU, Comércio (2º maior atividade) e Aluguéis. Destaque ainda para a transformação (3ª maior atividade), construção civil, SIUP e agropecuária.
RD Metropolitana	204	6.689	17.651	4.336	32.585	3.601,5	9.048	Os serviços com 74% do VAB - com destaque: Comércio (maior atividade), APU e Aluguéis. Principais segmentos comerciais - atacadista de alimentos, bebidas, combustíveis e artigos de uso pessoal ou doméstico, varejista diversificado e automotores. A indústria de transformação é a 3ª maior atividade os maiores gêneros são alimentar, química, bebidas, produtos de metal, metalurgia básica e produtos plásticos. Destaque ainda para a construção civil. Mesmo a agropecuária participando somente com 0,8% do VAB tem importância na produção de alguns produtos como: cana-de-açúcar (25% de PE) pesca (49% de PE), ovos (19% de PE), mandioca (21% de PE) e aves (18% de PE).
Jaboatão dos Guararapes	17	941	2.071	721	4.061	640,7	6.338	Os serviços com 72% do VAB são como principais atividades: a APU, Aluguéis e o comércio sendo sua 2ª maior atividade - principais segmentos - varejista bastante diversificado, o atacadista de alimentos e produtos químicos e automotores. A indústria de transformação é a sua 3ª principal atividade os principais gêneros industriais: alimentar, química, bebidas e material elétrico. É o 3º maior na indústria e 2º maior nos serviços de PE.
Ipojuca	32	521	1.891	101	3.499	68,0	51.486	Os serviços com 80% do VAB - principal atividade é o comércio com destaque para: atacadista de combustíveis e gás, seguido da APU, transportes e Alojamento e Alimentação. A indústria de transformação é a 2ª maior atividade com destaque o gênero alimentar. É o 9º maior município da agropecuária de PE com destaque para a cana-de-açúcar (2ª maior de PE). É o 3º maior nos serviços e 4ª na indústria de PE.
Cabo de Santo Agostinho	39	1.417	828	213	2.848	169,2	16.828	A indústria com 61% do VAB sendo a indústria de transformação a maior atividade - principais gêneros industriais: química, bebida, produtos de metal e alimentar. Nos serviços dos destaques são: APU, Transportes e Comércio principalmente o varejista. Na agropecuária é o 5º maior de PE - principal produto cana-de-açúcar (maior produtor de PE). É o 2º maior na indústria e o 7º nos serviços de PE.
Escada	14	41	117	74	211	58,3	3.622	Os serviços com 71% do VAB - as principais atividades APU e Aluguéis. A indústria de transformação é a 2ª maior atividade onde os principais gêneros são: metal (mód) e química (álcool). A Agropecuária é a 4ª maior atividade com o principal produto: cana-de-açúcar.
Moreno	32	22	98	62	172	55,5	3.096	Os serviços com 67% do VAB - principais atividades: APU e Aluguéis. A Agropecuária é a segunda maior - principais produtos: ovos (maior produtor de PE), cana-de-açúcar (4ª maior produtor de PE) e aves (3ª maior efetivo de PE). É o 7º maior na agropecuária de PE. Destaque ainda para a construção civil.
Soma do TES (Território Estratégico de SUAPE)	134	2.943	5.005	1.171	10.791	991,7	10.881	Os serviços com 65% do VAB - principais atividades: Comércio sendo a maior, especialmente do atacadista (combustíveis e alimentar) e um varejo diversificado e ainda a APU e os Transportes. A transformação como 2ª maior atividade tem os principais gêneros - alimentar, bebidas, química, metal e plástico. Mesmo a agropecuária representando 2% do VAB essa região é responsável por 23% da produção de cana-de-açúcar, 16% de abacaxi, 14% dos ovos, 12% da pesca e 11% do efetivo de aves de PE.
Participação (%) do TES em PE	6,1	31,0	18,2	11,8	21,6	11,8	-	-
Participação (%) do TES na RD Metropolitana	65,5	44,1	28,4	27,0	33,1	27,5	-	-

# Análise Econômica

## Descrição Econômica do Território

### DESCRIÇÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO

O território de análise considera sete municípios pertencentes à Região Metropolitana de Recife e à Mata Sul, que compartilham uma vocação, sobretudo, direcionada ao setor de serviços, o qual registra a maior contribuição ao Valor Agregado Bruto VAB e a maior concentração de estabelecimentos e trabalhadores empregados. No mesmo setor, com papel predominante, encontra-se o comércio; faz-se referência, sobretudo, ao comércio atacadista de combustíveis, atacadista e varejista de automóveis, alimentos e bebidas.

Cabo de Santo Agostinho pode ser considerado a única exceção no assunto, onde a maior participação ao VAB

provém da Indústria<sup>1</sup>. Destaca-se o número de empresas que se dedicam as indústrias de transformação, dentre elas a química (ligada à produção de álcool) e as que se dedicam à alimentícia e bebidas.

O setor primário em geral possui menor relevância; os Municípios que estão relativamente mais relacionados com o setor agropecuário são: Sirinhaém, Moreno e Escada, onde as atividades se baseiam fundamentalmente na cana-de-açúcar e na pesca. Além de Moreno que se destaca entre os maiores produtores de aves e derivados de Pernambuco.

#### Produto interno Bruto PIB a preços de mercado de território de análise 2002-2006

RD's/Municípios	PIB (R\$ milhões)					Ranking no PIB de PE				
	2002	2003	2004	2005	2006	2002	2003	2004	2005	2006
<b>Metropolitana</b>	<b>23.167,0</b>	<b>25.590,9</b>	<b>28.792,3</b>	<b>32.720,5</b>	<b>36.146,0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Recife	12.602,4	13.098,4	14.414,3	16.322,8	18.318,5	1	1	1	1	1
Jaboatão dos Guararapes	2.817,9	3.335,2	3.849,9	4.221,2	4.736,4	2	2	2	2	2
Ipojuca	1.991,0	2.308,7	2.984,4	3.991,5	4.307,6	3	4	3	3	3
Cabo de Santo Agostinho	1.784,2	2.447,2	2.693,3	2.772,5	2.838,1	4	3	4	4	4
Moreno	114,4	139,7	149,3	170,3	199,4	33	32	34	33	33
Escada	159,7	180,1	193,9	201,4	221,6	25	23	26	26	27
Sirinhaém	104,9	112,1	135,9	146,9	163,7	37	39	35	37	37
Ribeirão	93,3	107,0	113,7	129,9	145,6	40	41	42	40	42

#### Composição setorial do Valor Adicionado Bruto VAB por Regiões de Desenvolvimento

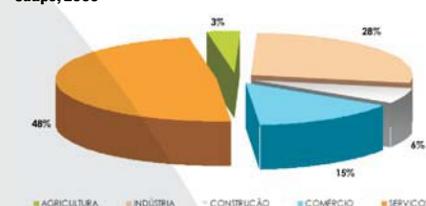
Municípios	Agropecuária					Indústria					Serviços				
	2002	2003	2004	2005	2006	2002	2003	2004	2005	2006	2002	2003	2004	2005	2006
<b>Metropolitana</b>	<b>0,6</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,6</b>	<b>24,4</b>	<b>25,7</b>	<b>25,4</b>	<b>25,0</b>	<b>24,8</b>	<b>75,0</b>	<b>73,5</b>	<b>73,8</b>	<b>74,2</b>	<b>74,6</b>
Recife	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	19,0	18,9	18,0	17,6	17,4	81,0	81,1	82,0	82,3	82,5
Jaboatão dos Guararapes	0,4	0,6	0,5	0,5	0,5	26,6	26,4	24,9	24,5	26,4	73,0	73,1	74,6	75,1	73,2
Ipojuca	1,2	1,6	1,3	1,0	0,5	12,5	16,0	23,1	28,9	27,6	86,4	82,4	75,5	70,1	71,9
Cabo de Santo Agostinho	1,4	1,8	1,7	1,7	0,6	59,2	63,5	62,2	61,2	59,9	39,3	34,8	36,2	37,1	39,5
Moreno	13,2	22,5	19,4	20,0	17,8	12,4	10,1	11,2	12,3	14,4	74,4	67,4	69,3	67,7	67,8
Escada	8,5	9,4	7,2	7,3	7,3	23,2	24,8	25,5	21,1	18,8	68,3	65,8	67,3	71,7	73,9
Sirinhaém	15,3	14,9	18,0	19,1	17,3	29,3	30,9	28,7	26,1	27,2	55,4	54,2	53,3	54,8	55,4
Ribeirão	10,1	10,7	11,8	13,5	11,1	16,4	19,4	17,0	16,7	18,7	73,5	70,0	71,2	69,8	70,2

Fonte: Agência Condepe/Fidem

Nota: Seja o PIB considerado na primeira tabela, que o VAB na segunda, são utilizados como indicadores do valor da produção interna do território objeto deste estudo. Esclare-se, no entanto, que o VAB, diferentemente do PIB, engloba também os impostos indiretos.

Considerando o mercado de trabalho<sup>1</sup>, como já citado, a maioria dos trabalhadores se concentra no setor de serviços, acredita-se que seja pela vocação do território ou por questões estruturais do setor. Os dados de 2008 (RAIS-MTB) evidenciam que no setor primário trabalham 5.401 pessoas, na indústria 54.228 (sendo 9.480 na construção civil) e nos serviços 102.848 (sendo 23.894 no comércio), totalizando 162.477 trabalhadores.

#### Composição do mercado de trabalho por setor na região de Suape, 2008

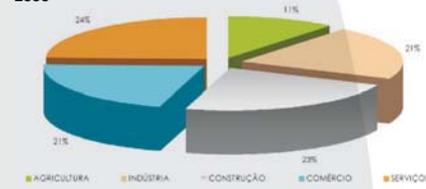


Fonte: M T E (RAIS) | Elaboração: Observatório Empresarial (SEBRAE - PE)

Nota: O gráfico apresenta, em percentual, os dados que foram descritos no texto; Para verificação e aprofundamento aconselha-se a consulta das informações originais na Tabela 1 do Dossiê de Economia: Anexo Tabela Região de Suape (2008) - Número de Trabalhadores.

No que diz respeito ao número de estabelecimentos produtivos<sup>2</sup>, 292 empresas trabalham no setor agrícola; 2.190 no setor industrial (sendo 587 na construção civil) e 14.630 no setor terciário (sendo 7.959 no comércio), totalizando 17.112. Quanto ao tecido econômico do território 98,08% é constituído por MPES4.

#### Percentual de Estabelecimentos por setor na região de Suape, 2008

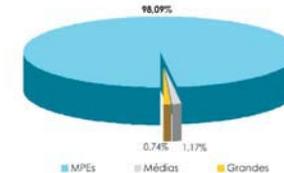


Fonte: M T E (RAIS) | Elaboração: Observatório Empresarial (SEBRAE - PE)

Nota II: O gráfico apresenta, em percentual, os dados que foram descritos no texto; Para verificação e aprofundamento aconselha-se a consulta das informações originais na Tabela 2 do Dossiê de Economia: Anexo Tabela Região de Suape (2008) - Número de Estabelecimentos.

#### Tipos de Estabelecimentos que caracterizam o tecido econômico

ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE/95)	MPEs	Médias	Grandes	Total
Região de Suape	16785	201	126	17112
Participação	98,09%	1,17%	0,74%	100,00%



Fonte: M T E (RAIS) | Elaboração: Observatório Empresarial (SEBRAE - PE)

Tendo em vista a inexistência de dados para a economia informal, utilizou-se a título de referência números de operações realizadas nos anos 2006- 2008 do Programa de Microcrédito do BNB- Banco do Nordeste do Brasil<sup>3</sup>.

Em 2008 o número de operações de acessos ao microcrédito foi de 1.083: ditos empréstimos, como também se poderia prever da estrutura do crédito e da economia informal, destinados em primeiro lugar ao setor do comércio, seguido ao da agricultura e pecuária.

1 Anexo tabela Região de Suape (2008) - Número de Trabalhadores

2 Anexo tabela Região de Suape - Pernambuco (2008) - Número de Estabelecimentos

3 Anexo tabelas BNB CrediAmigo

Quando possível, os dados se discriminam por Município ou se considera os da Região de Suape.

Fonte: Sérgio Buarque, "Cidade do futuro" Sebrae Recife 2008  
http://www2.condepedem.pe.gov.br/ci/porta/layout/p\_l\_id=Pub.1557.62



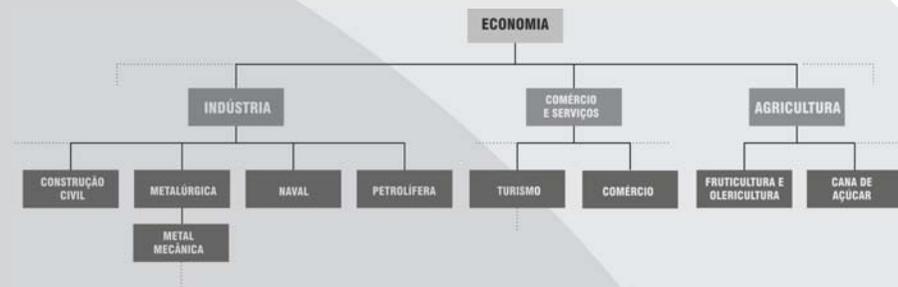
# Análise Econômica

## Organização Econômica da Área

### ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA DA ÁREA

#### ORGANOGRAMA SIMPLIFICADO DOS SETORES QUE IDENTIFICAMOS

Composição por setores e sub-setores principais que compõem o tecido econômico local.



### SETOR SERVIÇOS - TURISMO

O turismo é considerado atualmente como um dos maiores pilares da economia do território, considerar o impacto do turismo é complexo e sumamente importante por sua grande capacidade de criar externalidades e gerar divisas.

As análises feitas, partem dos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o mesmo não considera a categoria da cadeia de turismo, individualmente, mas o considera como parte do comércio e serviços.

Partindo desta classificação, para poder estimar os impactos da geração de empregos formais foram considerados dados dos sub- setores de "alojamento e alimentação", atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem" e "atividades recreativas, culturais e desportivas" dos Municípios de Cabo, Escada, Ipojuca, Jaboatão, Moreno, Ribeirão Sirinhaém. Fonte IBGE, 2008.

A quantidade de empregos demandada para estes três sub- setores é de 10.125 empregos, sendo assim distribuídos: a cadeia de alojamentos e alimentação gera 7309 empregos, atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem geram 2471 empregos e as atividades recreativas, culturais e desportivas geram 345 empregos. Pode-se dizer que o impacto é muito maior considerando que estes dados se referem ao número de trabalhadores formais, e não considera os demais atores formais e informais.

**Ver tabela 1.** Tabela Região de Suape (2008) – Número de Trabalhadores.

A participação por Município, em relação ao número de estabelecimentos alcança um total de 1.140 estabelecimentos, concentrados principalmente nos Municípios de Jaboatão, Ipojuca e Cabo.

**Ver tabela 4.** Número de Estabelecimentos.

O tipo de turismo demandado especialmente pelos Municípios de Ipojuca e Cabo é de lazer (sol, praia) e de eventos (negócios, encontros, seminários etc, principalmente nos resorts).

O setor de alojamentos cresceu de modo relevante nos últimos tempos. O mesmo se encontra dividido em várias categorias, sendo as mais significativas as pousadas e os resorts que no período de 1996/2004 teve um crescimento de 42,9%.

Existem várias associações e grupos que se uniram para gerar competitividade no setor turístico atual, trabalhando de forma coordenada para o escopo de objetivos comuns. Como exemplo tem-se os núcleos de governança existentes UNETUR (Cabo), PROTUR – PG (Ipojuca) e ACA – Associação Turística de Costa dos Arrecifes, com o objetivo de criar Qualificação Turística utilizando como instrumento de monitoração o Sistema GEOR do Sebrae.

**Ver tabela 5.** Cadeia produtiva do turismo.

### SETOR SERVIÇOS - COMÉRCIO

Do ponto de vista da geração econômica, a atividade comercial é historicamente importante para o Estado de Pernambuco e, apesar do leve decréscimo, continua a ser muito relevante. Em 2004 o comércio foi responsável pela geração de mais de 5,3 bilhões de reais em termos de Valor Adicionado (VA). O Valor Adicionado do comércio em 2004 foi maior que o VA da agropecuária (4,2 bilhões de reais) e da construção civil (4,3 bilhões de reais). Em média, no últimos dez anos, mais de 21% do produto gerado no setor terciário advinha do comércio.

O comércio para Pernambuco é relativamente mais importante do que para qualquer outra Unidade da Federação. Em 2006, o setor do comércio foi responsável por mais de 665 mil postos de trabalho (mais de 18% do total de pessoas ocupadas em Pernambuco), nas mais variadas funções (vendedores, gerentes, donos e sócios dos negócios, entre outras).

Em 2006, apenas 34,3% do total de pessoas ocupadas em Pernambuco estavam no setor formal do mercado de trabalho, enquanto os segmentos do varejo moderno (super e hiper-mercados e lojas de departamento) registraram índice de 66,7% de formalização. O comércio, de uma maneira geral, segue a tendência do mercado, com 66,4% de informalidade.



# Análise Econômica

## Organização Econômica da Área

### SETOR AGRICULTURA

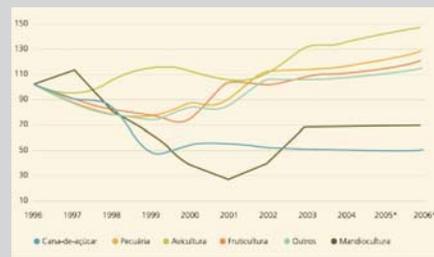
As culturas de destaque são a cana-de-açúcar, a olericultura e a fruticultura. A cana de açúcar é a atividade mais desenvolvida e a olericultura caracteriza-se pela facilidade de comercialização dos produtos, obtenção de linhas de crédito e inovação de tecnologia de produção orgânica. Em relação à fruticultura, destacam-se a implementação de tecnologias e processos de beneficiamento da produção.

MUNICÍPIOS	CULTURA	PRODUTOS
Cabo de Santo Agostinho	Cana de Açúcar Olericultura Fruticultura	Cana de Açúcar Mandioca e Batata Doce Banana, Cóco de Baha, Goiaba e Manga.
Escada	Cana de Açúcar Olericultura Fruticultura	Mandioca Banana, Cóco da Baha e Maracujá.
Ipojuca	Cana de Açúcar Olericultura Fruticultura	Cana de Açúcar Mandioca Cóco da Baha e Banana.
Jaboatão	Cana de Açúcar Olericultura	Cana de Açúcar Mandioca, Milho e Feijão.
Moreno	Cana de Açúcar Olericultura	Cana de Açúcar Mandioca, Milho e Feijão.
Ribeirão	Cana de Açúcar Olericultura Fruticultura	Mandioca Banana, Cóco da Baha e Maracujá.
Sirinhaém	Cana de Açúcar Olericultura Fruticultura	Cana de Açúcar Mandioca Banana e Cóco da Baha.

Fonte: Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA)

A assistência técnica, a capacitação e a organização dos produtores são determinantes para dinamizar o desempenho destas atividades.

A agricultura representa 3% da atividade econômica da área que está sendo estudada. Neste setor encontram-se representadas 9000 famílias agrupadas em 25 associações. Estas associações se encontram representadas no Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável. Os dados compilados e analisados foram fornecidos pelo município de Ipojuca e se utilizaram como referencial para toda a área de trabalho.



Evolução do setor agropecuário  
Fonte: IBGE

### SETOR AGRICULTURA FRUTICULTURA E OLERICULTURA

A caracterização da agricultura local é de base familiar com forte presença de assentamentos da reforma agrária.

Os agricultores familiares são portadores de uma tradição, tanto no trabalho com a terra, quanto em seu modo de vida. Tal tradição inclui uma relativa autonomia, e uma organização familiar que compreende, dentre outros aspectos, o trabalho da família na propriedade; a produção de alimentos para consumo próprio, a produção destinada ao mercado.

### SETOR AGRICULTURA CANA-DE-AÇÚCAR

No estado de Pernambuco existem atualmente 24 unidades agroindustriais de cana-de-açúcar, das quais sete unidades encontram-se em seis municípios do território estratégico e processaram aproximadamente 1,5 milhões de toneladas/ano, envolvendo mais de 3 mil fornecedores.

É importante destacar o perfil dos cultivadores do Estado, onde 92,92% produzem cana-de-açúcar em áreas inferiores a 20 hectares, ou seja, suas bases produtivas estão classificadas como do tipo agricultura familiar.

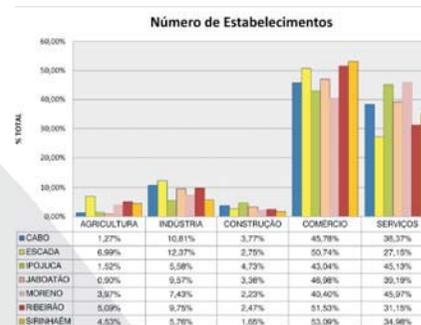
A atividade tem um forte significado para o Estado, pois o cultivo da cana remete ao período colonial brasileiro (século XVI) quando foram introduzidas as primeiras técnicas da atividade pré-industrial nos engenhos.

### SETOR INDUSTRIAL - METALÚRGICO METALURGIA E PRODUTOS DE METAL

A cadeia produtiva "metalurgia e produtos de metal" é formada pela combinação de duas atividades fortemente integradas: metalurgia básica e produtos de metal. A cadeia produtiva apresenta na parte central, uma sequência de atividades produtivas que convergem para a produção de produtos metalúrgicos, partindo do ferro-gusa e da siderurgia, e passando para a indústria de laminados e semiacabados.

A cadeia articula-se a montante com as atividades de mineração, sucatas e recicladas, carvão, máquinas e equipamentos e mecânica pesada, das quais recebe os insumos básicos; a jusante ela é formada, principalmente, pela construção civil e pela indústria metal-mecânica.

Ver tabela 6. Cadeia produtiva Metalúrgica.

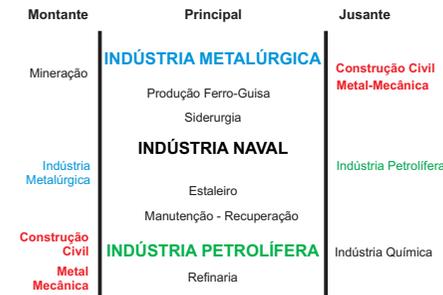


### SETOR INDUSTRIAL - METALÚRGICO METAL MECÂNICA

O chamado complexo metalmeccânico constitui, na verdade, um conjunto extremamente amplo e diversificado de setores de atividade econômica que o compoem. Atividades como construção naval, metalurgia e fabricacao de autopecas fazem parte dessa industria: tal peculiaridade faz com que parte da producao do setor seja consumida por ele proprio. Tradicionalmente, o setor metalmeccânico envolve atividades que se caracterizam por seu alto dinamismo, pela integracao enter os elos da cadeia e, sobretudo, pelo grau de internacionalizacao de seu comercio, o potencial estreturador e os efeitos dinamicos na economia.

### SETOR INDUSTRIAL - METALÚRGICO METAL MECÂNICA

A cadeia produtiva da indústria naval tem como núcleo central o estaleiro com a estrutura básica para a construção, montagem e reparação de navios e plataformas, formando a cadeia principal com o fornecimento de insumos básicos e peças dos produtos finais. A cadeia principal articula-se a montante com as seguintes atividades: metalurgia e produtos de metal, indústria madeiro-moveleira, máquinas e equipamentos, produção de peças para navios e plataformas, serviços de metrologia e serviços educacionais para formação de mão de obra. A cadeia articula-se a jusante com a indústria petrolífera e as transportadoras navais, compradoras dos produtos da indústria naval.



### SETOR INDUSTRIAL CONSTRUÇÃO CIVIL

A cadeia produtiva da construção civil tem como atividades-âncora as obras de edificação, com a demanda direta de insumos na cadeia principal.

Na cadeia a montante, destacam-se atividades produtivas, principalmente industriais, responsáveis pela produção e oferta de insumos básicos da construção civil, que serão estimuladas pelo crescimento da cadeia principal, independente ainda da capacidade de produção e resposta da economia pernambucana.

A jusante da cadeia produtiva central, aproveitando o seu produto final ou dando continuidade ao processo de beneficiamento e preparação, foram identificadas as atividades da indústria moveleira, da manutenção de construção civil, do transporte e aproveitamento de resíduos da construção, e dos serviços de decoração de ambiente.

### SETOR INDUSTRIAL CADEIA PETROLÍFERA

A cadeia produtiva do refino tem na refinaria a sua âncora central com a produção de diferentes combustíveis e produtos químicos, com destaque para etano e nafta, matérias primas da indústria química de poliéster. A cadeia a montante concentra-se em três grandes atividades produtivas: a indústria de petróleo e gás, materiais básicos da refinaria. Destacam-se a jusante como atividades principais: indústria química, de poliéster, a indústria produtora de energia e a indústria de tintas, vernizes e esmaltes, utilizando e beneficiando os produtos da refinaria.

# Análise Econômica

## Análise FOFA

### ECONOMIA - FOFA

		FORÇAS	FRAQUEZAS
		FATORES ENDÓGENOS	
FATORES EXÓGENOS	PORTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Muitos financiamentos em um tempo relativamente breve</li> <li>Atração de força de trabalho (com diferentes níveis de especialização)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O crescimento descontrolado (déficit de infraestrutura, habitação e mão de obra qualificada)</li> <li>Fraco relacionamento entre grandes indústrias estabelecidas no Porto e as MPEs locais</li> <li>Falta de dados econômicos-sociais baseados em pesquisas metodológicas</li> </ul>
	AGRICULTURA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Associação de 9 mil famílias de agricultores locais (divididos em 25 grupos)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fragil organização entre os produtores agrícolas locais</li> <li>Falta de uma clara gestão legal da terra</li> <li>Falta de dados econômicos-sociais baseados em pesquisas metodológicas</li> </ul>
	COMÉRCIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Representação do setor através da Câmara Dirigentes Lojistas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de produção local de artesanato</li> <li>Percentual elevado de comércio informal</li> <li>Falta de parcerias e iniciativas de cooperação entre os atores do comércio</li> <li>Falta de dados econômicos-sociais baseados em pesquisas metodológicas</li> </ul>
	METAL MECÂNICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Base histórica / tradição da atividade metalúrgica no</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de mão de obra qualificada no setor de metal-mecânico</li> <li>Falta de dados econômicos-sociais baseados em pesquisas metodológicas</li> </ul>
	METAL MECÂNICO		



		OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
		FATORES EXÓGENOS	
FATORES EXÓGENOS	TURISMO		
	PORTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>O crescimento econômico na região, estimulará indiretamente outros diversos setores</li> <li>Capacidade de criar algumas cadeias produtivas ligadas à economia do Porto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Trade off: Turismo – indústria</li> <li>Ameaça de empregos temporais para trabalhadores não- qualificados</li> </ul>
	AGRICULTURA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Possibilidade de fornecer à indústria do turismo os produtos agrícolas locais</li> <li>Potencial para criar um associativismo de base dos produtores agrícolas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Perda de trabalhadores rurais que migram para indústria</li> </ul>
	COMÉRCIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de uma lei que possibilitará a formalização de uma parte dos trabalhadores informais – Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006 - Lei Geral da MPE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Perda de trabalhadores do comércio que migram para a indústria</li> </ul>
METAL MECÂNICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cluster de estaleiros relacionadas com a metalurgia</li> <li>Criação de um distrito edílico (para alimentar os campos edílicos dos estados do CE e RN)</li> <li>Cluster Petroquímico (ligado à construção civil e metalurgia)</li> <li>Conexões com o cluster de cana</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Infra-estrutura incapaz de sustentar a indústria metal-mecânica</li> <li>Concorrência nacional e internacional para o setor metal-mecânico</li> </ul>	



### ECONOMIA POSSIBILIDADES E AMEAÇAS

A economia local encontra-se hoje diante da possibilidade de desfrutar dos grandes investimentos econômicos que interessarão à região nos próximos anos. Estes podem representar um forte estímulo, seja em termos de ocupação e efeitos indiretos, seja através da criação de verdadeiras cadeias produtivas ligadas às atividades da área industrial do Porto de Suape. Também em relação aos outros setores o crescimento do setor turístico, na região litorânea, poderá trazer um desenvolvimento dos serviços coligados a oferta turística, além de estimular investimentos do setor público na infra-estrutura primária. Poderá nascer, também, uma 'rede de trocas' entre os empreendimentos turísticos e os produtores agrícolas locais, estimulando o setor primário. Este último poderia extrair vantagens potencializando a capacidade de associar-se dos produtores que, atualmente, conseguem com dificuldade agir de maneira conjunta.

A estas numerosas potencialidades poderia, porém, corresponder uma perigosa, e de difícil controle, aceleração dos processos econômicos sociais e ambientais. O risco que esta região corre é que não saiba conduzir na justa direção este enorme investimento econômico: diante da presença de grande volume de capital privado não se desenvolve, paralelamente, uma adequada preparação e gestão dos atores públicos. O déficit infra-estrutural e habitacional, unido as fragilidades do controle ambiental, dão a impressão de um crescimento desordenado com efeitos potencialmente desastrosos. Preocupa, no entanto, que uma tão grande transformação não tenha sido adequadamente planejada de maneira participativa com o território e a população: esta última poderá se beneficiar dos efeitos positivos do crescimento econômico, mas, certamente, deverá enfrentar também, as eventuais ameaças. Conseguirá o território, em um breve tempo, apresentar uma resposta adequada a esta grande oferta de emprego? O ambiente e conseqüentemente o setor turístico está preparado para suportar a enorme carga provocada por um complexo produtivo de um tal dimensão? Parece claro que a região se encontrará diante do difícil exercício de traçar um limite entre a necessidade de um desenvolvimento industrial e a preservação ambiental, cumprindo o esforço de vislumbrar um delicado ponto de equilíbrio.

# Análise Econômica Dados

1. Tabela Região de Suape (2008) – Número de Trabalhadores

ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE/95)	Cabo	Escada	Ipojuca	Jaboatão	Moreno	Ribeirão	Sitinhoém	Total
<b>AGRICULTURA</b>	<b>849</b>	<b>758</b>	<b>182</b>	<b>1514</b>	<b>1115</b>	<b>759</b>	<b>224</b>	<b>5401</b>
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	848	758	159	1514	1115	759	118	5271
Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados	0	0	3	0	0	0	0	3
Pesca, aquicultura e serviços relacionados	1	0	20	0	0	0	106	127
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>10998</b>	<b>3510</b>	<b>7258</b>	<b>16310</b>	<b>693</b>	<b>856</b>	<b>5123</b>	<b>44748</b>
Extração de carvão mineral	0	0	2	4	0	0	0	6
Extração de petróleo e serviços relacionados	0	0	105	0	0	0	0	105
Extração de minerais metálicos	0	0	18	0	0	0	0	18
Extração de minerais não metálicos	0	0	30	140	0	0	0	170
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	4817	2838	4356	6021	331	105	5098	23566
Fabricação de produtos do fumo	0	0	0	0	0	0	0	0
Fabricação de produtos têxteis	526	0	25	1104	20	3	0	1678
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	21	1	21	391	2	0	3	439
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de	24	0	0	38	0	0	0	62
Fabricação de produtos de madeira	36	12	0	64	17	0	0	129
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	690	125	0	960	40	0	0	1815
Edição, impressão e reprodução de gravacoes	13	1	290	75	0	2	9	390
Fabriz de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nu	0	1	121	155	0	0	0	277
Fabricação de produtos químicos	556	28	540	1233	1	0	0	2358
Fabricação de artigos de borracha e plástico	960	24	159	1592	7	0	0	2742
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	1405	1	63	269	125	67	0	1930
Metalurgia básica	153	0	0	173	0	0	0	326
Fabricação de produtos de metal - exclusiv maquin e equipamentos	598	325	11	1222	20	611	13	2800
Fabricação de máquinas e equipamentos	718	57	6	625	63	10	0	1479
Fabriz de maquin para escritório e equipamentos de informatic	0	0	0	8	0	0	0	8
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2	5	0	1090	49	0	0	1146
Fabriz de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de com	7	0	0	0	0	0	0	7
Fabriz de equipamentos de instrumentação para usos medico hospital	0	0	0	18	0	0	0	18
Fabriz e montagem de veículos automotores, reboques e carroceri	43	2	0	345	0	0	0	390
Fabricação de outros equipamentos de transporte	0	3	1501	2	12	0	0	1518
Fabricação de móveis e indústrias diversas	137	87	5	618	6	7	0	860
Reciclagem	0	0	0	99	0	0	0	99
Betiicidade, gas e agua quente	289	0	5	59	0	14	0	367
Captaçao, tratamento e distribuição de agua	3	0	0	5	0	37	0	45
<b>CONSTRUÇÃO</b>	<b>2171</b>	<b>34</b>	<b>3624</b>	<b>3545</b>	<b>96</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>9480</b>
<b>COMÉRCIO</b>	<b>3497</b>	<b>976</b>	<b>2276</b>	<b>15857</b>	<b>537</b>	<b>397</b>	<b>354</b>	<b>23894</b>
Com e rep de veículos automotores e motocicletas, com a varejo de comb	430	198	115	2989	53	23	19	3827
Com por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	274	13	726	2884	40	16	0	3953
Com varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	2793	765	1435	9984	444	358	335	16114
<b>SERVIÇOS</b>	<b>11205</b>	<b>2958</b>	<b>11332</b>	<b>47844</b>	<b>3247</b>	<b>1448</b>	<b>942</b>	<b>78954</b>
Alojamento e alimentação	564	99	3552	3025	40	18	11	7309
Transporte terrestre	1031	151	569	6453	55	19	9	8287
Transporte aquaviário	0	0	0	12	0	0	0	12
Transporte aéreo	0	0	0	0	0	0	0	0
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agencias de viagem	159	0	861	1445	2	0	4	2471
Correio e telecomunicações	55	9	18	1948	5	18	3	2056
Intermediação financeira	103	35	54	329	27	19	11	578
Seguros e previdência complementar	7	0	0	7	0	0	0	14
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e prevcomplemen	0	0	0	76	25	2	0	106
Atividades imobiliárias	1222	0	359	2262	1	0	0	3844
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou op	61	5	56	175	1440	2	0	1739
Atividades de informática e serviços relacionados	38	6	3	116	71	1	0	235
Pesquisa e desenvolvimento	1	0	0	0	0	0	0	1
Serviços prestados principalmente as empresas	662	46	276	13793	83	54	1	14915
Administração pública, defesa e seguridade social	6220	2342	5223	10545	1295	1073	841	27539
Educação	493	153	89	2531	53	67	19	3405
Saúde e serviços sociais	309	33	26	1421	6	1	0	1796
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	9	0	10	2357	41	61	0	2478
Atividades associativas	119	33	183	656	66	70	42	1169
Atividades recreativas, culturais e desportivas	45	4	15	229	16	35	1	345
Serviços pessoais	107	22	32	460	21	6	0	648
Serviços domésticos	0	0	3	4	0	0	0	7
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>28720</b>	<b>8216</b>	<b>24672</b>	<b>85070</b>	<b>5688</b>	<b>3462</b>	<b>6449</b>	<b>162477</b>

Fonte: M T E (RAIS)

2. Tabela Região de Suape - Pernambuco (2008) – Número de Estabelecimentos

ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE/95)	Cabo	Escada	Ipojuca	Jaboatão	Moreno	Ribeirão	Sitinhoém	TOT 08	TOT 00	00 08
<b>AGRICULTURA</b>	<b>38</b>	<b>61</b>	<b>27</b>	<b>88</b>	<b>32</b>	<b>35</b>	<b>11</b>	<b>292</b>	<b>237</b>	<b>23.21%</b>
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	36	60	23	71	32	35	9	266	221	20.36%
Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados	0	0	1	7	0	0	0	8	8	0.00%
Pesca, aquicultura e serviços relacionados	2	1	3	10	0	0	2	18	8	125.00%
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>324</b>	<b>108</b>	<b>99</b>	<b>931</b>	<b>40</b>	<b>67</b>	<b>14</b>	<b>1603</b>	<b>1109</b>	<b>44.54%</b>
Extração de carvão mineral	0	0	1	1	0	0	0	2	0	-
Extração de petróleo e serviços relacionados	0	0	1	1	0	0	0	2	0	0.00%
Extração de minerais metálicos	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0.00%
Extração de minerais não metálicos	5	1	3	16	0	0	1	26	20	30.00%
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	73	43	33	261	16	26	9	461	367	25.61%
Fabricação de produtos do fumo	0	0	0	0	0	0	0	0	1	-100.00%
Fabricação de produtos têxteis	10	0	7	25	7	2	0	51	38	34.21%
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	14	3	11	65	4	5	7	104	77	35.06%
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de	2	0	0	9	1	0	0	12	8	50.00%
Fabricação de produtos de madeira	8	8	0	18	3	2	0	39	32	21.88%
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	6	1	1	15	2	0	0	25	13	92.31%
Edição, impressão e reprodução de gravacoes	14	3	7	43	5	7	1	80	47	70.21%
Fabriz de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nu	1	2	2	6	0	0	0	11	0	-
Fabricação de produtos químicos	26	3	4	62	2	0	0	97	68	42.65%
Fabricação de artigos de borracha e plástico	21	1	2	70	1	0	0	95	55	72.73%
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	23	6	5	36	6	3	0	79	73	8.22%
Metalurgia básica	5	0	0	15	0	0	0	20	27	-25.93%
Fabricação de produtos de metal - exclusiv maquin e equipamentos	46	12	5	66	3	6	1	139	86	61.63%
Fabricação de máquinas e equipamentos	21	6	4	55	3	3	0	92	24	283.33%
Fabriz de maquin para escritório e equipamentos de informatic	0	0	0	2	0	0	0	2	0	-
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	8	3	4	28	3	2	0	48	24	100.00%
Fabriz de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de com	1	0	0	2	0	0	0	3	4	-25.00%
Fabriz e montagem de veículos automotores, reboques e carroceri	1	0	0	9	0	0	0	10	7	42.86%
Fabricação de outros equipamentos de transporte	8	1	0	14	1	0	0	24	15	60.00%
Fabricação de móveis e indústrias diversas	0	1	2	2	1	0	0	6	4	50.00%
Fabriz de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nu	23	14	5	81	2	7	0	132	90	46.97%
Reciclagem	2	0	0	18	0	0	0	20	4	400.00%
Betiicidade, gas e agua quente	5	0	1	6	0	3	0	15	15	0.00%
Captaçao, tratamento e distribuição de agua	1	0	0	5	0	1	0	7	8	-12.50%
<b>CONSTRUÇÃO</b>	<b>113</b>	<b>24</b>	<b>84</b>	<b>327</b>	<b>18</b>	<b>17</b>	<b>4</b>	<b>587</b>	<b>395</b>	<b>48.61%</b>
<b>COMÉRCIO</b>	<b>1372</b>	<b>443</b>	<b>744</b>	<b>4571</b>	<b>324</b>	<b>354</b>	<b>129</b>	<b>7959</b>	<b>5479</b>	<b>45.26%</b>
Com e rep de veículos automotores e motocicletas, com a varejo de comb	138	63	30	488	21	25	7	772	449	71.94%
Com por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	76	21	62	573	100	11	2	845	489	72.80%
Com varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	1158	359	672	3510	205	318	120	6342	4541	39.66%
<b>SERVIÇOS</b>	<b>1150</b>	<b>237</b>	<b>801</b>	<b>3813</b>	<b>371</b>	<b>214</b>	<b>85</b>	<b>6471</b>	<b>4375</b>	<b>52.48%</b>
Alojamento e alimentação	208	48	324	451	14	36	5	1086	687	58.88%
Transporte terrestre	133	24	104	389	39	17	5	711	333	113.51%
Transporte aquaviário	0	0	1	2	0	0	0	3	1	200.00%
Transporte aéreo	0	0	0	0	0	0	0	0	2	-33.33%
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agencias de viagem	27	3	33	79	9	2	2	155	73	112.33%
Correio e telecomunicações	12	1	5	45	4	4	1	72	41	75.61%
Intermediação financeira	11	5	8	47	4	4	2	81	53	52.83%
Seguros e previdência complementar	1	0	0	14	0	0	0	15	25	-40.00%
Ativ. Aux. da intermediação financeira, seguros e prevcomplementar	6	0	2	27	5	2	0	42	25	68.00%
Atividades imobiliárias	20	0	38	660	5	0	1	724	621	16.59%
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou op	52	6	20	136	26	2	0	242	125	93.60%
Atividades de informática e serviços relacionados	22	4	5	60	35	2	1	129	61	111.48%
Pesquisa e desenvolvimento	1	0	0	1	0	0	0	2	0	-
Serviços prestados principalmente as empresas	144	38	62	475	85	40	4	848	644	31.68%
Administração pública, defesa e seguridade social	5	4	5	15	4	8	3	44	38	15.79%
Educação	169	29	58	533	52	36	5	882	603	46.27%
Saúde e serviços sociais	85	10	15	164	13	6	1	294	235	25.11%
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	4	0	4	10	1	1	0	22	8	175.00%
Atividades associativas	178	41	68	369						

# Análise Econômica Dados

## 3 Tabelas de Crédito Crediamigo BNB

### 3.1 Número de operações por Setor e Município

Qtde Empréstimo Desembolsado	2006	2007	2008	Por Ano
<b>CABO DE SANTO AGOSTINHO</b>				
Agricultura	0	0	35	35
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	100	55	74	229
Comunicações	0	0	0	0
Construção Civil	0	0	0	0
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0
Ind. Transformação	0	0	0	0
Intermediação Financeira, Imob.	0	0	0	0
Outros Serviços	0	0	0	0
Pecuária	0	0	0	0
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparação e Conservação	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	0	0	0
Serviços Básicos	0	0	0	0
Serviços Coletivos, Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	0	0	0	0
Turismo, Alimentação, Cultura	3	0	3	6
<b>Setor Atividade</b>	<b>103</b>	<b>56</b>	<b>112</b>	<b>271</b>
<b>RIBEIRAO</b>				
Agricultura	57	58	86	201
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	27	32	37	96
Comunicações	0	0	0	0
Construção Civil	0	0	0	0
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0
Ind. Transformação	5	0	1	6
Intermediação Financeira, Imob.	16	11	10	37
Outros Serviços	10	0	3	13
Pecuária	10	0	0	10
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparação e Conservação	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	0	0	0
Serviços Básicos	0	0	0	0
Serviços Coletivos, Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	8	0	0	8
Turismo, Alimentação, Cultura	0	0	0	0
<b>Setor Atividade</b>	<b>393</b>	<b>56</b>	<b>526</b>	<b>1.226</b>
<b>ESCADA</b>				
Agricultura	13	7	4	24
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	5	10	8	23
Comunicações	0	0	0	0
Construção Civil	1	0	0	1
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0
Ind. Transformação	0	0	0	0
Intermediação Financeira, Imob.	0	0	0	0
Outros Serviços	0	0	0	0
Pecuária	0	0	0	0
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparação e Conservação	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	0	0	0
Serviços Básicos	0	0	0	0
Serviços Coletivos, Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	0	0	0	0
Turismo, Alimentação, Cultura	0	0	0	0
<b>Setor Atividade</b>	<b>19</b>	<b>18</b>	<b>40</b>	<b>77</b>
<b>IPOJUCA</b>				
Agricultura	0	1	1	2
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	10	3	1	11
Comunicações	3	0	0	3
Construção Civil	4	0	4	8
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0
Ind. Transformação	0	0	0	0
Intermediação Financeira, Imob.	0	0	0	0
Outros Serviços	0	3	3	6
Pecuária	0	0	0	0
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparação e Conservação	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	0	0	0
Serviços Básicos	0	0	0	0
Serviços Coletivos, Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	0	0	0	0
Turismo, Alimentação, Cultura	0	0	0	0
<b>Setor Atividade</b>	<b>17</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>30</b>
<b>JABOTAO DOS GUARARAPES</b>				
Agricultura	0	0	0	0
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	312	194	242	748
Comunicações	0	0	0	0
Construção Civil	0	0	0	0
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0

Ind. Transformação	0	0	0	0
Intermediação Financeira, Imob.	0	0	0	0
Outros Serviços	0	0	0	0
Pecuária	9	1	2	12
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparação e Conservação	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	9	14	23
Serviços Básicos	0	0	0	0
Serviços Coletivos, Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	0	0	0	0
Turismo, Alimentação, Cultura	6	0	6	12
<b>Setor Atividade</b>	<b>327</b>	<b>204</b>	<b>264</b>	<b>795</b>
<b>MORENO</b>				
Agricultura	0	0	0	0
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	74	41	43	158
Comunicações	0	0	0	0
Construção Civil	0	0	0	0
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0
Ind. Transformação	0	0	0	0
Intermediação Financeira, Imob.	0	0	0	0
Outros Serviços	0	0	0	0
Pecuária	25	11	19	55
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparação e Conservação	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	0	0	0
Serviços Básicos	0	0	0	0
Serviços Coletivos, Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	0	0	0	0
Turismo, Alimentação, Cultura	0	0	0	0
<b>Setor Atividade</b>	<b>109</b>	<b>56</b>	<b>70</b>	<b>235</b>
<b>SIRINHAEM</b>				
Agricultura	20	15	20	55
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	20	20	42	82
Comunicações	0	0	0	0
Construção Civil	0	0	0	0
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0
Ind. Transformação	0	0	0	0
Intermediação Financeira, Imob.	0	0	0	0
Outros Serviços	0	0	0	0
Pecuária	0	0	0	0
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparação e Conservação	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	1	1	2
Serviços Básicos	0	0	0	0
Serviços Coletivos, Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	0	0	0	0
Turismo, Alimentação, Cultura	0	0	0	0
<b>Setor Atividade</b>	<b>40</b>	<b>35</b>	<b>62</b>	<b>137</b>

Fonte BNB

### 3.1.1 Número de operações por Setor

	N. OPERAZIONI 2006	N. OPERAZIONI 2007	N. OPERAZIONI 2008
AGRICULTURA	90	81	146
COMMERCCIO	548	352	447
COMUNICACOES	3	0	0
CONSTRUCCION	5	0	4
IND TRASFORMAC	5	0	1
OUTROS SERVICIO	16	11	10
PECUARIA	44	16	55
PESCA	0	1	0
TRANSPORTE	8	0	0
TURISMO	15	1	10

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco do Nordeste (BNB).

Nota: A tabela refere-se ao número das operações de alguns setores em comparação com o setor mais significativo, que é o comércio.

### 3.2 Valores de crédito por Setor e Município

Valor Empréstimo Desembolsado	2006	2007	2008	Por Ano
<b>CABO DE SANTO AGOSTINHO</b>				
Agricultura	0,00	0,00	21.740,00	21.740,00
Agroindustria	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercio	74.208,06	40.072,07	80.307,67	174.588,00
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00
Construção Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Energético	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Extrativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00
Intermediação Financeira, Imob.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Pecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0,00	621,00	0,00	621,00
Reparação e Conservação	0,00	0,00	0,00	0,00
Serv. a Empresas	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Básicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Coletivos, Sociais e P	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo, Alimentação, Cultura	1.700,00	0,00	1.700,00	3.400,00
<b>Setor Atividade</b>	<b>79.709,85</b>	<b>40.893,87</b>	<b>83.442,87</b>	<b>204.046,59</b>
<b>RIBEIRAO</b>				
Agricultura	47.865,21	40.948,85	85.222,85	174.036,91
Agroindustria	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercio	30.000,00	28.164,34	42.000,00	100.164,34
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00
Construção Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Energético	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Extrativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Transformação	2.700,00	0,00	3.700,00	6.400,00
Intermediação Financeira, Imob.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Pecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0,00	0,00	0,00	0,00
Reparação e Conservação	0,00	0,00	0,00	0,00
Serv. a Empresas	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Básicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Coletivos, Sociais e P	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes	2.806,28	0,00	0,00	2.806,28
Turismo, Alimentação, Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Setor Atividade</b>	<b>82.871,49</b>	<b>69.153,14</b>	<b>131.922,85</b>	<b>283.947,48</b>
<b>ESCADA</b>				
Agricultura	19.300,00	15.400,00	15.300,00	49.900,00
Agroindustria	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercio	4.212,76	8.930,00	8.701,05	21.843,81
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00
Construção Civil	600,00	0,00	0,00	600,00
Energético	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Extrativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00
Intermediação Financeira, Imob.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Pecuária	0,00	1.540,00	12.021,43	13.561,43
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0,00	0,00	0,00	0,00
Reparação e Conservação	0,00	0,00	0,00	0,00
Serv. a Empresas	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Básicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Coletivos, Sociais e P	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo, Alimentação, Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Setor Atividade</b>	<b>24.112,76</b>	<b>25.870,00</b>	<b>31.022,48</b>	<b>81.005,24</b>
<b>IPOJUCA</b>				
Agricultura	0,00	1.070,04	1.070,04	2.140,08
Comercio	6.101,14	0,00	105,34	6.206,48
Comunicações	2.360,00	0,00	0,00	2.360,00
Construção Civil	1.040,00	0,00	2.040,00	3.080,00
Energético	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Extrativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00
Intermediação Financeira, Imob.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Pecuária	0,00	1.080,00	1.080,00	2.160,00
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0,00	0,00	0,00	0,00
Reparação e Conservação	0,00	0,00	0,00	0,00
Serv. a Empresas	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Básicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços				

# Análise Econômica Dados

## 4. Número de Estabelecimentos

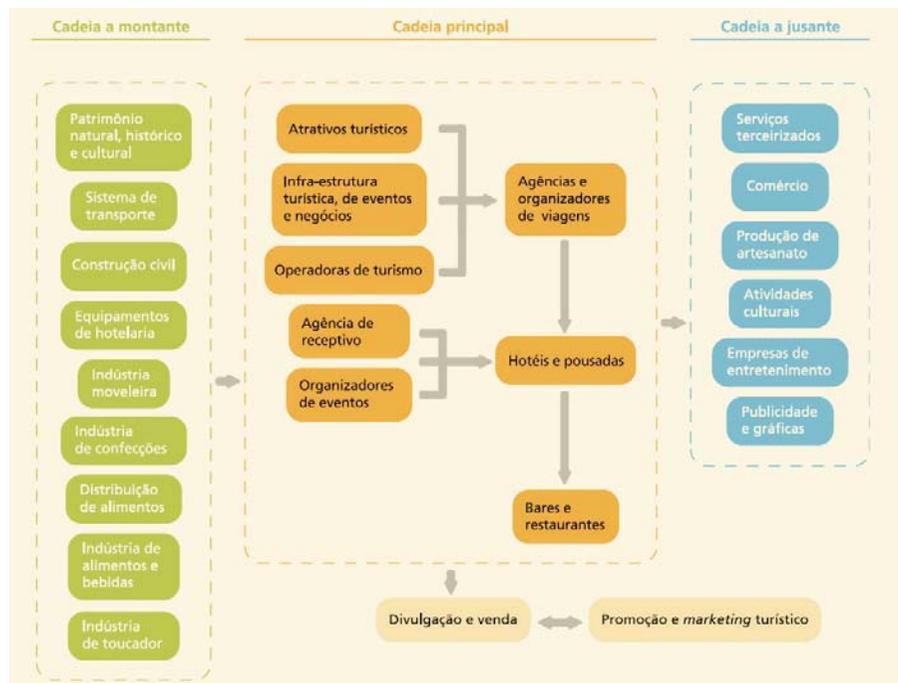
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS - 2008 (Região de Suape)

Classe de Atividade Econômica, CNAE - versão 2.0	Cabo de Santo Agostinho	Escada	Ipojuca	Jaboatão dos Guararapes	Moreno	Ribeirão	Sirinhaem	Total
Hotéis e similares	22	6	88	29	0	6	2	153
Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente	11	0	57	12	0	0	0	80
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	141	40	165	359	12	30	3	750
Serviços ambulantes de alimentação	1	0	0	4	0	0	0	5
Serviços de catering, buffê e outros serviços de comida preparada	33	2	14	47	2	0	0	98
Agências de viagens	2	0	11	29	1	1	1	45
Operadores turísticos	1	0	3	1	0	0	0	5
Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	0	0	0	2	2	0	0	4
<b>Total</b>	<b>211</b>	<b>48</b>	<b>338</b>	<b>483</b>	<b>17</b>	<b>37</b>	<b>6</b>	<b>1140</b>

Fonte: MTE (RAIS)

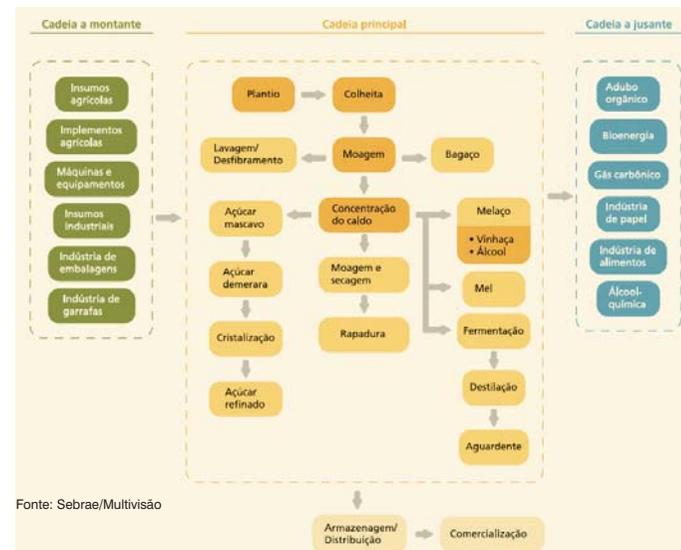
OBS: As classes utilizadas compõe as divisões 55 (alojamento), 56 (Alimentação) e 79 (Agência de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas)

## 4. Cadeia produtiva do turismo



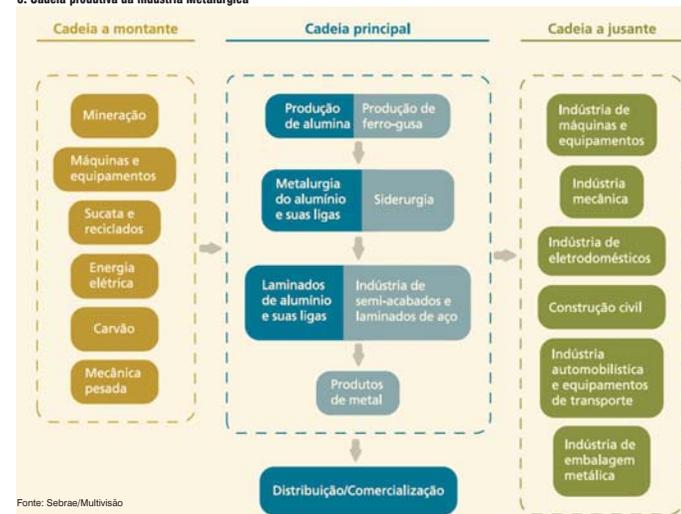
Fonte: Sebrae/Multivisão

## 5. Cadeia produtiva da indústria sucroalcooleira



Fonte: Sebrae/Multivisão

## 6. Cadeia produtiva da indústria Metalúrgica



Fonte: Sebrae/Multivisão

# Análises de Dinâmicas Urbanas

## Introdução Geral

### PROCESSOS EVOLUTIVOS COMO ESTÍMULO DE UM RENASCIMENTO URBANO?

A área de análise faz parte do estado de Pernambuco, nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, em conjunto com a região de Suape, a qual se sobrepõe ao território de ambos os municípios.

- As dinâmicas urbanas implicam em reconhecer a diversidade geográfica, climática e cultural de Pernambuco, e por sua vez, a variedade de respostas territoriais e ambientais.
- As dinâmicas urbanas absorvem as variações perceptivas que afetam os sentidos: odores, frio ou calor, seco ou úmido, suave ou áspero, ruído ou silêncio, perto ou longe. Incorporam por sua vez elementos e ciclos naturais dos habitantes de uma cidade: qualidade urbana.
- As dinâmicas urbanas buscam integrar as experiências, "vivências globais", e criar

"lugares" para diversificar e enfatizar a imagem da cidade: **responder de maneira integrada e sustentável às suas ofertas e demandas.**

- As dinâmicas urbanas adquirem um papel importante na construção dos símbolos de progresso onde a funcionalidade deve responder às necessidades humanas frente aos problemas atuais, de uma nova dimensão: **a região.** Falar de território significa dizer espaços construídos e não construídos.



### OBJETIVOS

Verificar a existência de um tecido urbano, onde seus processos sejam resultados de dinâmicas evolutivas e propositivas, frente à institucionalidade (Estado e Empresas) e à informalidade (habitantes, comércio formais e informais). Pela sua natureza territorial, este tecido está integrado com o desenvolvimento das formas urbanas através de políticas de gestão local e regional. É o surgimento do **diálogo e da urbanidade**, que não precede a regras no território pernambucano.

**Como se entende o conceito de habitação no território pernambucano? Até que ponto as diferentes sociedades atuam comunicando-se com políticas de integração na morfologia urbana? Quais são os aspectos críticos no crescimento do tecido urbano em relação à região de Suape? Existe uma apropriação do espaço público frente a essas manifestações territoriais?**

### METODOLOGIA

A - Reconhecimento do território:

- Trabalho de campo nos municípios de Cabo e Ipojuca
- Visita à região de Suape e ao complexo industrial e portuário

B - Entrevistas com informantes qualificados e habitantes.

C - Análises do Território:

- Estudo do Plano Estratégico de Suape
- Estudo dos planos diretores dos municípios
- Estudo de programas atuais presentes no território

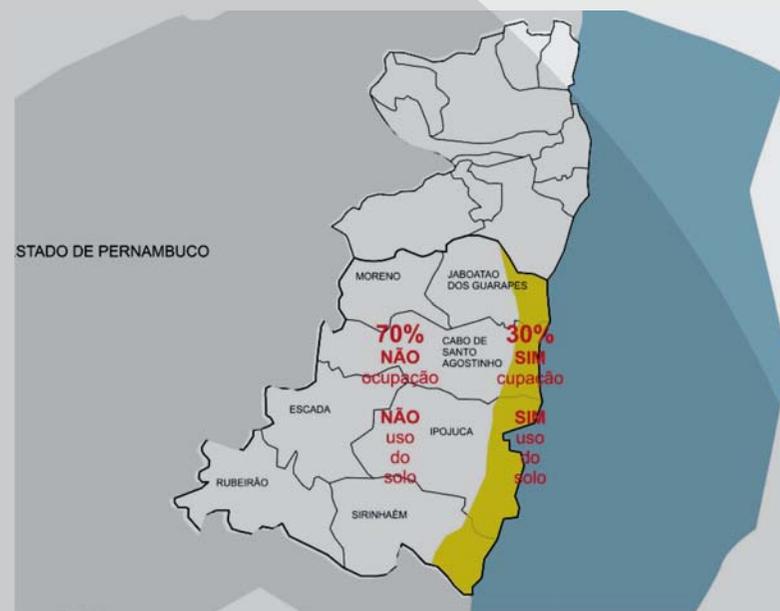
# Análises de Dinâmicas Urbanas

## Leitura Crítica

### LEITURA CRÍTICA

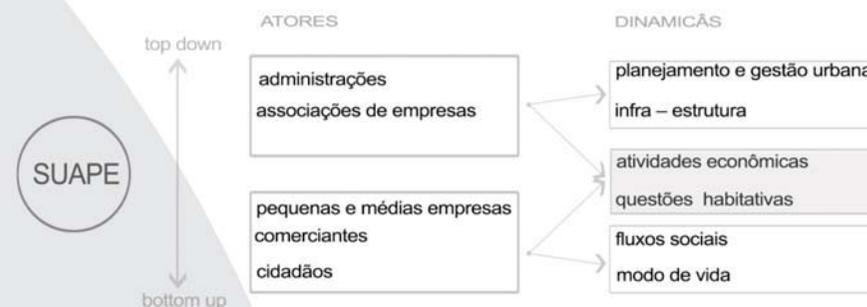
À nível regional e municipal tem se conseguido evidenciar uma série de **dinâmicas urbanas** da região de Pernambuco e da área estratégica de referência, que caracterizam o território outorgando-lhe uma diversidade de aspectos positivos e negativos, dos quais se individualizaram os seguintes:

↳ Concentração demográfica na área do litoral, com percentuais de 30% de ocupação livre e em contraste com os 70% de ocupação livre na área mais distante da costa.



- ↳ Sobreposição de funções e uso do solo num mesmo espaço físico dentro do território.
- ↳ Disposição livre de assentamentos isolados e irregulares (favelas) que evidenciam a ausência de conjuntos coerentes de planos habitacionais, espaços abertos e áreas verdes, que, em relação à norma urbanística, denotam uma carência de controle na região.

Na leitura crítica também se levou em consideração os efeitos que a instalação do complexo industrial portuário de Suape podem gerar no âmbito institucional e privado. Entendendo-se por institucional as administrações públicas e as associações entre empresas, e, por privado as pequenas e médias empresas da atividade comercial e os habitantes do território.



Segundo os respectivos âmbitos de intervenção, as relações entre atores determinam as características das dinâmicas urbanas, dentre elas, de forma particular, emergem as questões habitacionais e ou empreendedoras, pois sendo dinâmicas comuns aos dois âmbitos poderiam ser pontos válidos para definir as margens de ação.

Segundo os diferentes níveis de formalização vislumbramos uma série de questões conseqüentes à instalação do complexo industrial de Suape:

- A necessidade por parte da administração pública de organizar o território considera seja a formulação dos instrumentos para **planejamento e gestão urbana**, seja os substanciais intervenções públicas para a definição e o melhoramento da **rede infra-estrutural**, de acordo com as grandes associações de empresas.
- Os projetos que englobam as **questões habitacionais** feitos pelas instituições públicas se interceptam com os projetos da iniciativa privada. Por outro lado a mesma dinâmica se encontra no âmbito econômico com o **desenvolvimento empreendedor**, seja formal ou espontâneo.
- A articulação dos **fluxos** sociais modifica as relações entre diversos municípios, introduz o complexo como novo sujeito de referência e define novos **estilos de vida** e dinâmicas sociais.
- A tendência a uma maior concentração demográfica habitacional e comercial em torno da área onde se desenvolve o complexo industrial de Suape.

# Análises de Dinâmicas Urbanas

## ANÁLISES DE DINÂMICAS URBANAS DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, COM REFERÊNCIAS A SUA LOCALIZAÇÃO DENTRO DO ESTADO DE PERNAMBUCO E SUA RELAÇÃO COM A REGIÃO DE SUAPE

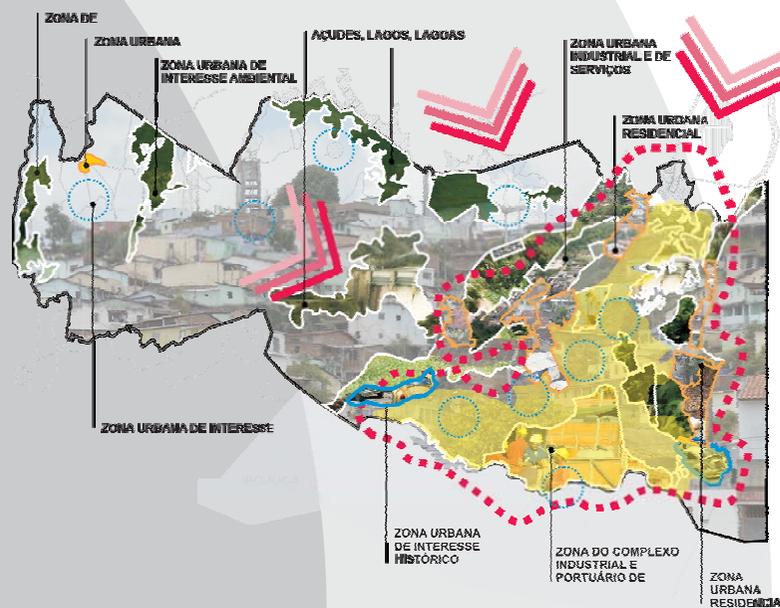


### DINÂMICAS URBANAS DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

Os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca encontram-se vinculados à área destinada a instalação do complexo de Suape.

No município do Cabo de Santo Agostinho, quanto às dinâmicas urbanas e ao uso do solo, evidenciam-se as áreas nas quais se encontra dividido o território, detectando-se os seguintes aspectos:

Uma forte presença de **linhas de tensão** existentes no complexo industrial Suape, além de superposição com zonas urbanas de interesse histórico, o qual levaria a uma degradação resultante da incoerência funcional e a criação de espaços anônimos carentes de identidade. Fora dos centros históricos e das áreas industriais, no setor oeste do município, evidencia-se um isolamento das zonas residenciais, o que denota a ausência de perspectivas futuras de desenvolvimento territorial integral.





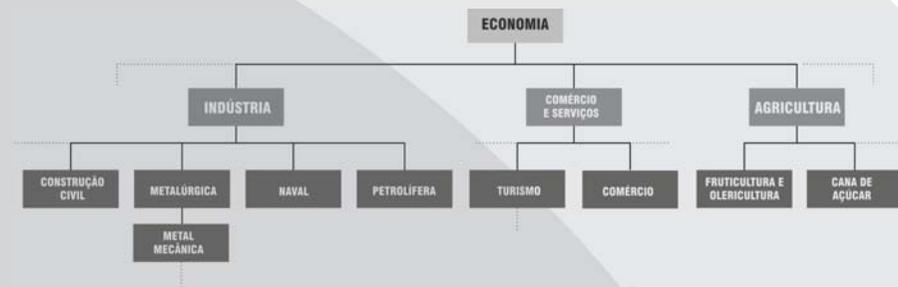
# Análise Econômica

## Organização Econômica da Área

### ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA DA ÁREA

#### ORGANOGRAMA SIMPLIFICADO DOS SETORES QUE IDENTIFICAMOS

Composição por setores e sub-setores principais que compõem o tecido econômico local.



### SETOR SERVIÇOS - TURISMO

O turismo é considerado atualmente como um dos maiores pilares da economia do território, considerar o impacto do turismo é complexo e sumamente importante por sua grande capacidade de criar externalidades e gerar divisas.

As análises feitas, partem dos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o mesmo não considera a categoria da cadeia de turismo, individualmente, mas o considera como parte do comércio e serviços.

Partindo desta classificação, para poder estimar os impactos da geração de empregos formais foram considerados dados dos sub-setores de "alojamento e alimentação", atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem" e "atividades recreativas, culturais e desportivas" dos Municípios de Cabo, Escada, Ipojuca, Jaboatão, Moreno, Ribeirão Sirinhaém. Fonte IBGE, 2008.

A quantidade de empregos demandada para estes três sub-setores é de 10.125 empregos, sendo assim distribuídos: a cadeia de alojamentos e alimentação gera 7309 empregos, atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem geram 2471 empregos e as atividades recreativas, culturais e desportivas geram 345 empregos. Pode-se dizer que o impacto é muito maior considerando que estes dados se referem ao número de trabalhadores formais, e não considera os demais atores formais e informais.

**Ver tabela 1.** Tabela Região de Suape (2008) – Número de Trabalhadores.

A participação por Município, em relação ao número de estabelecimentos alcança um total de 1.140 estabelecimentos, concentrados principalmente nos Municípios de Jaboatão, Ipojuca e Cabo.

**Ver tabela 4.** Número de Estabelecimentos.

O tipo de turismo demandado especialmente pelos Municípios de Ipojuca e Cabo é de lazer (sol, praia) e de eventos (negócios, encontros, seminários etc, principalmente nos resorts).

O setor de alojamentos cresceu de modo relevante nos últimos tempos. O mesmo se encontra dividido em várias categorias, sendo as mais significativas as pousadas e os resorts que no período de 1996/2004 teve um crescimento de 42,9%.

Existem várias associações e grupos que se uniram para gerar competitividade no setor turístico atual, trabalhando de forma coordenada para o escopo de objetivos comuns. Como exemplo tem-se os núcleos de governança existentes UNETUR (Cabo), PROTUR – PG (Ipojuca) e ACA – Associação Turística de Costa dos Arrecifes, com o objetivo de criar Qualificação Turística utilizando como instrumento de monitoração o Sistema GEOR do Sebrae.

**Ver tabela 5.** Cadeia produtiva do turismo.

### SETOR SERVIÇOS - COMÉRCIO

Do ponto de vista da geração econômica, a atividade comercial é historicamente importante para o Estado de Pernambuco e, apesar do leve decréscimo, continua a ser muito relevante. Em 2004 o comércio foi responsável pela geração de mais de 5,3 bilhões de reais em termos de Valor Adicionado (VA). O Valor Adicionado do comércio em 2004 foi maior que o VA da agropecuária (4,2 bilhões de reais) e da construção civil (4,3 bilhões de reais). Em média, no últimos dez anos, mais de 21% do produto gerado no setor terciário advinha do comércio.

O comércio para Pernambuco é relativamente mais importante do que para qualquer outra Unidade da Federação. Em 2006, o setor do comércio foi responsável por mais de 665 mil postos de trabalho (mais de 18% do total de pessoas ocupadas em Pernambuco), nas mais variadas funções (vendedores, gerentes, donos e sócios dos negócios, entre outras).

Em 2006, apenas 34,3% do total de pessoas ocupadas em Pernambuco estavam no setor formal do mercado de trabalho, enquanto os segmentos do varejo moderno (super e hiper-mercados e lojas de departamento) registraram índice de 66,7% de formalização. O comércio, de uma maneira geral, segue a tendência do mercado, com 66,4% de informalidade.



# Análise Econômica

## Organização Econômica da Área

### SETOR AGRICULTURA

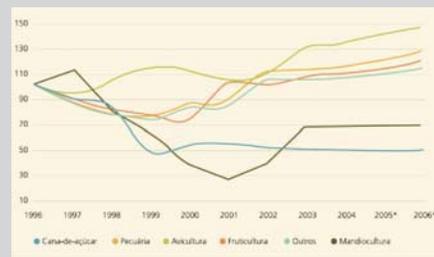
As culturas de destaque são a cana-de-açúcar, a olericultura e a fruticultura. A cana de açúcar é a atividade mais desenvolvida e a olericultura caracteriza-se pela facilidade de comercialização dos produtos, obtenção de linhas de crédito e inovação de tecnologia de produção orgânica. Em relação à fruticultura, destacam-se a implementação de tecnologias e processos de beneficiamento da produção.

MUNICÍPIOS	CULTURA	PRODUTOS
Cabo de Santo Agostinho	Cana de Açúcar Olericultura Fruticultura	Cana de Açúcar Mandioca e Batata Doce Banana, Cóco de Baha, Goiaba e Manga.
Escada	Cana de Açúcar Olericultura Fruticultura	Mandioca Banana, Cóco da Baha e Maracujá.
Ipojuca	Cana de Açúcar Olericultura Fruticultura	Cana de Açúcar Mandioca Cóco da Baha e Banana.
Jaboatão	Cana de Açúcar Olericultura	Cana de Açúcar Mandioca, Milho e Feijão.
Moreno	Cana de Açúcar Olericultura	Cana de Açúcar Mandioca, Milho e Feijão.
Ribeirão	Cana de Açúcar Olericultura Fruticultura	Mandioca Banana, Cóco da Baha e Maracujá.
Sirinhaém	Cana de Açúcar Olericultura Fruticultura	Cana de Açúcar Mandioca Banana e Cóco da Baha.

Fonte: Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA)

A assistência técnica, a capacitação e a organização dos produtores são determinantes para dinamizar o desempenho destas atividades.

A agricultura representa 3% da atividade econômica da área que está sendo estudada. Neste setor encontram-se representadas 9000 famílias agrupadas em 25 associações. Estas associações se encontram representadas no Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável. Os dados compilados e analisados foram fornecidos pelo município de Ipojuca e se utilizaram como referencial para toda a área de trabalho.



Evolução do setor agropecuário  
Fonte: IBGE

### SETOR AGRICULTURA FRUTICULTURA E OLERICULTURA

A caracterização da agricultura local é de base familiar com forte presença de assentamentos da reforma agrária.

Os agricultores familiares são portadores de uma tradição, tanto no trabalho com a terra, quanto em seu modo de vida. Tal tradição inclui uma relativa autonomia, e uma organização familiar que compreende, dentre outros aspectos, o trabalho da família na propriedade; a produção de alimentos para consumo próprio, a produção destinada ao mercado.

### SETOR AGRICULTURA CANA-DE-AÇÚCAR

No estado de Pernambuco existem atualmente 24 unidades agroindustriais de cana-de-açúcar, das quais sete unidades encontram-se em seis municípios do território estratégico e processaram aproximadamente 1,5 milhões de toneladas/ano, envolvendo mais de 3 mil fornecedores.

É importante destacar o perfil dos cultivadores do Estado, onde 92,92% produzem cana-de-açúcar em áreas inferiores a 20 hectares, ou seja, suas bases produtivas estão classificadas como do tipo agricultura familiar.

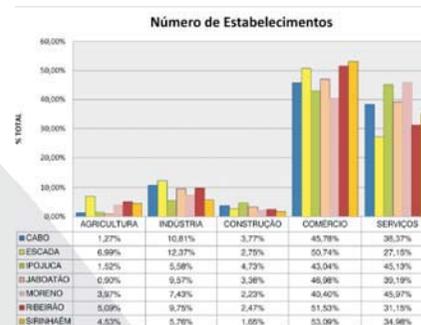
A atividade tem um forte significado para o Estado, pois o cultivo da cana remete ao período colonial brasileiro (século XVI) quando foram introduzidas as primeiras técnicas da atividade pré-industrial nos engenhos.

### SETOR INDUSTRIAL - METALÚRGICO METALURGIA E PRODUTOS DE METAL

A cadeia produtiva "metalurgia e produtos de metal" é formada pela combinação de duas atividades fortemente integradas: metalurgia básica e produtos de metal. A cadeia produtiva apresenta na parte central, uma sequência de atividades produtivas que convergem para a produção de produtos metalúrgicos, partindo do ferro-guisa e da siderurgia, e passando para a indústria de laminados e semiacabados.

A cadeia articula-se a montante com as atividades de mineração, sucatas e recicladas, carvão, máquinas e equipamentos e mecânica pesada, das quais recebe os insumos básicos; a jusante ela é formada, principalmente, pela construção civil e pela indústria metal-mecânica.

Ver tabela 6. Cadeia produtiva Metalúrgica.

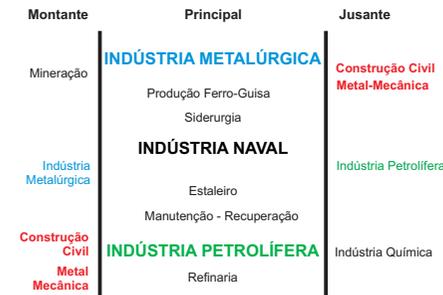


### SETOR INDUSTRIAL - METALÚRGICO METAL MECÂNICA

O chamado complexo metalmeccânico constitui, na verdade, um conjunto extremamente amplo e diversificado de setores de atividade econômica que o compoem. Atividades como construção naval, metalurgia e fabricação de autopeças fazem parte dessa indústria: tal peculiaridade faz com que parte da produção do setor seja consumida por ele próprio. Tradicionalmente, o setor metalmeccânico envolve atividades que se caracterizam por seu alto dinamismo, pela integração entre os elos da cadeia e, sobretudo, pelo grau de internacionalização de seu comércio, o potencial estruturador e os efeitos dinâmicos na economia.

### SETOR INDUSTRIAL - METALÚRGICO METAL MECÂNICA

A cadeia produtiva da indústria naval tem como núcleo central o estaleiro com a estrutura básica para a construção, montagem e reparação de navios e plataformas, formando a cadeia principal com o fornecimento de insumos básicos e peças dos produtos finais. A cadeia principal articula-se a montante com as seguintes atividades: metalurgia e produtos de metal, indústria madeiro-moveleira, máquinas e equipamentos, produção de peças para navios e plataformas, serviços de metrologia e serviços educacionais para formação de mão de obra. A cadeia articula-se a jusante com a indústria petrolífera e as transportadoras navais, compradoras dos produtos da indústria naval.



### SETOR INDUSTRIAL CONSTRUÇÃO CIVIL

A cadeia produtiva da construção civil tem como atividades-âncora as obras de edificação, com a demanda direta de insumos na cadeia principal.

Na cadeia a montante, destacam-se atividades produtivas, principalmente industriais, responsáveis pela produção e oferta de insumos básicos da construção civil, que serão estimuladas pelo crescimento da cadeia principal, independente ainda da capacidade de produção e resposta da economia pernambucana.

A jusante da cadeia produtiva central, aproveitando o seu produto final ou dando continuidade ao processo de beneficiamento e preparação, foram identificadas as atividades da indústria moveleira, da manutenção de construção civil, do transporte e aproveitamento de resíduos da construção, e dos serviços de decoração de ambiente.

### SETOR INDUSTRIAL CADEIA PETROLÍFERA

A cadeia produtiva do refino tem na refinaria a sua âncora central com a produção de diferentes combustíveis e produtos químicos, com destaque para etano e nafta, matérias primas da indústria química de poliéster. A cadeia a montante concentra-se em três grandes atividades produtivas: a indústria de petróleo e gás, materiais básicos da refinaria. Destacam-se a jusante como atividades principais: indústria química, de poliéster, a indústria produtora de energia e a indústria de tintas, vernizes e esmaltes, utilizando e beneficiando os produtos da refinaria.

# Análise Econômica

## Análise FOFA

### ECONOMIA - FOFA

		FORÇAS	FRAQUEZAS
		FATORES ENDÓGENOS	
	TURISMO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Muitos financiamentos em um tempo relativamente breve</li> <li>Atração de força de trabalho (com diferentes níveis de especialização)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O crescimento descontrolado (déficit de infraestrutura, habitação e mão de obra qualificada)</li> <li>Fraco relacionamento entre grandes indústrias estabelecidas no Porto e as MPEs locais</li> <li>Falta de dados econômicos-sociais baseados em pesquisas metodológicas</li> </ul>
	PORTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Associação de 9 mil famílias de agricultores locais (divididos em 25 grupos)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fragil organização entre os produtores agrícolas locais</li> <li>Falta de uma clara gestão legal da terra</li> <li>Falta de dados econômicos-sociais baseados em pesquisas metodológicas</li> </ul>
	AGRICULTURA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Representação do setor através da Câmara Dirigentes Lojistas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de produção local de artesanato</li> <li>Percentual elevado de comércio informal</li> <li>Falta de parcerias e iniciativas de cooperação entre os atores do comércio</li> <li>Falta de dados econômicos-sociais baseados em pesquisas metodológicas</li> </ul>
	COMÉRCIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Base histórica / tradição da atividade metalúrgica no</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de mão de obra qualificada no setor de metal-mecânico</li> <li>Falta de dados econômicos-sociais baseados em pesquisas metodológicas</li> </ul>
	METAL MECÂNICO		



		OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
		FATORES EXÓGENOS	
	TURISMO	<ul style="list-style-type: none"> <li>O crescimento econômico na região, estimulará indiretamente outros diversos setores</li> <li>Capacidade de criar algumas cadeias produtivas ligadas à economia do Porto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Trade off: Turismo – indústria</li> <li>Ameaça de empregos temporais para trabalhadores não-qualificados</li> </ul>
	PORTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Possibilidade de fornecer à indústria do turismo os produtos agrícolas locais</li> <li>Potencial para criar um associativismo de base dos produtores agrícolas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Perda de trabalhadores rurais que migram para indústria</li> </ul>
	AGRICULTURA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de uma lei que possibilitará a formalização de uma parte dos trabalhadores informais – Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006 - Lei Geral da MPE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Perda de trabalhadores do comércio que migram para a indústria</li> </ul>
	COMÉRCIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cluster de estaleiros relacionadas com a metalurgia</li> <li>Criação de um distrito eólico (para alimentar os campos eólicos dos estados do CE e RN)</li> <li>Cluster Petroquímico (ligado à construção civil e metalurgia)</li> <li>Conexões com o cluster de cana</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Infra-estrutura incapaz de sustentar a indústria metal-mecânica</li> <li>Concorrência nacional e internacional para o setor metal-mecânico</li> </ul>



### ECONOMIA POSSIBILIDADES E AMEAÇAS

A economia local encontra-se hoje diante da possibilidade de desfrutar dos grandes investimentos econômicos que interessarão à região nos próximos anos. Estes podem representar um forte estímulo, seja em termos de ocupação e efeitos indiretos, seja através da criação de verdadeiras cadeias produtivas ligadas às atividades da área industrial do Porto de Suape. Também em relação aos outros setores o crescimento do setor turístico, na região litorânea, poderá trazer um desenvolvimento dos serviços coligados a oferta turística, além de estimular investimentos do setor público na infra-estrutura primária. Poderá nascer, também, uma 'rede de trocas' entre os empreendimentos turísticos e os produtores agrícolas locais, estimulando o setor primário. Este último poderia extrair vantagens potencializando a capacidade de associar-se dos produtores que, atualmente, conseguem com dificuldade agir de maneira conjunta.

A estas numerosas potencialidades poderia, porém, corresponder uma perigosa, e de difícil controle, aceleração dos processos econômicos sociais e ambientais. O risco que esta região corre é que não saiba conduzir na justa direção este enorme investimento econômico: diante da presença de grande volume de capital privado não se desenvolve, paralelamente, uma adequada preparação e gestão dos atores públicos. O déficit infra-estrutural e habitacional, unido as fragilidades do controle ambiental, dão a impressão de um crescimento desordenado com efeitos potencialmente desastrosos. Preocupa, no entanto, que uma tão grande transformação não tenha sido adequadamente planejada de maneira participativa com o território e a população: esta última poderá se beneficiar dos efeitos positivos do crescimento econômico, mas, certamente, deverá enfrentar também, as eventuais ameaças. Conseguirá o território, em um breve tempo, apresentar uma resposta adequada a esta grande oferta de emprego? O ambiente e conseqüentemente o setor turístico está preparado para suportar a enorme carga provocada por um complexo produtivo de um tal dimensão? Parece claro que a região se encontrará diante do difícil exercício de traçar um limite entre a necessidade de um desenvolvimento industrial e a preservação ambiental, cumprindo o esforço de vislumbrar um delicado ponto de equilíbrio.

# Análise Econômica Dados

1. Tabela Região de Suape (2008) – Número de Trabalhadores

ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE/95)	Cabo	Escada	Ipojuca	Jaboatão	Moreno	Ribeirão	Sitinhoém	Total
<b>AGRICULTURA</b>	<b>849</b>	<b>758</b>	<b>182</b>	<b>1514</b>	<b>1115</b>	<b>759</b>	<b>224</b>	<b>5401</b>
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	848	758	159	1514	1115	759	118	5271
Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados	0	0	3	0	0	0	0	3
Pesca, aquicultura e serviços relacionados	1	0	20	0	0	0	106	127
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>10998</b>	<b>3510</b>	<b>7258</b>	<b>16310</b>	<b>693</b>	<b>856</b>	<b>5123</b>	<b>44748</b>
Extração de carvão mineral	0	0	2	4	0	0	0	6
Extração de petróleo e serviços relacionados	0	0	105	0	0	0	0	105
Extração de minerais metálicos	0	0	18	0	0	0	0	18
Extração de minerais não metálicos	0	0	30	140	0	0	0	170
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	4817	2838	4356	6021	331	105	5098	23566
Fabricação de produtos do fumo	0	0	0	0	0	0	0	0
Fabricação de produtos têxteis	526	0	25	1104	20	3	0	1678
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	21	1	21	391	2	0	3	439
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de	24	0	0	38	0	0	0	62
Fabricação de produtos de madeira	36	12	0	64	17	0	0	129
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	690	125	0	960	40	0	0	1815
Edição, impressão e reprodução de gravacoes	13	1	290	75	0	2	9	390
Fábrica de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nu	0	1	121	155	0	0	0	277
Fabricação de produtos químicos	556	28	540	1233	1	0	0	2358
Fabricação de artigos de borracha e plástico	960	24	159	1592	7	0	0	2742
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	1405	1	63	269	125	67	0	1930
Meturgia básica	153	0	0	173	0	0	0	326
Fabricação de produtos de metal - exclusiv. máquinas e equipamentos	598	325	11	1222	20	611	13	2800
Fabricação de máquinas e equipamentos	718	57	6	625	63	10	0	1479
Fábrica de máquinas para escritório e equipamentos de informatic	0	0	0	8	0	0	0	8
Fábrica de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2	5	0	1090	49	0	0	1146
Fábrica de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de com	7	0	0	0	0	0	0	7
Fábrica de equipamentos de instrumentação para usos médico hospital	0	0	0	18	0	0	0	18
Fábrica e montagem de veículos automotores, reboques e carroceri	43	2	0	345	0	0	0	390
Fabricação de outros equipamentos de transporte	0	3	1501	2	12	0	0	1518
Fabricação de móveis e indústrias diversas	137	87	5	618	6	7	0	860
Reciclagem	0	0	0	99	0	0	0	99
Betlicidade, gás e água quente	289	0	5	59	0	14	0	367
Captação, tratamento e distribuição de água	3	0	0	5	0	37	0	45
<b>CONSTRUÇÃO</b>	<b>2171</b>	<b>34</b>	<b>3624</b>	<b>3545</b>	<b>96</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>9480</b>
<b>COMÉRCIO</b>	<b>3497</b>	<b>976</b>	<b>2276</b>	<b>15857</b>	<b>537</b>	<b>397</b>	<b>354</b>	<b>23894</b>
Com e rep de veículos automotores e motocicletas, com a varejo de comb	430	198	115	2989	53	23	19	3827
Com por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	274	13	726	2884	40	16	0	3953
Com varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	2793	765	1435	9984	444	358	335	16114
<b>SERVIÇOS</b>	<b>11205</b>	<b>2958</b>	<b>11332</b>	<b>47844</b>	<b>3247</b>	<b>1448</b>	<b>942</b>	<b>78954</b>
Alojamento e alimentação	554	99	3552	3025	40	18	11	7309
Transporte terrestre	1031	151	569	6453	55	19	9	8287
Transporte aquaviário	0	0	0	12	0	0	0	12
Transporte aéreo	0	0	0	0	0	0	0	0
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	159	0	861	1445	2	0	4	2471
Correio e telecomunicações	55	9	18	1948	5	18	3	2056
Intermediação financeira	103	35	54	329	27	19	11	578
Seguros e previdência complementar	7	0	0	7	0	0	0	14
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e prevcomplemen	0	0	0	76	25	2	0	106
Atividades imobiliárias	1222	0	359	2262	1	0	0	3844
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou op	61	5	56	175	1440	2	0	1739
Atividades de informática e serviços relacionados	38	6	3	116	71	1	0	235
Pesquisa e desenvolvimento	1	0	0	0	0	0	0	1
Serviços prestados principalmente às empresas	662	46	276	13793	83	54	1	14915
Administração pública, defesa e seguridade social	6220	2342	5223	10545	1295	1073	841	27539
Educação	493	153	89	2531	53	67	19	3405
Saúde e serviços sociais	309	33	26	1421	6	1	0	1796
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	9	0	10	2357	41	61	0	2478
Atividades associativas	119	33	183	656	66	70	42	1169
Atividades recreativas, culturais e desportivas	45	4	15	229	16	35	1	345
Serviços pessoais	107	22	32	460	21	6	0	648
Serviços domésticos	0	0	3	4	0	0	0	7
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>28720</b>	<b>8216</b>	<b>24672</b>	<b>85070</b>	<b>5688</b>	<b>3462</b>	<b>6449</b>	<b>162477</b>

Fonte: M T E (RAIS)

2. Tabela Região de Suape – Pernambuco (2008) – Número de Estabelecimentos

ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE/95)	Cabo	Escada	Ipojuca	Jaboatão	Moreno	Ribeirão	Sitinhoém	TOT 08	TOT 00	00 08
<b>AGRICULTURA</b>	<b>38</b>	<b>61</b>	<b>27</b>	<b>88</b>	<b>32</b>	<b>35</b>	<b>11</b>	<b>292</b>	<b>237</b>	<b>23.21%</b>
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	36	60	23	71	32	35	9	266	221	20.36%
Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados	0	0	1	7	0	0	0	8	8	0.00%
Pesca, aquicultura e serviços relacionados	2	1	3	10	0	0	2	18	8	125.00%
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>324</b>	<b>108</b>	<b>99</b>	<b>931</b>	<b>40</b>	<b>67</b>	<b>14</b>	<b>1603</b>	<b>1109</b>	<b>44.54%</b>
Extração de carvão mineral	0	0	1	1	0	0	0	2	0	-
Extração de petróleo e serviços relacionados	0	0	1	1	0	0	0	2	0	0.00%
Extração de minerais metálicos	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0
Extração de minerais não metálicos	5	1	3	16	0	0	1	26	20	30.00%
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	73	43	33	261	16	26	9	461	367	25.61%
Fabricação de produtos do fumo	0	0	0	0	0	0	0	0	1	-100.00%
Fabricação de produtos têxteis	10	0	7	25	7	2	0	51	38	34.21%
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	14	3	11	65	4	5	7	104	77	35.06%
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de	2	0	0	9	1	0	0	12	8	50.00%
Fabricação de produtos de madeira	8	8	0	18	3	2	0	39	32	21.88%
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	6	1	1	15	2	0	0	25	13	92.31%
Edição, impressão e reprodução de gravacoes	14	3	7	43	5	7	1	80	47	70.21%
Fábrica de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nu	1	2	2	6	0	0	0	11	0	-
Fabricação de produtos químicos	26	3	4	62	2	0	0	97	68	42.65%
Fabricação de artigos de borracha e plástico	21	1	2	70	1	0	0	95	55	72.73%
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	23	6	5	36	6	3	0	79	73	8.22%
Meturgia básica	5	0	0	15	0	0	0	20	27	-25.93%
Fabricação de produtos de metal - exclusiv. máquinas e equipamentos	46	12	5	66	3	6	1	139	86	61.63%
Fabricação de máquinas e equipamentos	21	6	4	55	3	3	0	92	24	283.33%
Fábrica de máquinas para escritório e equipamentos de informatic	0	0	0	2	0	0	0	2	0	-
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	8	3	4	28	3	2	0	48	24	100.00%
Fábrica de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de com	1	0	0	2	0	0	0	3	4	-25.00%
Fábrica e montagem de veículos automotores, reboques e carroceri	8	1	0	14	1	0	0	24	15	60.00%
Fabricação de outros equipamentos de transporte	0	1	2	2	1	0	0	6	4	50.00%
Fabricação de móveis e indústrias diversas	23	14	5	81	2	7	0	132	90	46.97%
Reciclagem	2	0	0	18	0	0	0	20	4	400.00%
Betlicidade, gás e água quente	5	0	1	6	0	3	0	15	15	0.00%
Captação, tratamento e distribuição de água	1	0	0	5	0	1	0	7	8	-12.50%
<b>CONSTRUÇÃO</b>	<b>113</b>	<b>24</b>	<b>84</b>	<b>327</b>	<b>18</b>	<b>17</b>	<b>4</b>	<b>587</b>	<b>395</b>	<b>48.61%</b>
<b>COMÉRCIO</b>	<b>1372</b>	<b>443</b>	<b>744</b>	<b>4571</b>	<b>324</b>	<b>354</b>	<b>129</b>	<b>7959</b>	<b>5479</b>	<b>45.26%</b>
Com e rep de veículos automotores e motocicletas, com a varejo de comb	138	63	30	488	21	25	7	772	449	71.94%
Com por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	76	21	62	573	100	11	2	845	489	72.80%
Com varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	1158	359	672	3510	205	318	120	6342	4541	39.66%
<b>SERVIÇOS</b>	<b>1150</b>	<b>237</b>	<b>801</b>	<b>3813</b>	<b>371</b>	<b>214</b>	<b>85</b>	<b>6471</b>	<b>4375</b>	<b>52.48%</b>
Alojamento e alimentação	208	48	324	451	14	36	5	1086	687	58.88%
Transporte terrestre	133	24	104	389	39	17	5	711	333	113.51%
Transporte aquaviário	0	0	1	2	0	0	0	3	1	200.00%
Transporte aéreo	0	0	0	0	0	0	0	2	3	-33.33%
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	27	3	33	79	9	2	2	155	73	112.33%
Correio e telecomunicações	12	1	5	45	4	4	1	72	41	75.61%
Intermediação financeira	11	5	8	47	4	4	2	81	53	52.83%
Seguros e previdência complementar	1	0	0	14	0	0	0	15	25	-40.00%
Ativ. Aux. da intermediação financeira, seguros e prevcomplementar	6	0	2	27	5	2	0	42	25	68.00%
Atividades imobiliárias	20	0	38	660	5	0	1	724	621	16.59%
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou op	52	6	20	136	26	2	0	242	125	93.60%
Atividades de informática e serviços relacionados	22	4	5	60	35	2	1	129	61	111.48%
Pesquisa e desenvolvimento	1	0	0	1	0	0	0	2	0	-
Serviços prestados principalmente às empresas	144	38	62	475	85	40	4	848	644	31.68%
Administração pública, defesa e seguridade social	5	4	5	15	4	8	3	44	38	15.79%
Educação	169	29	58	533	52	36	5	882	603	46.27%
Saúde e serviços sociais	85	10	15	164	13	6	1	294	235	25.11%
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	4	0	4	10	1	1	0	22	8	175.00%
Atividades associativas	178	41	68	369	48	43	47	794	529	50.99%
Atividades recreativas, culturais e desportivas	46	14	29	13						

# Análise Econômica Dados

## 3 Tabelas de Crédito Crediamigo BNB

### 3.1 Número de operações por Setor e Município

Qtde Empréstimo Desembolsado	2006	2007	2008	Por Ano
<b>CABO DE SANTO AGOSTINHO</b>				
Agricultura	0	0	35	35
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	100	55	74	229
Comunicações	0	0	0	0
Construcao Civil	0	0	0	0
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0
Ind. Transformacao	0	0	0	0
Intermediacao Financeira,Imob	0	0	0	0
Outros Servicos	0	0	0	0
Pecuaria	0	0	0	0
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparacao e Conservacao	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	0	0	0
Servicos Basicos	0	0	0	0
Servicos Coletivos,Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	0	0	0	0
Turismo, Alimentacao, Cultura	3	0	3	6
<b>Setor Atividade</b>	<b>103</b>	<b>56</b>	<b>112</b>	<b>271</b>
<b>RIBEIRAO</b>				
Agricultura	57	58	86	201
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	27	32	37	96
Comunicações	0	0	0	0
Construcao Civil	0	0	0	0
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0
Ind. Transformacao	5	0	1	6
Intermediacao Financeira,Imob	16	11	10	37
Outros Servicos	10	0	3	13
Pecuaria	10	0	0	10
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparacao e Conservacao	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	0	0	0
Servicos Basicos	0	0	0	0
Servicos Coletivos,Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	8	0	0	8
Turismo, Alimentacao, Cultura	0	0	0	0
<b>Setor Atividade</b>	<b>393</b>	<b>56</b>	<b>526</b>	<b>1.226</b>
<b>ESCADA</b>				
Agricultura	13	7	4	24
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	5	10	8	23
Comunicações	0	0	0	0
Construcao Civil	1	0	0	1
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0
Ind. Transformacao	0	0	0	0
Intermediacao Financeira,Imob	0	0	0	0
Outros Servicos	0	0	0	0
Pecuaria	0	0	0	0
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparacao e Conservacao	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	0	0	0
Servicos Basicos	0	0	0	0
Servicos Coletivos,Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	0	0	0	0
Turismo, Alimentacao, Cultura	0	0	0	0
<b>Setor Atividade</b>	<b>19</b>	<b>18</b>	<b>40</b>	<b>77</b>
<b>IPOJUCA</b>				
Agricultura	0	1	1	2
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	10	3	1	11
Comunicações	3	0	0	3
Construcao Civil	4	0	4	8
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0
Ind. Transformacao	0	0	0	0
Intermediacao Financeira,Imob	0	0	0	0
Outros Servicos	0	3	3	6
Pecuaria	0	0	0	0
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparacao e Conservacao	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	0	0	0
Servicos Basicos	0	0	0	0
Servicos Coletivos,Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	0	0	0	0
Turismo, Alimentacao, Cultura	0	0	0	0
<b>Setor Atividade</b>	<b>17</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>30</b>
<b>JABOTAO DOS GUARARAPES</b>				
Agricultura	0	0	0	0
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	312	194	242	748
Comunicações	0	0	0	0
Construcao Civil	0	0	0	0
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0

<b>MORENO</b>				
Ind. Transformacao	0	0	0	0
Intermediacao Financeira,Imob	0	0	0	0
Outros Servicos	0	0	0	0
Pecuaria	9	1	2	12
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparacao e Conservacao	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	9	14	23
Servicos Basicos	0	0	0	0
Servicos Coletivos,Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	0	0	0	0
Turismo, Alimentacao, Cultura	6	0	6	12
<b>Setor Atividade</b>	<b>327</b>	<b>204</b>	<b>264</b>	<b>795</b>
<b>SIRINHAEM</b>				
Agricultura	0	0	0	0
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	74	41	43	158
Comunicações	0	0	0	0
Construcao Civil	0	0	0	0
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0
Ind. Transformacao	0	0	0	0
Intermediacao Financeira,Imob	0	0	0	0
Outros Servicos	0	0	0	0
Pecuaria	25	11	19	55
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparacao e Conservacao	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	0	0	0
Servicos Basicos	0	0	0	0
Servicos Coletivos,Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	0	0	0	0
Turismo, Alimentacao, Cultura	0	0	0	0
<b>Setor Atividade</b>	<b>109</b>	<b>56</b>	<b>70</b>	<b>235</b>
<b>ESCADA</b>				
Agricultura	20	15	20	55
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	20	20	42	82
Comunicações	0	0	0	0
Construcao Civil	0	0	0	0
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0
Ind. Transformacao	0	0	0	0
Intermediacao Financeira,Imob	0	0	0	0
Outros Servicos	0	0	0	0
Pecuaria	0	0	0	0
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparacao e Conservacao	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	0	0	0
Servicos Basicos	0	0	0	0
Servicos Coletivos,Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	0	0	0	0
Turismo, Alimentacao, Cultura	0	0	0	0
<b>Setor Atividade</b>	<b>40</b>	<b>35</b>	<b>62</b>	<b>137</b>

Fonte BNB

### 3.1.1 Número de operações por Setor

	N. OPERAZIONI 2006	N. OPERAZIONI 2007	N. OPERAZIONI 2008
<b>AGRICULTURA</b>	<b>90</b>	<b>81</b>	<b>146</b>
<b>COMMERCCIO</b>	<b>548</b>	<b>352</b>	<b>447</b>
<b>COMUNICACOES</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>CONSTRUCCION</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>4</b>
<b>IND TRASFORMAC</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>OUTROS SERVICIO</b>	<b>16</b>	<b>11</b>	<b>10</b>
<b>PECUARIA</b>	<b>44</b>	<b>16</b>	<b>55</b>
<b>PESCA</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>TRANSPORTE</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>TURISMO</b>	<b>15</b>	<b>1</b>	<b>10</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco do Nordeste (BNB).

Nota: A tabela refere-se ao número das operações de alguns setores em comparação com o setor mais significativo, que é o comércio.

### 3.2 Valores de crédito por Setor e Município

Valor Empréstimo Desembolsado	2006	2007	2008	Por Ano
<b>CABO DE SANTO AGOSTINHO</b>				
Agricultura	0,00	0,00	21.740,00	21.740,00
Agroindustria	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercio	74.208,06	40.072,07	80.307,67	174.588,00
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00
Construcao Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Energético	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Extrativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Transformacao	0,00	0,00	0,00	0,00
Intermediacao Financeira,Imob	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Servicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pecuaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0,00	621,00	0,00	621,00
Reparacao e Conservacao	0,00	0,00	0,00	0,00
Serv. a Empresas	0,00	0,00	0,00	0,00
Servicos Basicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Servicos Coletivos,Sociais e P	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo, Alimentacao, Cultura	1.700,00	0,00	1.700,00	3.400,00
<b>Setor Atividade</b>	<b>79.709,85</b>	<b>40.693,87</b>	<b>83.442,67</b>	<b>204.334,00</b>
<b>RIBEIRAO</b>				
Agricultura	47.865,21	40.848,85	85.222,85	183.738,91
Agroindustria	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercio	30.000,00	28.164,34	42.000,00	100.164,34
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00
Construcao Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Energético	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Extrativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Transformacao	2.700,00	0,00	3.200,00	5.900,00
Intermediacao Financeira,Imob	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Servicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pecuaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0,00	0,00	0,00	0,00
Reparacao e Conservacao	0,00	0,00	0,00	0,00
Serv. a Empresas	0,00	0,00	0,00	0,00
Servicos Basicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Servicos Coletivos,Sociais e P	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes	2.806,28	0,00	0,00	2.806,28
Turismo, Alimentacao, Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Setor Atividade</b>	<b>276.802,79</b>	<b>248.024,14</b>	<b>475.485,47</b>	<b>999.256,40</b>
<b>ESCADA</b>				
Agricultura	19.300,00	15.400,00	15.300,00	49.000,00
Agroindustria	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercio	4.212,76	8.930,00	8.701,05	21.843,81
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00
Construcao Civil	600,00	0,00	0,00	600,00
Energético	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Extrativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Transformacao	0,00	0,00	0,00	0,00
Intermediacao Financeira,Imob	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Servicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pecuaria	0,00	1.540,00	12.021,43	13.561,43
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0,00	0,00	0,00	0,00
Reparacao e Conservacao	0,00	0,00	0,00	0,00
Serv. a Empresas	0,00	0,00	0,00	0,00
Servicos Basicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Servicos Coletivos,Sociais e P	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo, Alimentacao, Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Setor Atividade</b>	<b>24.172,76</b>	<b>25.071,00</b>	<b>31.452,48</b>	<b>80.714,24</b>
<b>IPOJUCA</b>				
Agricultura	0,00	1.070,04	1.070,04	2.140,08
Comercio	6.101,14	0,00	105,34	6.206,48
Comunicações	2.260,00	0,00	0,00	2.260,00
Construcao Civil	1.040,00	0,00	2.040,00	3.080,00
Energético	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Extrativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Transformacao	0,00	0,00	0,00	0,00
Intermediacao Financeira,Imob	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Servicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pecuaria	0,00	1.080,00	1.080,00	2.160,00
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0,00	0,00	0,00	0,00

# Análise Econômica Dados

## 4. Número de Estabelecimentos

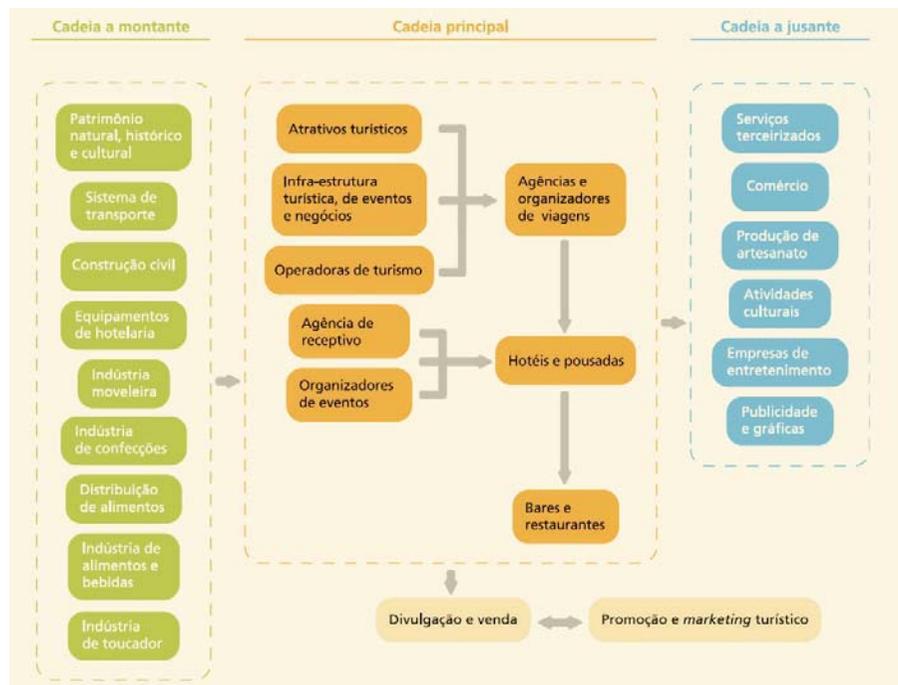
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS - 2008 (Região de Suape)

Classe de Atividade Econômica, CNAE - versão 2.0	Cabo de Santo Agostinho	Escada	Ipojuca	Jaboatão dos Guararapes	Moreno	Ribeirão	Sirinhaem	Total
Hóteis e similares	22	6	88	29	0	6	2	153
Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente	11	0	57	12	0	0	0	80
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	141	40	165	359	12	30	3	750
Serviços ambulantes de alimentação	1	0	0	4	0	0	0	5
Serviços de catering, buffê e outros serviços de comida preparada	33	2	14	47	2	0	0	98
Agências de viagens	2	0	11	29	1	1	1	45
Operadores turísticos	1	0	3	1	0	0	0	5
Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	0	0	0	2	2	0	0	4
<b>Total</b>	<b>211</b>	<b>48</b>	<b>338</b>	<b>483</b>	<b>17</b>	<b>37</b>	<b>6</b>	<b>1140</b>

Fonte: MTE (RAIS)

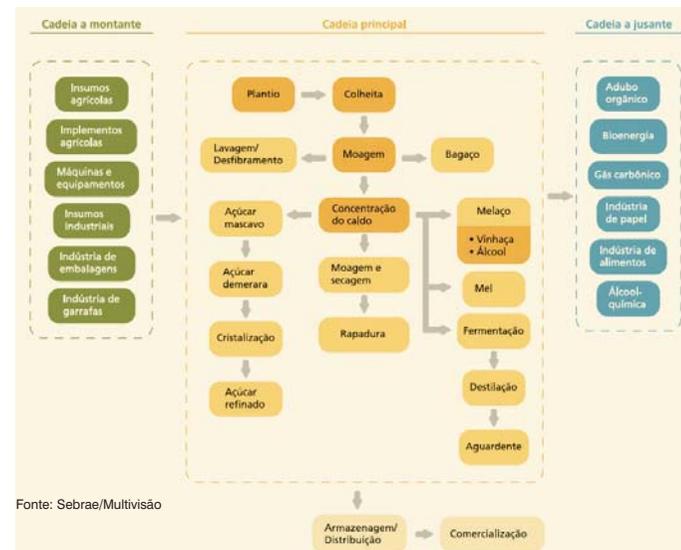
OBS: As classes utilizadas compõe as divisões 55 (alojamento), 54 (Alimentação) e 79 (Agência de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas)

## 4. Cadeia produtiva do turismo



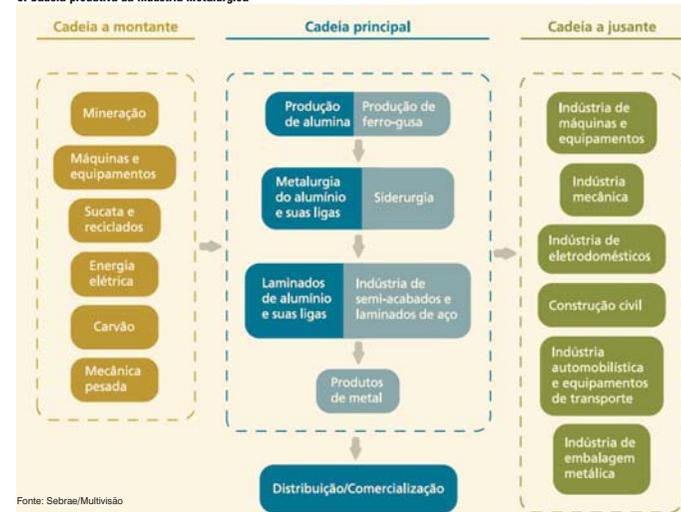
Fonte: Sebrae/Multivisão

## 5. Cadeia produtiva da indústria sucroalcooleira



Fonte: Sebrae/Multivisão

## 6. Cadeia produtiva da indústria Metalúrgica



Fonte: Sebrae/Multivisão

# Análises de Dinâmicas Urbanas

## Introdução Geral

### PROCESSOS EVOLUTIVOS COMO ESTÍMULO DE UM RENASCIMENTO URBANO?

A área de análise faz parte do estado de Pernambuco, nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, em conjunto com a região de Suape, a qual se sobrepõe ao território de ambos os municípios.

- As dinâmicas urbanas implicam em reconhecer a diversidade geográfica, climática e cultural de Pernambuco, e por sua vez, a variedade de respostas territoriais e ambientais.
- As dinâmicas urbanas absorvem as variações perceptivas que afetam os sentidos: odores, frio ou calor, seco ou úmido, suave ou áspero, ruído ou silêncio, perto ou longe. Incorporam por sua vez elementos e ciclos naturais dos habitantes de uma cidade: qualidade urbana.
- As dinâmicas urbanas buscam integrar as experiências, "vivências globais", e criar

"lugares" para diversificar e enfatizar a imagem da cidade: **responder de maneira integrada e sustentável às suas ofertas e demandas.**

- As dinâmicas urbanas adquirem um papel importante na construção dos símbolos de progresso onde a funcionalidade deve responder às necessidades humanas frente aos problemas atuais, de uma nova dimensão: **a região.** Falar de território significa dizer espaços construídos e não construídos.



### OBJETIVOS

Verificar a existência de um tecido urbano, onde seus processos sejam resultados de dinâmicas evolutivas e propositivas, frente à institucionalidade (Estado e Empresas) e à informalidade (habitantes, comércio formais e informais). Pela sua natureza territorial, este tecido está integrado com o desenvolvimento das formas urbanas através de políticas de gestão local e regional. É o surgimento do **diálogo e da urbanidade**, que não precede a regras no território pernambucano.

**Como se entende o conceito de habitação no território pernambucano? Até que ponto as diferentes sociedades atuam comunicando-se com políticas de integração na morfologia urbana? Quais são os aspectos críticos no crescimento do tecido urbano em relação à região de Suape? Existe uma apropriação do espaço público frente a essas manifestações territoriais?**

### METODOLOGIA

A - Reconhecimento do território:

- Trabalho de campo nos municípios de Cabo e Ipojuca
- Visita à região de Suape e ao complexo industrial e portuário

B - Entrevistas com informantes qualificados e habitantes.

C - Análises do Território:

- Estudo do Plano Estratégico de Suape
- Estudo dos planos diretores dos municípios
- Estudo de programas atuais presentes no território

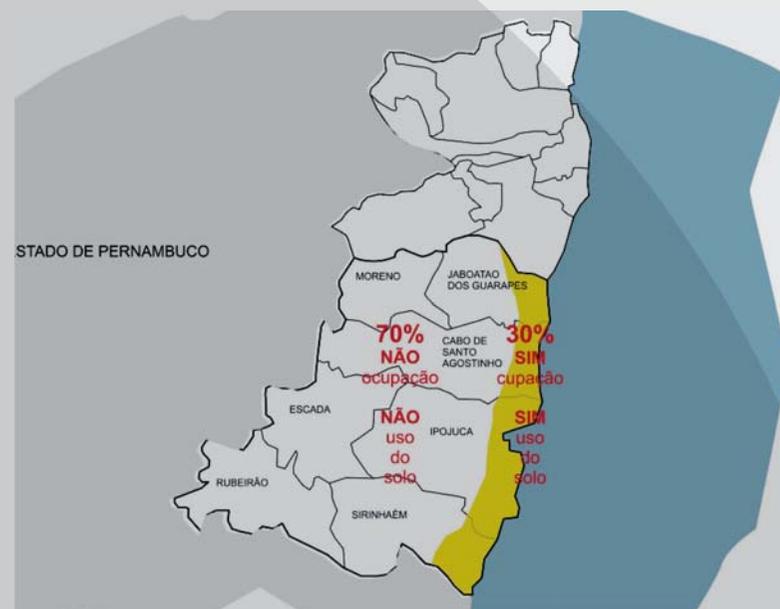
# Análises de Dinâmicas Urbanas

## Leitura Crítica

### LEITURA CRÍTICA

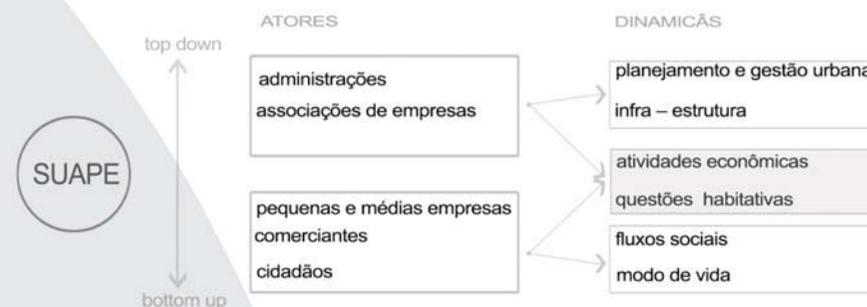
A nível regional e municipal tem se conseguido evidenciar uma série de **dinâmicas urbanas** da região de Pernambuco e da área estratégica de referência, que caracterizam o território outorgando-lhe uma diversidade de aspectos positivos e negativos, dos quais se individualizaram os seguintes:

∞ Concentração demográfica na área do litoral, com percentuais de 30% de ocupação livre e em contraste com os 70% de ocupação livre na área mais distante da costa.



- ∞ Sobreposição de funções e uso do solo num mesmo espaço físico dentro do território.
- ∞ Disposição livre de assentamentos isolados e irregulares (favelas) que evidenciam a ausência de conjuntos coerentes de planos habitacionais, espaços abertos e áreas verdes, que, em relação à norma urbanística, denotam uma carência de controle na região.

Na leitura crítica também se levou em consideração os efeitos que a instalação do complexo industrial portuário de Suape podem gerar no âmbito institucional e privado. Entendendo-se por institucional as administrações públicas e as associações entre empresas, e, por privado as pequenas e médias empresas da atividade comercial e os habitantes do território.



Segundo os respectivos âmbitos de intervenção, as relações entre atores determinam as características das dinâmicas urbanas, dentre elas, de forma particular, emergem as questões habitacionais e ou empreendedoras, pois sendo dinâmicas comuns aos dois âmbitos poderiam ser pontos válidos para definir as margens de ação.

Segundo os diferentes níveis de formalização vislumbramos uma série de questões conseqüentes à instalação do complexo industrial de Suape:

- A necessidade por parte da administração pública de organizar o território considera seja a formulação dos instrumentos para **planejamento e gestão urbana**, seja os substanciais intervenções públicas para a definição e o melhoramento da **rede infra-estrutural**, de acordo com as grandes associações de empresas.
- Os projetos que englobam as **questões habitacionais** feitos pelas instituições públicas se interceptam com os projetos da iniciativa privada. Por outro lado a mesma dinâmica se encontra no âmbito econômico com o **desenvolvimento empreendedor**, seja formal ou espontâneo.
- A articulação dos **fluxos** sociais modifica as relações entre diversos municípios, introduz o complexo como novo sujeito de referência e define novos **estilos de vida** e dinâmicas sociais.
- A tendência a uma maior concentração demográfica habitacional e comercial em torno da área onde se desenvolve o complexo industrial de Suape.

# Análises de Dinâmicas Urbanas

## ANÁLISES DE DINÂMICAS URBANAS DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, COM REFERÊNCIAS A SUA LOCALIZAÇÃO DENTRO DO ESTADO DE PERNAMBUCO E SUA RELAÇÃO COM A REGIÃO DE SUAPE

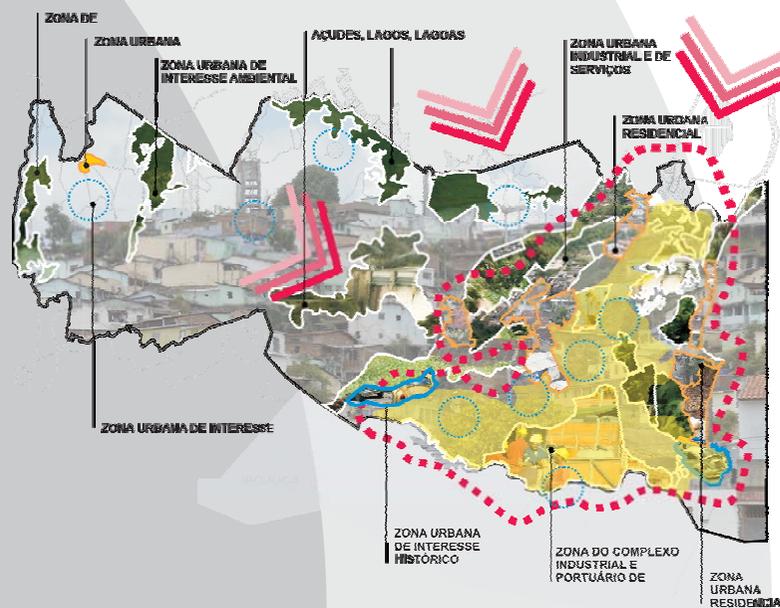


### DINÂMICAS URBANAS DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

Os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca encontram-se vinculados à área destinada a instalação do complexo de Suape.

No município do Cabo de Santo Agostinho, quanto às dinâmicas urbanas e ao uso do solo, evidenciam-se as áreas nas quais se encontra dividido o território, detectando-se os seguintes aspectos:

Uma forte presença de **linhas de tensão** existentes no complexo industrial Suape, além de superposição com zonas urbanas de interesse histórico, o qual levaria a uma degradação resultante da incoerência funcional e a criação de espaços anônimos carentes de identidade. Fora dos centros históricos e das áreas industriais, no setor oeste do município, evidencia-se um isolamento das zonas residenciais, o que denota a ausência de perspectivas futuras de desenvolvimento territorial integral.



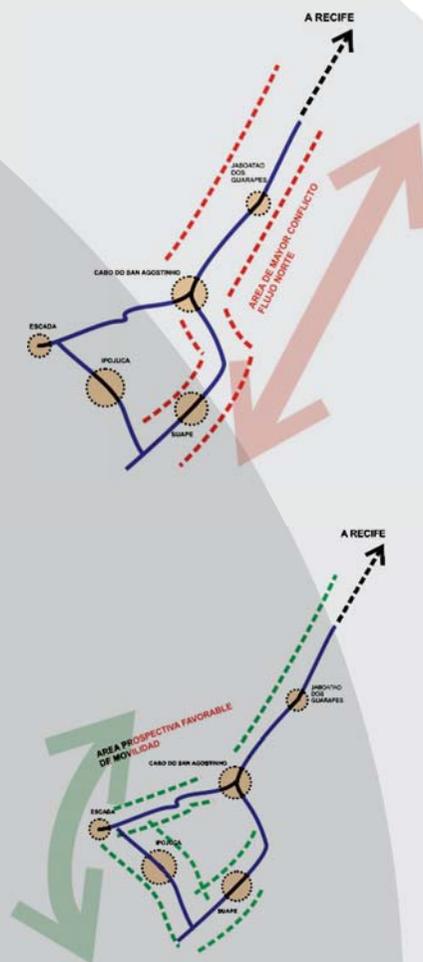


# Análises de Dinâmicas Urbanas

## ESQUEMAS POSITIVOS E NEGATIVOS DE MOVIMENTOS ENTRE A REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE E A REGIÃO DE SUAPE E OS MUNICÍPIOS

### MAPA DE MOVILIDADE

No que diz respeito à **mobilidade** na região, evidencia-se entre Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo do Santo Agostinho e Suape um dos maiores conflitos quanto ao **congestionamento do trânsito**, devido ao grande pico dos fluxos diários provocado pelo complexo portuário de Suape em relação aos municípios próximos. A falta de uma infra-estrutura viária é uma das causas deste problema, podendo ser sistematizada e controlada pela frequência de mobilidade.



Como fator positivo pode-se evidenciar as **progressivas instalações industriais consolidadas** no Município de Escada, o que possibilita uma dinâmica de mobilidade mediante vias mais regulamentadas e descongestionadas compreendendo os municípios de Ipojuca, Escada e Cabo de Santo Agostinho, gerando desta maneira **uma perspectiva favorável de mobilidade no futuro** e uma possível proposta de malha viária e integrada entre os municípios.



# Análises de Dinâmicas Urbanas

## Análise FOFA

### FOFA

Com a análise FOFA se propõe um enquadramento do território individualizando os pontos de força, fraqueza, oportunidade e ameaça, extraindo reflexões baseadas em um processo de estudo e visita in loco. A releitura dos pontos elencados gerou uma natural catalogação em três temáticas: instrumentos urbanos, tecido social e qualidade urbana.

	FORÇAS	FRAQUEZAS
INSTRUMENTOS URBANOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de instrumentos urbanos tais como: programas habitacionais, planos, competência, GIS Suape, ZEIS, ambulatórios nas periferias, Sistema S, PAC;</li> <li>Existência de exemplos isolados de alta competência técnica;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desequilíbrio entre competências Municipais X Suape;</li> <li>Incapacidade Municipal de controlar o crescimento urbano (coleta de lixo, serviços, infra-estrutura e déficit habitacional);</li> <li>Falta de articulação entre Municípios/ Suape e Município/ Município;</li> </ul>
TECIDO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tecido social consolidado em escala local (bairros);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pouca atenção ao homem como cidadão X ao homem como trabalhador;</li> <li>A imigração intensa é vista apenas como um risco;</li> </ul>
QUALIDADE URBANA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tendência a um dinamismo social e urbano mais ou menos formalizado;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Presença de obstáculos para manejo de famílias inseridas em áreas irregulares;</li> <li>Desequilíbrio de espaços abertos/ verdes no tecido urbano;</li> <li>Ausência de manutenção dos espaços públicos, logo a população não se sente parte desse espaço, gerando degradação (problemas de reciprocidade Município X Moradores);</li> </ul>

	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
INSTRUMENTOS URBANOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Investimentos e programas de compensação social chegam ao território de maneira integrada e eficiente;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Por existir uma atenção prioritária no setor do turismo, existe um descaso aos Distritos internos;</li> </ul>
TECIDO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>Imigração intensa como um novo início de transformações territoriais;</li> <li>Nova forma de participação baseada na valorização do capital humano existente (associações formais e informais);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento da disparidade sócio- econômica (muito investimento em Suape X "esquecimento" do tecido urbano de influência direta);</li> </ul>
QUALIDADE URBANA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sistema de transporte integrado para um crescimento sustentável da região;</li> <li>Rede de atividades industriais difusas e integradas;</li> <li>Aproveitamento da área de passeio para melhorar qualidade do ambiente urbano (área de transição público X privado);</li> <li>Recuperação das infra- estruturas urbanas/ ambientais para integrar e melhorar a qualidade urbana;</li> <li>Criação de uma estrutura integrada de serviços: equipamentos urbanos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O crescimento e surgimento de favelas colocam em perigo a qualidade urbana (desequilíbrio entre espaços verdes e áreas edificadas);</li> <li>Ocupação de área protegida por classe média;</li> </ul>



### CONCLUSÃO

A existência de tantos planos urbanos não é uma condição suficiente para a concretização dos mesmos no território, pois a gestão está comprometida pela ausência de articulação, seja ela vertical (Governo- Estado- Município - Suape) ou horizontal (entre Municípios).

Com o desenvolvimento industrial de Suape haveria um fluxo migratório que atualmente é compreendido como um risco social, mas se entendido como capital humano poderia ser uma oportunidade para início de novas transformações territoriais. Essa nova visão representaria um ponto de partida para restituir aos trabalhadores uma dignidade humana e impedir uma excessiva disparidade sócio- econômica, apoiado em formas associativas e programas de integração social.

O aumento populacional em curto prazo, se não gerido de forma integrada, poderia ser muito impactante sobre a qualidade urbana do território. Este cenário se concretizaria no nascimento de favelas, podendo gerar um desequilíbrio entre espaços públicos/ verdes e áreas edificadas. Com essa má gestão os habitantes não se reconheceriam como parte, deixando- os em completa degradação. A presença de uma infra- estrutura (viária, saneamento básico e energia) problemática ou inexistente poderia comprometer ainda mais o território.

Uma maior articulação entre as competências públicas e/ ou privadas poderia contribuir para o êxito nos processos urbanos melhorando a qualidade de vida dos habitantes e potencializando um desenvolvimento mais sustentável.

Com possíveis investimentos e programas de compensação social poderia haver um favorecimento no desenvolvimento integrado do território, seja no setor turístico, seja nos centros urbanos existentes.



# Análises Território e Ambiente

## Introdução

### INTRODUÇÃO

A aproximação levada avante nesta seção permite inserir a intervenção de Suape em uma ótica mais ampla, de modo a analisar melhor a recaída complexa que esta versa de maneira orgânica sobre o território inteiro. O estudo apresentado a seguir pretende compreender a área determinada pelo território estratégico do porto industrial de Suape e suas áreas de influência. Além dos dois municípios que fazem parte efetivamente da zona portuária, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, outros três municípios – Moreno, Escada e Jaboatão dos Guararapes – figuram como área de influência direta que,

provavelmente, sofrerá efeitos consideráveis com a efetivação do complexo devido à proximidade com as atividades portuário-industriais. Perifericamente, estuda-se a relação da área de Suape com a região metropolitana de Recife, que também já sofre e continuará a sofrer decorrências, mais ou menos diretas, da instalação do complexo de Suape. Embora os assuntos individuados para a seqüência do trabalho sejam complementares e essencialmente inter-relacionados, esta análise foi subdividida em três pontos de interesse específico a fim de interpretar mais

profundamente os dados alcançados: um ponto que diz respeito aos instrumentos e métodos de planejamento urbano e territorial, um outro que tem como foco a problemática ambiental relacionada à fragilidade e ao potencial do sistema ecológico local e, por último, uma parte específica sobre a produção industrial e seus impactos complexos sobre o inteiro território. Assim, a análise apresentada parte dos instrumentos legais à disposição que regem a área de interesse (Planos Diretores Municipais, Plano Territorial Estratégico de Suape e Legislação Ambiental Brasileira, etc.), mas

também considera outras iniciativas de ordenamento do território como o Plano Territorial Estratégico e o Plano Diretor de Suape. Além disso, a análise se baseia fortemente no estudo da organização civil que atua na área, na bibliografia disponível e nas próprias entrevistas realizadas no local, buscando individualizar o estado atual e os efeitos positivos e negativos que podem surgir em escala territorial, decorrentes da instalação e funcionamento do complexo portuário-industrial de Suape.



# Análises Território e Ambiente

## Atores Planejamento

### ESTRUTURA ATORES

A estrutura institucional na área de planejamento e gestão está dividida em três níveis hierárquicos, federal, estadual e municipal, conforme os preceitos federalistas e de organização político-administrativa dispostos na Constituição brasileira, norma maior do ordenamento jurídico pátrio. A temática de planejamento e infraestrutura também estão contempladas pela Constituição nos capítulos referentes à distribuição de competências, tanto normativa quanto de execução. Portanto, cabe à União “elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social; (...) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos; (...) legislar sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia”(1). Compete concomitantemente à União, Estados e Municípios “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; (...) combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos; (...) legislar concorrentemente sobre direito tributário, urbanístico” (2). Vale esclarecer, que quando há poderes comuns entre os entes federados para criação de legislação, planejamento e execução de políticas públicas, a União limita-se a estabelecer as normas gerais e planos nacionais e regionais, e aos estados e municípios as normas e planejamento de interesse local, haja visto o conteúdo do art. 24, § 2º da Constituição “a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência complementar dos Estados”.

Desta forma, aos Estados estão reservados os poderes que não sejam vedados pela Constituição, o que é denominado de competência residual, e aos municípios cabe “legislar sobre assuntos de interesse local; suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”(3). Para execução das obrigações estabelecidas pela Constituição, os órgãos, entidades e autarquias relacionadas ao planejamento e gestão federais estão compostas da seguinte maneira:

· A União possui um Ministério específico que trata de questões urbanas chamado Ministério das Cidades, hierarquicamente o primeiro ente que compõe a estrutura institucional de planejamento, formado por quatro Secretarias Nacionais: Habitação, Saneamento Ambiental, Transporte e Mobilidade e Programas Urbanos. Além destas secretarias, existe o Conselho das Cidades (ConCidades), órgão consultivo e deliberativo integrante da estrutura do Ministério das Cidades que tem por finalidade estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), bem como acompanhar a sua execução. O ConCidades viabiliza o debate em torno da política urbana de forma continuada, englobando a autonomia e as especificidades dos segmentos que o compõem, tais como: setor produtivo; organizações sociais; ONG's; entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa; entidades sindicais; e órgãos governamentais. O Ministério das Cidades engloba ainda dois órgãos vinculados, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU e a Trensurb;

· O Estado de Pernambuco possui duas secretarias direcionadas ao assunto planejamento urbano: a Secretaria das Cidades, que tem por função planejar, acompanhar e desenvolver ações relativas à habitação e ao transporte prioritariamente; e a Secretaria de Planejamento e Gestão, que tem por objeto planejar, desenvolver e acompanhar ações que visem ao desenvolvimento territorial, econômico e social do Estado de Pernambuco, bem como coordenar o processo de planejamento governamental em relação, inclusive, de suas diretrizes orçamentárias. É vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão a Agência CONDEPE/FIDEM, responsável pelo plano “Território Estratégico de Suape”;

· Nos municípios normalmente existem secretarias de planejamento, que exercem as funções de planejamento estratégico, urbano dentre outros papéis. Também é comum a criação de secretarias de infra-estrutura, obras e outras similares para colaborar na execução destas políticas públicas, bem como conselhos com participação popular. Dos cinco municípios que abrangem o território estratégico de Suape, portanto, a área de influência do Complexo Industrial e Portuário de Suape, nem todos possuem alguma secretaria especializada para questões urbanas e de planejamento.

Sec. de Habitação  
Sec. de Saneamento Ambiental  
Sec. de Transporte e Mobilidade  
Sec. de Programas Urbanos

Organizações Sociais  
ONGs  
Entidades Sindicais  
Entid. Profissionais e de Pesquisa

### FEDERAÇÃO

#### Ministério das Cidades

Legislação vinculada  
Estatuto da Cidade (Lei 10257/01)  
Parcelamento do Solo (Lei 6766/79)  
PNDU (em construção)

#### Conselho das Cidades

Órgãos vinculados  
CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos  
TREN SURB

### ESTADO PE

Sec. das Cidades

Sec. de Planejamento e Gestão

Legislação vinculada  
Plano Diretor de Suape (em elaboração)  
Plano Territorial Estratégico de Suape

Órgãos vinculados  
Agência CONDEPE/ FIDEM

### MUNICÍPIOS

Sec. de Planejamento

(outras secretarias relacionadas ?)

Legislação vinculada  
Plano Diretor  
Código de Obras  
Código de Posturas  
LUOS

Órgãos vinculados  
Conselhos municipais

No que se refere aos Planos Diretores, instrumento definido pelo Estatuto da Cidade, Lei federal 10.257/01, como básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, todos os municípios da área estudada possuem tal instrumento elaborados recentemente, isto devido a obrigatoriedade estabelecida pela referida lei para os municípios com mais de 20.000 habitantes.

\*Art. 39 - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2o desta Lei.  
Art. 41 - O plano diretor é obrigatório para cidades:  
I - com mais de vinte mil habitantes;  
II - integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;  
III - onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4o do art. 182 da Constituição Federal;  
IV - integrantes de áreas de especial interesse turístico;  
V - inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional”.

(1) Constituição da República, arts. 21 e 22.  
(2) Constituição da República, arts. 23 e 24.  
(3) Constituição da República, art. 30.

# Análises Território e Ambiente

## DADOS DE BASE

A Região Metropolitana do Recife reúne, atualmente, 14 municípios (Tapissuma, Ilha de Itamaracá, Araçoiaba, Igarassu, Abreu e Lima, Paulista, Olinda, Camaragibe, Recife, São Lourenço da Mata, Moreno, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca), onde vivem aproximadamente 3,5 milhões de habitantes, distribuídos em cerca de 2,8 mil quilômetros quadrados. Apesar de configurar um território de contrastes acentuados, concentra 63% das riquezas geradas em



Pernambuco e 43% de sua população. Durante seus trinta anos de existência, a trajetória da organização e do planejamento metropolitano do Recife pode ser considerada como exemplo de uma experiência bem-sucedida. Evidentemente, existiram períodos mais ou menos prolíferos ou mais ou menos inovadores, como também existiram planos e projetos mais ou menos aderentes à realidade, porém capazes de criar a cultura do inter-relacionamento dos municípios a favor das ações

	2007	2020	2035
Cabo	163.139	183.374	199.021
Escada	59.850	64.846	68.709
Ipojuca	70.070	91.553	108.165
Jaboatão	665.387	832.312	961.390
Moreno	52.830	60.048	65.630
<b>Total do Território</b>	<b>1.011.276</b>	<b>1.232.133</b>	<b>1.402.915*</b>
<b>RMR</b>	<b>3.658.318</b>	<b>4.297.009</b>	<b>4.790.879</b>
<b>Pernambuco</b>	<b>8.485.386</b>	<b>9.614.484</b>	<b>10.487.585</b>

Fonte dos dados básicos: IBGE Censo Demográfico 2000 – Contagem Populacional 2007 e Estimativas de População para o Brasil por estado, 1980 – 2010 – Atualização 2002 / Estimativa: Agência CONDEPE/FIDEM

de interesse comum, e por isso esta trajetória converte-se em uma referência nacional.

O Território Estratégico de Suape compreende cinco municípios: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, municípios onde está localizada a área de jurisdição de Suape, são considerados territórios de influência direta. Os demais municípios – limítrofes – são considerados de influência indireta.

O município de Escada, apesar de não fazer parte da Região Metropolitana do Recife como os demais, tem uma contigüidade com os municípios considerados de influência direta e é cortado pelo eixo rodoviário BR-101.

Considerando os municípios integrantes deste Território, pode-se afirmar que, do ponto de vista demográfico, eles apresentam categorias distintas e contrastantes, sendo Jaboatão dos Guararapes o mais populoso, com mais de 650 mil habitantes, seguido pelo Cabo de Santo r Cabo de Santo Agostinho com 364,25 hab/km<sup>2</sup>.

Agostinho, com mais de 160 mil habitantes, e os demais com população variando entre de 50 mil e 70 mil, a densidade demográfica também varia consideravelmente, sendo Jaboatão dos Guararapes o município mais denso, com quase 2.600 hab/km<sup>2</sup>, seguido por Cabo de Santo Agostinho com 364,25 hab/km<sup>2</sup>. Por outro lado, o município de Ipojuca é o que apresenta a menor densidade no Território (132,88 hab/km<sup>2</sup>). No momento atual se verifica a oportunidade de inserir os municípios de Sirinhaém e Ribeirão no Território Estratégico.

## CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO ESTRATÉGICOS

### CABO DE SANTO AGOSTINHO

Sede urbana localizada no entroncamento entre a BR-101 e a PE-60.

Porta de entrada para as praias do sul do Estado e para Suape.

Contém 62% da área legal de Suape.

Economia diversificada, com um distrito industrial de porte, um setor de comércio e serviço dinâmico localizado na sua sede e atividades agroindustriais na área rural, com três grandes usinas de açúcar e etanol.

Função ambiental importante, pois abriga mananciais para o abastecimento de água da RMR e do território.

### IPOJUCA

Predominância de espaço rural, onde se desenvolvem atividades agropecuárias. Núcleos urbanos dispersos, de pouca expressão demográfica. Pólo de turismo, de abrangência nacional e internacional, com uma oferta hoteleira de ótimo padrão. Abriga o Porto de Suape e parte da área industrial do Complexo.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO (2007) <sup>(1)</sup>	ÁREA (KM <sup>2</sup> ) <sup>(2)</sup>	DENS.DEMOGRÁFICA (HAB/KM <sup>2</sup> ) <sup>(1)</sup>
Cabo de Santo Agostinho	163.139	447,88	364
Escada	59.850	347,20	172
Ipojuca	70.070	527,32	133
Jaboatão dos Guararapes	665.387	256,07	2.598
Moreno	52.830	195,60	270
<b>Território Estratégico de Suape</b>	<b>1.011.276</b>	<b>1.774,07</b>	<b>570</b>
RD Metropolitana <sup>1</sup>	3.661.119	2.768,45	1.322
PERNAMBUCO	8.485.386	98.311,62	86

Fonte: (1) IBGE, 2007; (2) Agência Condepe/Fidem, 2005

### JABOATÃO DOS GUARARAPES

Maior densidade urbana do território.

Atividades produtivas associadas ao comércio e serviços e à indústria de transformação.

Ponto de passagem obrigatório entre o norte e o sul do estado e do país, através da BR-101 e com o importante eixo de interiorização leste-oeste do estado, a BR-232.

Exerce um papel importante na destinação e tratamento dos resíduos sólidos de Recife e Moreno através do Aterro Controlado de Muribeca.

### MORENO

Economia predominantemente rural, de dinamismo incipiente. Ocupação urbana de pequeno porte.

Presença de uma significativa área de proteção de mananciais (75% do seu território), com cinco reservas ecológicas e uma unidade de proteção ambiental.

Boa acessibilidade ao oeste do estado.

Rico patrimônio histórico-cultural representado por 39 engenhos com potencial para o turismo rural e ecológico.

### ESCADA

Único município do território estratégico de Suape localizado na Mata Sul. Não integra a RMR, mas está encravado entre os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

Posição estratégica por ser cortado pela BR-101 e pela BR-232. Disponibilidade de áreas para ocupação.

Setor comercial e de serviços dinâmico, com influência nos municípios vizinhos da Mata Sul.

Diversas indústrias já instaladas e outras com perspectiva de instalação no município.

# Análises Território e Ambiente Patrimônio

## PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DO TERRITÓRIO

<b>CABO DE SANTO AGOSTINHO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Capela do Engenho Garapu</li> <li>Capela do Engenho Trapiche</li> <li>Engenho Coimbra</li> <li>Engenho Jurissaca</li> <li>Engenho Massangana (FUNDARPE)</li> <li>Engenho Matas</li> <li>Engenho Boa Vista</li> <li>Engenho São Brás</li> <li>Ruínas da Capela do Engenho Velho</li> <li>Ruínas da Igreja de São Gonçalo</li> <li>Conjunto Urbano do Cabo</li> <li>Povoado Antigo de Santo Agostinho: convento Carmelita (IPHAN/FUNDARPE), Cabo de Santo Agostinho (FUNDARPE)</li> </ul>
<b>JABOATÃO DOS GUARARAPES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Igreja Nossa Senhora do Loreto</li> <li>Igreja Nossa Senhora da Piedade (IPHAN/FUNDARPE)</li> <li>Conjunto Urbano da Sede de Jaboatão</li> <li>Parque Histórico Nacional dos Guararapes (IPHAN/FUNDARPE): Igreja de N.S. Prazeres (IPHAN/FUNDARPE)</li> <li>Povoado de Murbeca dos Guararapes</li> <li>Vila Operária, oficina e estação da rede ferroviária de Jaboatão</li> </ul>
<b>IPOJUCA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Convento do Senhor Santo Cristo (IPHAN)</li> <li>Igreja de São Miguel</li> <li>Igreja Nossa Senhora do Ó</li> <li>Engenho Gaipiú (Sítio Histórico Selecionado)</li> <li>Engenho Bertioça (Sítio Histórico Selecionado)</li> </ul>
<b>MORENO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Engenho Gurjaú de Cima</li> <li>Engenho Moreno</li> <li>Engenho Novo da Conceição</li> <li>Engenho Pintos</li> <li>Vila Operária do Moreno</li> <li>Estação Ferroviária</li> <li>Engenho Novo da Conceição</li> <li>Complexo têxtil do Colonifício Moreno</li> </ul>
<b>ESCADA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Engenhos: Campestre, Canto Escuro, Conceição, Cotegi, Firmeza, Frexeiras, Jundiá, Limoeiro Velho, Contenda, Mussú, Refresco, Massauassu e Suassuna</li> <li>Igreja Matriz de Frexeiras e o Conjunto de Edificações do seu entorno</li> <li>Área Ocupada pelas Ruínas da Usina de Massauassu</li> <li>Igreja Nossa Senhora do Carmo no Povoado de Massauassu e o conjunto de edificações do seu entorno</li> <li>Igreja Nossa Senhora de Escada</li> </ul>

Fonte: Plano de Preservação dos Sítios Históricos da RMR – PPSH (1978) e do Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Interior- PPSHI (1982)



## PATRIMÔNIO NATURAL DO TERRITÓRIO ESTRATÉGICO DE SUAPE

<b>RESERVAS ECOLÓGICAS – LEI ESTADUAL Nº 9.989 DE 13/01/87</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mata de Camaçari (Cabo de Santo Agostinho)</li> <li>Mata de Duas Lagoas (Cabo de Santo Agostinho)</li> <li>Mata do Zumbi (Cabo de Santo Agostinho)</li> <li>Serra do Cumarú (Cabo de Santo Agostinho/Moreno)</li> <li>Mata de Urucu (Cabo de Santo Agostinho/Vitória de Santo Antão/Escada)</li> <li>Mata de Bom Jardim (Cabo de Santo Agostinho)</li> <li>Mata de Jangadinha (Jaboatão dos Guararapes)</li> <li>Mata de Engenho Salgadinho (Jaboatão dos Guararapes)</li> <li>Mata de Contra Açude (Jaboatão dos Guararapes)</li> <li>Mata de Manassu (Jaboatão dos Guararapes)</li> <li>Mata de Mussaiba (Jaboatão dos Guararapes)</li> <li>Mata do Sistema Gurjaú (Cabo de Santo Agostinho/Moreno/Jaboatão) – Reserva Ecológica do Gurjaú – RESEC do Gurjaú</li> <li>Mata do Engenho Moreninho (Moreno)</li> <li>Mata de Caruina (Moreno)</li> <li>Mata de Serra do Cotovele (Moreno)</li> </ul>
<b>OUTRAS MATAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mata da Serra do Cumarú (Moreno)</li> <li>Reserva Ecológica de Carnijó (Moreno)</li> </ul>
<b>UNIDADES DE CONSERVAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>RPPN – Santa Beatriz do Carnijó (Jaboatão dos Guararapes/Moreno)</li> <li>RPPN – N. Senhora do Óiteiro de Maracaípe (Ipojuca)</li> <li>APA de Serinhaém (Serinhaém/Rio Formoso/Ipojuca)</li> <li>APA do Estuário dos rios Jaboatão e Pirapama (Cabo de Santo Agostinho/Jaboatão dos Guararapes)</li> <li>APA do estuário dos rios Serinhaém e Maracaípe (Ipojuca)</li> </ul>
<b>PARQUES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Parque Natural Estadual de Suape - Ipojuca</li> <li>Parque Metropolitano Armando Holanda Cavalcanti</li> <li>Parque Metropolitano da Lagoa Olho D'Água (Lagoa do Náutico)</li> </ul>
<b>ESTUÁRIOS PROTEGIDOS – LEI ESTADUAL Nº 9931 DE 11/12/86</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Jaboatão e Pirapama (Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho)</li> <li>Serinhaém e Maracaípe (Serinhaém e Ipojuca)</li> </ul>
<b>PAISAGENS NOTÁVEIS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cabo de Santo Agostinho</li> <li>Praias do Paiva, de Calhetas e Gaibu</li> <li>Pontal de Serrambi</li> <li>Estuário do Rio Jaboatão em Barra de Jangada</li> </ul>
<b>FAIXA DE PRAIA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Praias não contínuas em Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho a Ipojuca</li> <li>Praias favoráveis ao banho e à prática de esportes náuticos</li> </ul>
<b>NECKS VULCÂNICOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Engenho Coité (Ipojuca)</li> <li>Usina Ipojuca (Ipojuca)</li> <li>Engenho Algodóais (Cabo de Santo Agostinho)</li> </ul>
<b>PRINCIPAIS CORPOS D'ÁGUA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lagoa do Náutico (Lagoa Olho D'Água)</li> <li>Lagoa Azul</li> <li>Rio Jaboatão</li> <li>Rio Una</li> <li>Rio Pirapama</li> <li>Rio Ipojuca</li> <li>Rio Serinhaém</li> <li>Barragem do Pirapama</li> <li>Barragem Gurjaú</li> <li>Barragem Duas Unas</li> <li>Barragem do Bitá</li> <li>Barragem Utinga</li> </ul>
<b>OUTROS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Anfiteatro do Eng. Pocinho (Moreno)</li> </ul>

Fonte: Plano de Preservação dos Sítios Históricos da RMR – PPSH (1978) e do Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Interior- PPSHI (1982)

# Análises Território e Ambiente Instrumentos de Planificação: Sobreposição e Incoerência

## CONFRONTO ENTRE OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Legalmente a gestão do solo é de competência dos municípios, balizada por regras gerais pré-estabelecidas pelo estado e pela federação, instância maior de poder. Desta maneira, cada um dos cinco municípios envolvidos possui uma regulamentação legal chamada Plano Diretor que estabelece os parâmetros de ordenação e crescimento da cidade.

Por outro lado, a área definida como Pólo Industrial de Suape é de propriedade do Estado de Pernambuco que, por sua vez propõe um Plano Diretor Específico para Suape que visa legislar sobre o ambiente e a indústria.

O próprio Estado apresenta ainda um Plano Territorial Estratégico, que por um lado é uma tentativa de abarcar as legislações municipais, mas que por outro não tem valor legal.

Confrontando os instrumentos de planejamento atualmente presentes no território (sejam aqueles que já estão operando oficialmente, sejam aqueles sem valor legal) nota-se uma série de desencontros.

Intenta-se aqui obter uma visão complexa do território, confrontando os diversos planos que correspondem à área do Plano Estratégico (1) já proposto.

A fragmentação do território se reflete nos instrumentos urbanísticos vigentes.

Os planos não são homogêneos, não apresentam a mesma definição e não fornecem indicações do mesmo tipo; alguns propõe um rigoroso zoneamento, como o Plano Diretor de Jaboatão, outros como o Plano Diretor de Sirinhaém se limitam a dar indicações genéricas ou a descrever o estado atual do território sem impor vínculos (ex: área de mangue, etc.)

O Plano Estratégico, por outro lado, é uma tentativa de superar estas diferenças dando uma visão global e unitária do território.

O Plano Estratégico é, de fato, a união das prescrições dos Planos Diretores municipais com uma única linguagem, porém se refere à uma escala diversa e portanto prevê um macro-zoneamento do território inteiro.

Uma crítica é que este Plano não conta com uma perspectiva estratégica e integrada do território, apesar do nome.

Isso significa que define uma série de macro-funções, mas que não especifica as relações e os significados entre estas.

Não analisa, por exemplo, a estrutura as dinâmicas dos sistemas implantados (rede de cidades e território), ou a estrutura dos sistemas ecológicos e sua inter-relação com a rede urbanizada (redes ecológicas).

Em nível municipal o principal ponto crítico é o planejamento das áreas limites entre os municípios e de áreas "especiais" como Suape.

Particularmente, confrontando o Plano Diretor de Suape e os Planos dos municípios sobre os quais o complexo está inserido se pode notar, por exemplo, que o Plano Diretor de Ipojuca denomina a área de Suape simplesmente

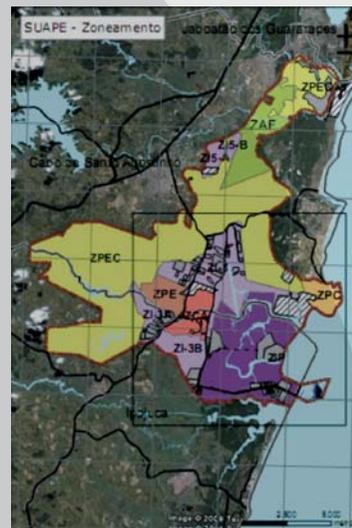
classificada como de função portuária, enquanto que o Plano Diretor de Suape (2), avança mais especificamente, reconhecendo na área de sua propriedade, além de uma zona portuária propriamente dita, uma zona industrial, uma de proteção ambiental e uma de centro de serviços. Pode-se afirmar, portanto, que o zoneamento do Plano Diretor de Suape é mais específico e que o município parece haver delegado à Suape a tarefa de planejar a área de sua jurisdição.

O Plano Diretor do Cabo prevê, por outro lado, para a área de propriedade da empresa Suape uma zona que classifica como "Complexo Industrial Portuário de Suape".

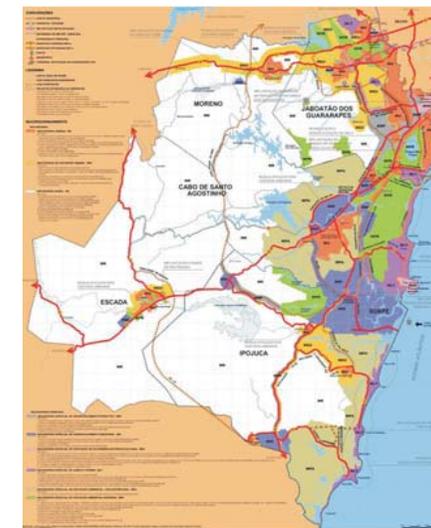
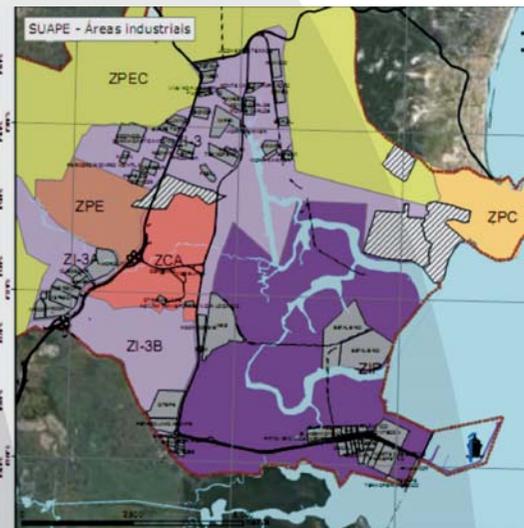
Para a área limite (sempre de propriedade da empresa) individualiza áreas de interesse histórico e áreas de preservação ambiental bem específicas, que no Plano Diretor de Suape coincidem com a macro-zona denominada de "Preservação Ambiental".

Além disso, o Plano de Cabo desmembra uma zona que consta como de destinação industrial na proposta do Plano Diretor de Suape, em uma zona industrial muito mais restrita e complementada como área de interesse histórico e ambiental.

(1)-(2) Governo de Pernambuco – Secretaria de Planejamento e Gestão, Território Estratégico de SUAPE. CONDEPE/ FIDEM. Outubro 2008.



Plano diretor Suape



Território estratégico Suape

# Análises Território e Ambiente

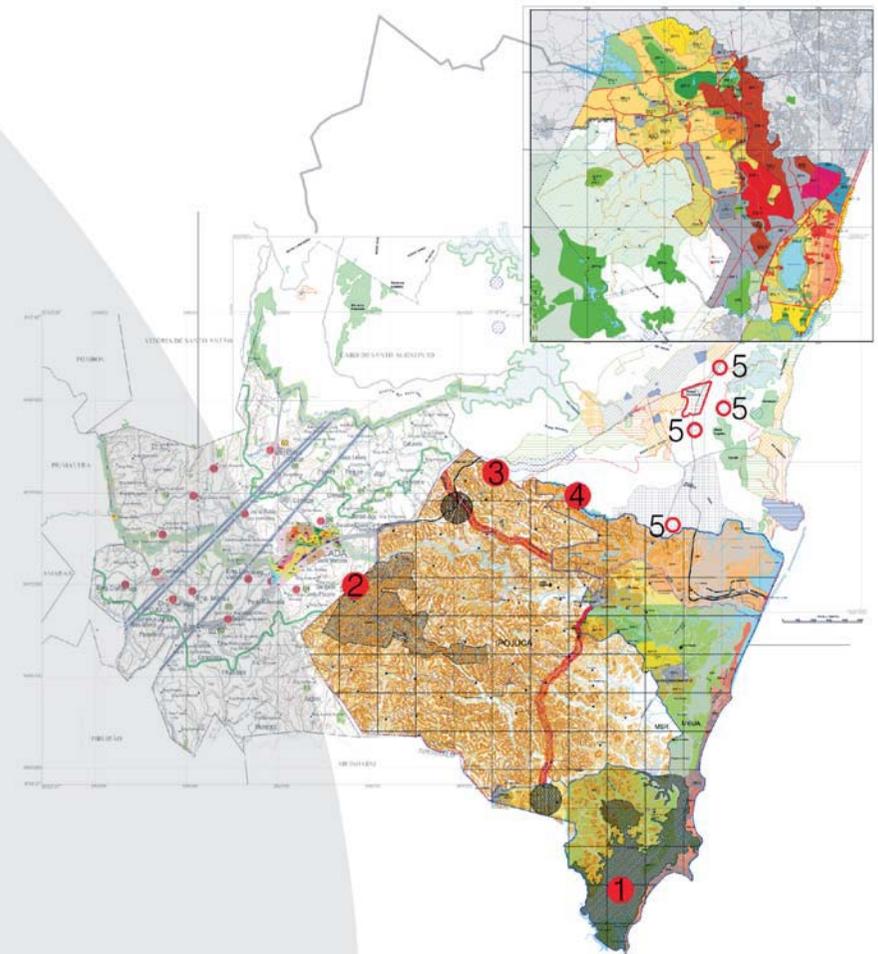
## Instrumentos de Planificação: Sobreposição e Confronto

### LEGENDA

- 1 PLANO DIRETOR DE IPOJUCA: ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO INTEGRAL (\*)**  
**PLANO CONDEPI FIDEM : MACROZONA ESPACIAL DE PROTEÇÃO DE USO SUSTENTAVEL** (mesma destinação da área de compensação do plano diretor de Suape)  
**(\*) Da Zona Especial de Proteção Integral (ZEPI)**  
Art. 199. A Zona Especial de Proteção Integral (ZEPI) corresponde a porções do território com características naturais relevantes, cuja proteção integral, garante a manutenção e o equilíbrio ambiental dos ecossistemas.  
Art. 200. Ficam instituídas como zonas especiais de proteção integral (ZEPI):  
I - APA de Sirinhaém e a RPPN Nossa Senhora do Outeiro, que compreendem a porção do território delimitada pela:  
a) área de proteção ambiental de Sirinhaém (APA Sirinhaém);  
b) reserva particular do patrimônio natural nossa senhora do outeiro (RPPN Nossa Senhora do Outeiro).  
II - Mata da Gamboa, que compreende a porção do território delimitada pela Mata da Gamboa.
- 2 PLANO DIRETOR DE IPOJUCA: MACROZONA DE SUSTENTABILIDADE RURAL (\*)**  
**PLANO DIRETOR DE ESCADA: a area nao é visualizada no mapa mas é regulamentada no plano diretor (\*\*):**  
**(\*) Da Macrozona de Sustentabilidade Rural (MSR)**  
Art. 150. A Macrozona de Sustentabilidade Rural (MSR) compreendendo a porção oeste do território municipal é conformada por uma extensa área de cultivo da cana-de-açúcar, permeada por estruturas naturais que garantem o equilíbrio ambiental do território e apresenta ampla rede de estradas vicinais, que permitem a conectividade entre os núcleos urbanos dando mobilidade e acessibilidade no território municipal.  
**(\*\*) Da Macrozona Rural**  
Art. 14. A macrozona rural é destinada a atividades econômicas não urbanas – agricultura, pecuária, extrativismo, recreação, sistemas agroflorestais e congêneres. Nela não são permitidos loteamentos  
Art. 15. A macrozona rural é dividida da seguinte forma, onde se encontram devidamente identificadas:  
Área de Preservação Permanente (APP)  
Área de Reserva Legal (ARL)  
Área de Interesse Econômico para Atividades Agrícolas e Industriais (AIE)  
Agglomerado Urbano Pré-existente (AUP)  
Área Especial de Patrimônio Histórico (AEPH)  
Faixa de Domínio de Rodovias (FDR)  
Faixa de Domínio de Ferrovias (FDF)

Faixa de Domínio de Estradas Vicinais (FDE)  
Faixa de Servidão (FS)

- 3 PLANO DIRETOR DE CABO : ZONA DE INTERESSE AMBIENTAL II (\*)**  
**PLANO DIRETOR DE IPOJUCA: MACROZONA DE SUSTENTABILIDADE RURAL (\*\*)**  
**PLANO CONDEPI-FIDEM: MACROZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE USO SUSTENTAVEL**  
**(\*) Zona de Interesse Ambiental II**  
Art. 18. A Zona de Interesse Ambiental II está configurada por uma ocupação de baixa densidade construtiva, de modo a conservar suas características ambientais, sendo permitida a ocupação com granjas, chácaras e atividades de lazer.  
**(\*\*) Da Macrozona de Sustentabilidade Rural (MSR)**  
Art. 150. A Macrozona de Sustentabilidade Rural (MSR) compreendendo a porção oeste do território municipal é conformada por uma extensa área de cultivo da cana-de-açúcar, permeada por estruturas naturais que garantem o equilíbrio ambiental do território e apresenta ampla rede de estradas vicinais, que permitem a conectividade entre os núcleos urbanos dando mobilidade e acessibilidade no território municipal.
- 4 PLANO DIRETOR DE CABO: ZONA DE INTERESSE AMBIENTAL III (\*)**  
**PLANO AMBIENTAL DE IPOJUCA : LIMITE DISTETO INDUSTRIAL SUAPE (NENHUMA DIRETRIZ)**  
**PLANO DIRETOR DE SUAPE : ZONA DE COMPENSAÇÃO**  
**(\*) Zona de Interesse Ambiental III**  
Art. 27. A Zona de Interesse Ambiental III abrange áreas onde se desenvolvem atividades agropecuárias e de mineração, nas quais não será permitido parcelamento urbanístico do solo.
- 5 PLANO DIRETOR DE CABO: ZONA DE INTERESSE HISTORICO(\*)**  
**PLANO DIRETOR DE SUAPE : ZONA DE COMPENSAÇÃO**  
**(\*) Das zonas de interesse histórico**  
Art. 39. Nas Zonas de Interesse Histórico, identificadas no artigo anterior, ficam proibidas quaisquer ações que ponham em risco a integridade físico-ambiental dessas zonas, a exemplo de terraplenagem, aterros, desmatamento, ou outras intervenções a essas assemelhada.



# Análises Território e Ambiente

## Sistema Ambiental: Fragilidade e Potencialidade

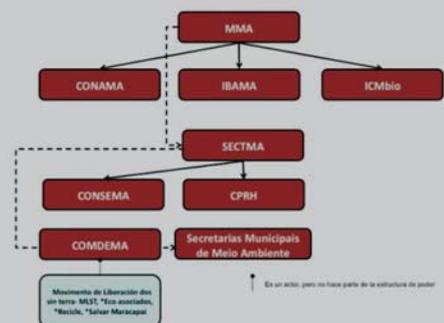
### ATORES MEIO AMBIENTE

Em nível federal o Ministério do Meio Ambiente (MMA) é a instituição com maior nível hierárquico, da qual dependem as autarquias Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), entre outros, e como órgão colegiado está o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Em nível estadual a Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA) tem o maior nível hierárquico, que segue as diretrizes do MMA. Da SECTMA dependem a Agência Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH) e como órgão consultivo o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA).

Em nível municipal, as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e os Conselhos Municipais de Meio Ambiente (CONDEMA).

Conselhos de Meio Ambiente são ferramentas de participação da sociedade civil nos processos de gestão, já que são órgãos consultivos e deliberativos com atribuições de assessorar a implementação do Sistema Nacional de Meio Ambiente.



### UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, estabelece os critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação – UC. Estas unidades são divididas em duas categorias, Unidades de Proteção Integral e de Uso Sustentável, onde a diferença fundamental é que na primeira não se podem realizar atividades produtivas, a não ser aquelas com vistas a conservar a biodiversidade e os recursos, enquanto que na segunda se pode destinar áreas para o uso de atividades produtivas sustentáveis de acordo com o que for estabelecido nos Planos de Manejo.

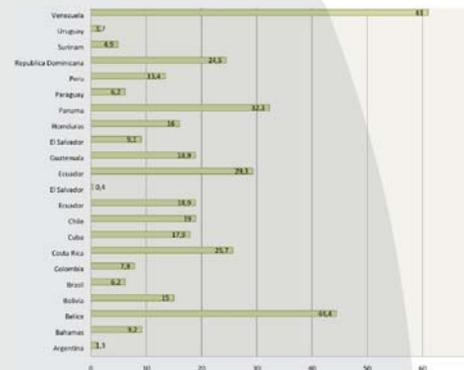
A solicitação de declaração destas categorias pode ser tramitada pelo governo federal, estadual ou municipal.

Em matéria de biodiversidade, na América Latina se destacam os casos do Brasil, Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela, a ser considerados muito diversos pelo grande número de espécies e de endemismos que possuem. Na seguinte tabela se mostram alguns dados relativos ao número de espécies.

Unidades de Proteção Integral	Unidades de Uso Sustentável
Estação Ecológica	Área de Proteção Ambiental - APA
Reserva Biológica - REBIO	Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE
Parque Nacional	Floresta Nacional - FLONA
Monumento Natural	Reserva Extrativista - RESEX
Refúgio de Vida Silvestre	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS
	Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN

### UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O gráfico mostra a porcentagem do país que se encontra sobre proteção na América Latina e no Caribe. Mesmo que em valores absolutos o Brasil (52.671.700 ha) só é superado por Venezuela (56.343.909), em valores percentuais, apresenta um dos mais baixos da região. Segundo um estudo publicado pelo Programa das Nações Unidas para o meio Ambiente (PNUMA) no ano de 2003, denominado "Estado atual das áreas naturais protegidas na América Latina e no Caribe", o Brasil é considerado o país da América Latina com maiores avanços nos sistemas estatais e privados de ANP, já que os esforços de conservação dos governos regionais aumentam em 2% a superfície protegida do país, ou seja, cerca de 10 milhões de hectares se somam à superfície estabelecida para proteção pelo governo federal. Assim mesmo, as Reservas Privadas do Patrimônio Natural (RPPN) em 2003 eram 253 unidades reconhecidas pelo governo que cobriam uma superfície de 425,760 ha. Para 2009 este número se duplicou, existindo atualmente 523 RPPN, sem embargo em área o aumento é menos significativo, pois em total corresponde à 486.423,67 ha, segundo dados do IBAMA.



Fonte: Estado atual das áreas naturais protegidas da América Latina e do Caribe. PNUMA, Quercus Consultoria Ecológica S.C.

Em matéria de incentivos fiscais, o Brasil conta com o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços Ecológicos (ICMS) cujo objetivo é oferecer melhoria nas condições de vida e do meio ambiente, mediante:

- ≪ Compensação financeira a municípios que oferecem restrições de uso e ocupação em parte de seus territórios destinados a unidades de conservação. (preservar a biodiversidade, e terras e culturas indígenas;
- ≪ Estimular prefeituras que formularam e executaram políticas ambientais;
- ≪ Redistribuir os recursos do ICMS de forma mais justa e ambientalmente correta.



# Análises Território e Ambiente

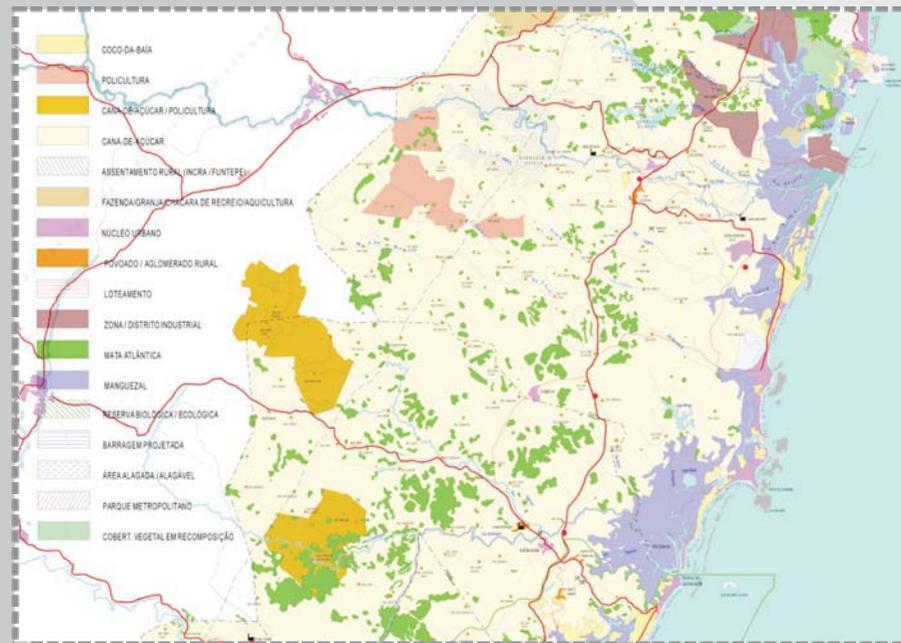
## Sistema Ambiental: Fragilidade e Potencialidade

### AS ÁREAS PROTEGIDAS NA ZONA DE ESTUDO

Em Pernambuco existem 11 RPPN das quais só duas se encontram dentro da área de estudo que são: Nossa Senhora do Outeiro de Maracaípe (em Ipojuca) com uma extensão de 76.20ha. e a Fazenda Santa Beatriz do Carnijó (em Moreno) com uma extensão de 25.50ha. As áreas protegidas presentes na zona de estudo são as seguintes:

- ≪ a APA de Sirinhaém (que compreende os municípios de Sirinhaém, Ipojuca e Rio Formoso)
- ≪ do Estuário dos rios Jaboatão e Pirapama (Cabo de

- ≪ Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes) e do Estuário dos rios Sirinhaém e Maracaípe. Ainda há 17 reservas ecológicas e outras matas;
  - ≪ 2 estuários protegidos
  - ≪ 3 parques naturais e metropolitanos
- Existe uma grande debilidade na região em relação aos Planos de Manejo (PM) como ferramenta de gestão das ANP. Para a APA de Sirinhaém o Plano de Manejo se encontra em processo de licitação. Este MP definirá as Zonas de Preservação da Vida Silvestre.



FONTE: Governo de Pernambuco – Secretaria de Planejamento e Gestão. Território Estratégico de SUAPE. CONDEPE/ FIDEM. Outubro 2008.

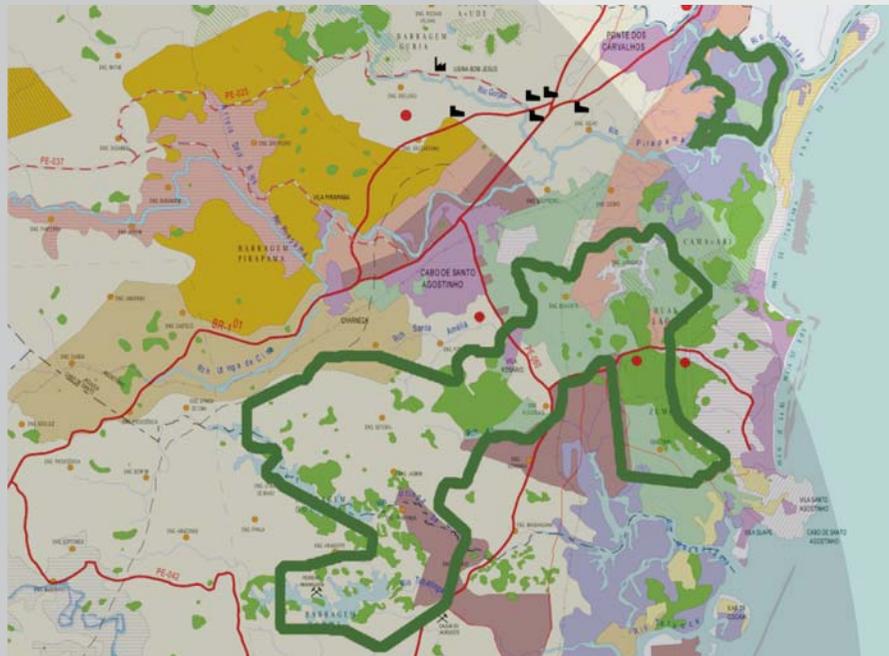
# Análises Território e Ambiente Sistema Ambiental: A Compensação Ambiental

## AS ÁREAS DE COMPENSAÇÃO

Para estabelecer as áreas de compensação, o governo federal desapropriou uma zona que corresponde à 45% da área destinada para o complexo industrial portuário. Fazem parte desta zona duas unidades de conservação estadual, as Reservas Ecológicas da Mata do Zumbi, com 292,4 ha, e a de Duas Lagoas, com 140,3 ha.

Existe uma proposta de criação da Unidade de Conservação de Bita/ Utinga (cerca de 4000 ha.) direcionada à conservação de corpos d'água.

O mapa 2 apresenta uma sobreposição de área prevista para a compensação ambiental e o mapa do uso do solo. Se evidenciou que grande parte desta área se encontra cultivada com cana-de-açúcar e o restante corresponde com Mata Atlântica. Para a compensação ambiental em licenciamentos de empreendimentos de significativo impacto ambiental, o empreendedor é obrigado a investir não menos que 0,5% dos custos totais de implantação do mesmo, sendo o percentual definido pelo órgão licenciador.



Fonte: Mapa de uso e ocupação do solo, Projeto de gerenciamento costeiro de Pernambuco; Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Governo do Estado de Pernambuco.

## INTRODUÇÃO

Atualmente existe um Grupo de Trabalho criado através da Resolução CONSEMA/ PE número 01/2009, com o objetivo de discutir o conteúdo da Proposta de Criação da Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Sul Pernambucano.

Este GT está discutindo sobre a possibilidade de criação de uma RDS em contraposição à proposta federal de uma REDEX. Outra proposta que se discute com menor força é a ampliação da APA existente no município de Ipojuca.

## PROPOSTA RDS

A RDS proposta pelo governo estadual permite novos moradores e prevê uma zona de amortecimento gerida pelo Conselho Deliberativo.

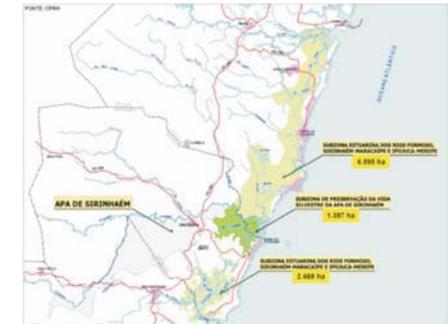
O PM da Reserva de Desenvolvimento Sustentável definirá as zonas de proteção integral, de uso sustentável e de amortecimento e corredores ecológicos.



Fonte: Grupo de Trabalho CONSEMA

## PROPOSTA APA

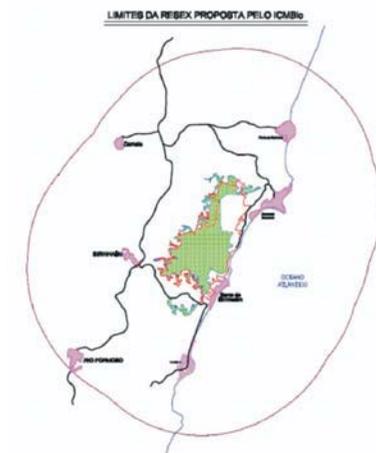
A APA proposta pelo GT permite certo grau de ocupação humana e sem zona de amortecimento. Seria gerida por um conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração. Plano de Manejo prevê zoneamento/ Zona de Preservação da Vida Silvestre.



FONTE: Grupo de Trabalho CONSEMA

## PROPOSTA RESEX

A RESEX proposta pelo Governo Federal através do ICMBio defende que as terras particulares devem ser desapropriadas e seria gerida por Conselho Deliberativo. Plano de Manejo sem zoneamento/ Atividades econômicas em toda área.



# Análises Território e Ambiente

## Produção Industrial Presente em Suape e Principais Impactos

### CICLO PRODUTIVO DO PETROQUÍMICO

Do ciclo produtivo se observa como os principais impactos são devidos à elaboração dos derivados petrolíferos (etano, butano, butadieno, polipropileno, benzeno, etileno) para a produção dos materiais poliméricos (PVC, PEBDL, PEBD, PEAD, PP, OS, ABS, PET).

Mediante os estudos de LCA (Life Cycle Assessment) é possível determinar os impactos ambientais relativos ao ciclo de produção, confecção e vida da matéria plástica.

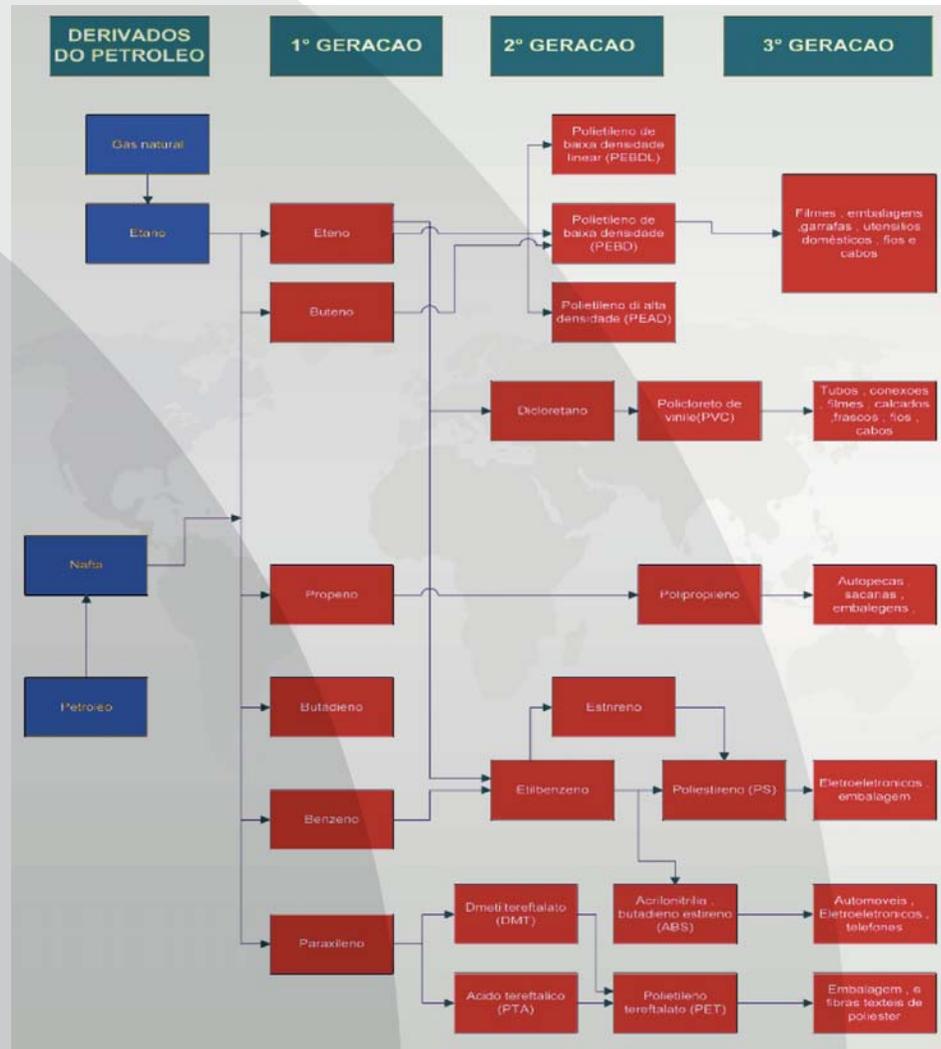
Mais precisamente a análise LCA feita sobre a produção de embalagens ou recipientes em PET e HDPE sublinha como as emissões de óxidos de nitrogênio e enxofre, principais responsáveis pelo impacto, se concentram na fase de produção substancialmente no consumo de energia elétrica necessária, para extrusão-sopro e nas matérias-primas para resinas.

A produção e utilização de combustíveis, seja pela a produção de matéria plástica, seja pelo uso de energia elétrica são os principais responsáveis pela emissão de CO2 (a contribuição ao interno do ciclo é de 62%).

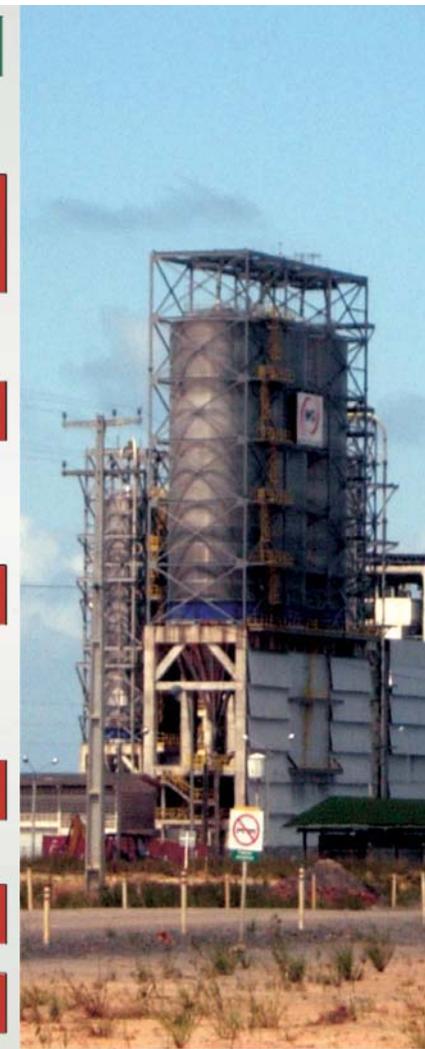
Conforme a estes dados é evidente a necessidade de aplicar políticas de reciclagem e incineração que oferecem créditos negativos para a emissão de SOx, NOx e CO2 reduzem os impactos devidos ao ciclo de vida do material em cerca de 17%.

Além disso, ao fim de avaliar os efetivos impactos do petroquímica, seria necessário aplicar uma Avaliação Ambiental Estratégica (Valutazione Ambientale Strategica - VAS) que, ao contrário da Avaliação de Impacto Ambiental (Valutazione di impatto ambientale - VIA) considera os impactos cumulativos causados pelas várias formas de poluição produzidos pelos diversos ciclos produtivos.

De nosso ponto de vista notamos um ponto crítico, principalmente no que diz respeito ao monitoramento dos municípios que são diretamente interessados na instalação do pólo industrial, pois carecem de instrumentos e de pessoal para garantir um correto acompanhamento da área que sirva de nível básico para avaliar os futuros impactos.



FONTE: Instituto de Tecnologia em Gestão, Pernambuco Competitivo – Saber Olhar para Saber Fazer, Recife: INTG, 2009



# Análises Território e Ambiente

## Análise FOFA

### Análise FOFA

		FORÇAS	FRAQUEZAS
FATORES EXÓGENOS	TERRITÓRIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Iniciativa do Estado em desenvolver um plano de regulação do território com a participação dos municípios</li> <li>Existência de diferentes vocações no território envolvido</li> <li>Existência de grandes investimentos na área que justificam um plano global de ordenamento do território</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Total falta de integração entre políticas de planeamento (diversas) e descontinuidade política/ administrativa</li> <li>Insuficiente e/ou limitada capacidade técnica nos órgãos de governo e planeamento</li> <li>Limitada/ ineficaz participação e apropriação social no processo de planeamento</li> <li>Falta de visão ampla do território; Desconsideração das características individuais (vocações) do território</li> <li>Sobreposição de planos para a mesma área com hierarquia não clara; Subjetividade dos mecanismos legais de planeamento</li> <li>Falta de obrigatoriedade legal de um plano global de ordenamento do território</li> </ul>
	MEIO-AMBIENTE	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de Unidades de Conservação já declaradas</li> <li>Existência de associações e movimentos sociais interessados na defesa do ecossistema e preocupados com o impacto ambiental do Porto Industrial de Suape</li> <li>Possibilidade de ação do Ministério Público sobre qualquer ingerência ambiental na área</li> <li>Existência de Planos Diretores nos municípios envolvidos territorialmente ao Porto Industrial de Suape</li> <li>Ação das instituições do sistema "S" (SEBRAE, SENAI, etc.) que buscam criar uma maior sensibilidade nas empresas em matéria de responsabilidade social-empresarial</li> <li>Existência de programas e projetos em nível municipal, estadual e federal para a gestão ambiental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fragilidade do sistema ecológico local</li> <li>Debilidade institucional;</li> <li>Conflito de interesses dos órgãos administrativos que arrecadam sobre a área, mas devem ao mesmo tempo realizar o controle ambiental</li> <li>Autonomia relativa dos órgão que fiscalizam e controlam os impactos ambientais</li> <li>Excessiva flexibilidade legislativa (estabelecimento de baixas taxas de compensação ambiental que inclui somente os custos de implantação e não de funcionamento – que poderia ser utilizado para gestão ambiental contínua)</li> <li>Compensação ambiental desenhada para que a iniciativa privada não tenha que identificar e pagar novas áreas já que o Estado já definiu e pagou por elas</li> <li>O processo de desapropriação da área de compensação ambiental nunca foi terminado e grande parte desta área ainda é cultivada com cana-de-açúcar e em contínua utilização e adensamento</li> <li>Os programas de gestão ambiental são débeis, desarticulados e muitos existem somente no papel</li> <li>Os municípios dispõem de recursos humanos e financeiros insuficientes para o controle e monitoramento ambiental</li> <li>Não existem instrumentos de incentivo de política ambiental pro-ativa</li> </ul>
	PRINCIPAIS IMPACTOS INDUSTRIAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>PIB elevado dos municípios interessados no desenvolvimento da zona industrial de Suape</li> <li>Presença de um Plano de Desenvolvimento Estratégico</li> <li>Participação ativa do município de Cabo e Ipojuca no fornecimento de serviço e infra-estrutura ligada ao sistema produtivo</li> <li>Possível incremento da ocupação</li> <li>Elevado nível tecnológico das empresas instaladas na área de Suape</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de um sistema de gestão de lixo comum</li> <li>Falta de sistema de saneamento básico em todo o território</li> <li>Falta de meios e competência para o monitoramento dos parâmetros ambientais nos municípios interessados na poluição produzida na área portuária industrial de Suape</li> <li>Destruição do ecossistema fluvial (hot-spot) caracterizado pelos manguezais</li> <li>Falta de uma Avaliação Ambiental Estratégica em grado de avaliar os efeitos negativos cumulativos da implantação industrial inteira</li> <li>Falta de uma visão estratégica de compensação e mitigação</li> <li>Falta de transparência na comunicação dos riscos ambientais à população</li> </ul>
		OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
FATORES EXÓGENOS	TERRITÓRIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tentativa de pensar o território globalmente com o desenvolvimento de um plano estratégico</li> <li>Aproveitar as diferentes vocações no território</li> <li>Destinar parte do investimento na área para o planejamento global e controle do território</li> <li>Planejamento e controle do território para o desenvolvimento ideal da capacidade produtiva e retorno sócio-ambiental na região</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tendência a considerar Área Portuária Industrial de Suape como de interesse único a respeito do resto do território</li> <li>Interferência política sobre decisões técnicas de planeamento</li> <li>Prevalência de interesses privados sobre públicos</li> <li>Incoerência/ discordância entre as políticas de planeamento dos municípios</li> <li>Concorrência (fiscal) entre os municípios pode interferir na ocupação e regulamentação do território</li> <li>Falta de projeção adequada das possíveis externalidades negativas decorrentes do processo de ocupação do território</li> </ul>
	MEIO-AMBIENTE	<ul style="list-style-type: none"> <li>Possível declaração de novas reservas de proteção como Desenvolvimento Sustentável (RDS) e de Extração (REDEX)</li> <li>Autonomia relativa dos órgão que fiscalizam e controlam os impactos ambientais</li> <li>Definição de área de compensação já determinada que permitiria cobrar das novas empresas finalizar o processo de desapropriação além do reflorestamento</li> <li>O uso e desenvolvimento de tecnologias inovativas que permitem baixos níveis de contaminação e riscos de acidentes ambientais</li> <li>Existência do CODEMA, comitê paritário que é um espaço que permite a participação da sociedade civil no processo de gestão ambiental</li> <li>Existência de políticas claras de responsabilidade social empresarial (RSE) que ajuda a gerir internamente às empresas projetos destinados a prevenir, mitigar e compensar impactos ambientais</li> <li>Utilização de um plano de gestão do Território Estratégico de Suape</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Impactos ambientais de todo o tipo: escassez de água potável pela demanda industrial, deficiências na cadeia alimentar de espécies agressivas que podem prejudicar a vida da população local e impactar negativamente no turismo (como tubarões, por exemplo), vazamentos de petróleo, trânsito de navios, riscos de incêndio, contaminação do meio ambiente circundante por manejo inadequado de resíduos sólidos e líquidos, mudanças significativas na paisagem (destruição e ocupação de áreas de mangue), riscos diversos à saúde pela contaminação provável e pela não calculada</li> </ul>
	INDÚSTRIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atenção ao desenvolvimento eco-sustentável pela Petrobrás</li> <li>Criação de um centro de análise ambiental gerido pela Universidade para o monitoramento da zona de Suape</li> <li>Disponibilidade de fundos de incentivo para a compensação e mitigação</li> <li>Disponibilidade de fundos de incentivo para urbanização eco-compatível, sistema de saneamento básico e habitação popular</li> <li>Formação de micro-empresas ligadas ao sistema produtivo petroquímico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Contaminação devida às escórias de produção ar/ água/ solo: óxido de nitrogênio, óxido de enxofre, compostos aromáticos, anidridos carbônicos e outros compostos cancerígenos derivados da elaboração de PVC</li> <li>Chuva ácida, aquecimento global</li> <li>Aumento do tráfego automotivo com consequente aumento de CO<sub>2</sub>, PM10 e de smog fotoquímico</li> <li>Riscos de acidentes: vazamento de petróleo, de gás ou de líquidos da implantação industrial em terra</li> <li>Favelização devida à migração desenfreada em direção à zona industrial (municípios de Cabo e Ipojuca) com consequente utilização das áreas protegidas aumentando a problemática relativa à gestão dos recursos hídricos e saneamento básico</li> <li>Compromisso das atividades ligadas à pesca devido aos impactos ambientais</li> <li>Aumento indiscriminado da zona industrial</li> </ul>

# Análises Território e Ambiente

## Análise FOFA

### CONCLUSÕES

A análise apresentada conta com algumas leituras positivas que podem ajudar a gestão em escala territorial da área, onde despontam a grande capacidade da área em atrair investimentos e à possibilidade de destinar parte deles ao ordenamento e controle do território. Outro ponto que pode ser decisivo para o desenvolvimento ideal da região é considerar neste processo a diversidade de vocações que a compreendem, ou seja, as características sociais, ambientais e culturais já presentes no território e que o tornam único. Estas características existem independentemente da vocação industrial-portuária de Suape, o que não significa que devam ser concorrentes ou opostas. Outro ponto importante é que existem instituições e associações organizadas interessadas que podem participar do monitoramento e da gestão ambiental continuada na área.

Por outro lado, a análise deixa transparecer uma grande quantidade de pontos fracos que podem comprometer o desenvolvimento integral do território, a começar pela visão de desenvolvimento da área unicamente a partir da produção industrial em Suape, desconsiderando as vocações individuais já presentes no entorno. Esse problema se expressa claramente nos planos de ordenamento do território. Além disso, estes mesmos instrumentos e os próprios órgãos responsáveis por este

planejamento apresentam uma hierarquia difusa que abre espaço para diferentes interpretações sobre a formulação e validade não somente dos planos como também do próprio sistema instaurado de organização do território de Suape. Por ser um ambiente ecologicamente muito frágil, decorrem também problemas que não podem ser compensados com as formas atuais segundo as leis que regem esta área. Neste caso em especial, falta um estudo global atualizado dos impactos ambientais e sociais causados pela efetiva instalação e do funcionamento cumulativo do pólo industrial. Desta forma a compensação individual exigida de cada uma das empresas que se instala não é equilibrada com o dano causado. Além disso, o processo de desapropriação da área comprada pelo Estado para a instalação do pólo industrial não foi completamente terminado e continua sendo usada para o plantio da cana, ameaçando as áreas de mata ainda existentes com o avanço da monocultura e por processos de urbanização ilegais/ informais. Mesmo com o interesse e os esforços de diversas empresas instaladas na área de Suape, emergem pontos críticos relativos aos impactos ambientais devidos ao desenvolvimento do pólo industrial.

Em particular a emissão na atmosfera e possíveis vazamentos, devido a acidentes ou má gestão dos

resíduos industriais, incidem diretamente sobre o ambiente e sobre a saúde humana.

Deste modo, as áreas protegidas se encontram em risco, enquanto os conselhos gestores e os planos de manejo não estejam definidos e se encontrem em operação.

Para contrapor tal risco, é necessário adotar mecanismos eficientes que abarquem empresas e sociedade civil, incentivando a criação de novas áreas protegidas, em especial em especial as Reservas Privadas de Patrimônio Natural (RPPN).

Da análise FOFA emergem vários pontos de força e oportunidade que, se bem geridos, podem contribuir de maneira positiva e relevante para o desenvolvimento econômico sustentável da área compreendida entre os municípios de Ipojuca e Cabo, como a construção de serviços para a zona industrial (casas, estradas, sistema de saneamento, etc.) usufruíveis também pela comunidade, assim como a criação de micro empresas ligadas ao sistema produtivo do pólo petroquímico que podem, por sua vez, levar ao aumento da ocupação formal interferindo positivamente no sistema econômico local.

Por outro lado, é importante evidenciar os pontos críticos de um desenvolvimento industrial destas proporções e tipologia, relativos aos impactos ambientais devidos à

instalação de uma empresa petroquímica.

Em especial a emissão na atmosfera e possíveis vazamentos devidos a acidentes ou má gestão dos resíduos industriais, incidem diretamente sobre o ambiente e sobre a saúde humana.

Estes impactos não podem ser nem compensados nem mitigados e se não forem adequadamente calculados e geridos comprometerão gravemente o ambiente circundante e a qualidade de vida frustrando todos os efeitos econômicos positivos trazidos pelo desenvolvimento industrial na área, comprometendo também as atividades econômica já instaladas no território como a pesca, a agricultura e o turismo.

Nota-se também que existe um forte entrelaçamento entre os fatores analisados e que na formulação de um cenário futuro poderão desencadear um ciclo exponencialmente problemático.

Como por exemplo o impacto social da instalação do pólo industrial e seus efeitos negativos sobre o território (decorrente da migração para a área) que somada à fragilidade institucional de planejamento e controle tende a resultar um processo de favelização que agrava em muito o problema ambiental sobrecarregando o meio natural com mais resíduos e sofrendo mais efetivamente os efeitos da indústria e assim por diante.



**T**erminando a fase de análise, partindo dos riscos indicados através do método FOFA, se construa três possíveis cenários negativos, com o fim de ilustrar e evidenciar (mesmo com algumas representações visíveis de impacto) as conseqüências negativas de uma gestão não integrada e não sustentável do processo de desenvolvimento em curso. Do ponto de vista metodológico, esses cenários não se tratam de uma rigorosa aplicação de técnica de construção, mas como um modo para eficientemente comunicar os perigos com que o território se encontra. Os cenários negativos foram precedidos de um repertório de exemplos negativos, que ilustra situações análogas que determinaram recaídas no território e no ambiente porque não foram corretamente guiadas. A representação pessimista do cenário extremo, resultado da realização contemporânea de todas as ameaças, serve não somente como um aviso, mas também de ponto de partida para individuar um caminho melhor para o território de Suape, realçados pelas múltiplas potencialidades do território, indicando-se em uma chave de leitura unitária

# Exemplos Negativos

## INDUSTRIALIZAÇÃO NO SUL DA ITÁLIA

A moderna industrialização do sul da Itália inicia logo após o final da segunda guerra mundial. Com a perspectiva de conquistar mercados internacionais foi decidido investir em indústria pesada privilegiando a zona costeira. O objetivo era o de criar grandes pólos de desenvolvimento, definido por alguns como "catedrais no deserto" capazes de induzir o surgimento de pequenas e médias indústrias para gerar desenvolvimento em toda área, mas que nunca tiveram o êxito esperado.

Imaginava-se que as grandes instalações industriais, concentradas em zonas restritas, pudessem regenerar o tecido econômico-social espalhando benefícios às zonas vizinhas, coisa que, infelizmente, nunca aconteceu. Os estabelecimentos modificaram significativamente a fisionomia do território. Esta zona viveu na esperança da industrialização, do desenvolvimento, de benefícios e da riqueza para uma população habituada à míseros salários e à incerteza do amanhã.

As conseqüências desta industrialização foram a transferência de mão-de-obra da agricultura à indústria, maiores salários, maior poder aquisitivo, diferenças significativas no modo de pensar e de viver com o aumento do tráfico motorizado, o uso de aparelhos domésticos, mas também o aumento das doenças causadas pelo ambiente de trabalho, de neoplasias, de fetos com má-formação, de poluição do ar, da água e do solo. Tudo isso levou inexoravelmente à expansão do consumo e consequentemente ao aumento de preços com graves desequilíbrios entre os que não trabalhavam na indústria e uma piora considerável da qualidade de vida de toda a população. Não se falava de meio-ambiente e de saúde.

Ao conceber esta realidade industrial não se pensou, por exemplo, na infra-estrutura de ferrovias e estradas necessárias para transportar a matéria-prima, ou dos produtos acabados, tampouco para o movimento dos empregados e para criar vias de fuga em caso de calamidades. O próprio Ministério do Meio-Ambiente reconheceu, mesmo que tarde, que estas "catedrais no deserto" representavam um perigo constante e declarou muitas delas como "áreas de elevado risco de crise ambiental" pela lei 349/86.

A decisão político-econômica, havia consentido o ingresso da Itália no mercado mundial e um consistente aumento da capacidade de consumo das famílias, mas havia provocado ao mesmo tempo uma

devastação do território e grandes fenômenos de congestionamento, sobrecarga e desequilíbrios social nas cidades.

### O CASO DE BRINDISI/ PUGLIA

A Puglia é a primeira região na Itália em emissões de: Anidridos carbônicos: mais que 21% de toda a emissão nacional é emitido pelo complexo industrial com sede na Puglia;

Benzeno: 46% do total nacional;  
Hidrocarbonetos policíclicos aromáticos IPA: 9,6% do total nacional;  
Óxido de Nitrogênio: 20% do total nacional;  
Óxido de Enxofre: 23% do total nacional;  
Monóxido de carbono: 81% do total nacional;  
Micropartículas: 62% do total nacional;  
Dióxidos PCDD, PCDF: 92% do total nacional;  
Taxa de desocupação regional atual (Puglia): 13,8%  
Taxa de desocupação nacional (Itália): 5,6%

### A PETROQUÍMICA DE BRINDISI

90 milhões de euros de investimento;  
800 hectares;  
3800 empregados;  
Custos de urbanização a cargo do Estado;  
Empregados previstos em 1975: 18000;  
População prevista: 125000 residentes;  
População atual: 93000 habitantes;  
Benzeno, Cloreto de vinil e arsênico: 228 vezes superior ao limite consentido por lei;  
Suspensão cautelar de cultivo na área;  
Comprometimento do sistema econômico agrícola da área;  
Custos ambientais hoje: 200 milhões de euros;



Polimeri Europa SPA

Poluente	Unidade de medida	Limite	Emissão Total	
			2006	2005
	AR			
Dióxido de Carbono (CO2)	Mg/a	100.000	481.738	473.325
Compostos orgânicos voláteis não metálicos (COVNM)	Mg/a	100	798	304
Óxidos de azoto (NOx)	Mg/a	100	762	301
Benzeno (C6H6)	Kg/a	1.000	11.000	11.200

Níveis de desocupação por idade, sexo e provincia – Media 2003 (dados percentuais)

PROVINCIAS ANOS	15-24	25-29	30-64	15-64	Total
<b>MACHOS</b>					
Foggia	37,2	25,1	6,9	11,2	11,1
Bari	29,0	21,3	4,7	8,8	8,7
Taranto	38,8	31,3	5,3	10,9	11,0
Brindisi	30,4	22,4	5,4	9,1	9,1
Lecce	35,1	28,7	8,9	13,1	13,0
<b>Puglia</b>	<b>32,9</b>	<b>24,6</b>	<b>6,0</b>	<b>10,3</b>	<b>10,2</b>
<b>Italia</b>	<b>24,2</b>	<b>17,2</b>	<b>4,1</b>	<b>6,9</b>	<b>6,8</b>
<b>DADOS REGIONAIS: ANOS PRECEDENTES</b>					
2000	39,5	29,7	7,0	12,6	12,4
2001	33,5	26,5	6,5	11,2	11,1
2002	31,9	24,9	6,4	10,8	10,7

# Exemplos Negativos

## INDUSTRIALIZAÇÃO NO SUL DA ITÁLIA “ TARANTO ”

Indústria siderúrgica de ciclo integral de Ilva:  
A maior fábrica da Itália por empregados diretos (13346 + 3100); Maior estabelecimento do setor na Europa;  
O segundo lugar na Itália (após Gênova) por tráfico de matéria-prima e produtos acabados;

**1959**  
(Italsider) Construção do IV Centro Siderúrgico em Taranto; (Prefeitura de Taranto) A cidade comemora;

**1960**  
(Italsider) Italsider representa uma esperança para a população. É percebida como uma oportunidade de melhoramento das condições de vida.  
(Prefeitura de Taranto) Se decide a localização do estabelecimento com superfície de 528 hectares, separado da parte residencial da cidade somente por uma estrada estatal sem levar em conta as prescrições do Plano Regulador. Se constrói o Consórcio para a Área de Desenvolvimento Industrial (Consórcio ASI) que procura regulamentar a instalação da grande fábrica.

**1961**  
(Italsider) Iniciam os primeiros trabalhos para a construção do estabelecimento.  
As máquinas extraem vinte mil árvores oliveiras entre a indiferença geral.  
(Prefeitura de Taranto) Boom econômico tarantino: a população aumenta mais 32000 habitantes.  
(Associações) Se nota falta de infra-estrutura e excessivo sobrecarga sobre os recursos naturais.

**1968**  
(Italsider) Projeto de ampliação do estabelecimento de 528 para 1500 hectares (duas vezes a superfície urbana da cidade de Taranto).  
(sindicatos) Se insiste firmemente na questão ambiental. Debates entre as forças políticas e os sindicatos.

**1971**  
(Italsider) Os trabalhos de ampliação levarão a Italsider sobre o mar, concedendo três dos cinco atracadouros de navios que transportam matéria-prima, com graves consequências para o ecossistema de Mar Grande, já fortemente comprometido pela primeira fase de implantação e com a conseqüente destruição da ilha de

San Nicolicchio, pequena ilha desabitada usada por pescadores como apoio para a atividade pesqueira.  
(Região administrativa de Puglia) Vem instituído o Comitê Regional para a Poluição Atmosférica (CRIA), mas sem poder intervir, porém, na área de Taranto.  
(Província de Taranto) A temática ambiental conquista legitimidade a nível institucional. A administração provincial organiza um seminário sob o título “Poluição Ambiental e Saúde Pública em Taranto”. Os primeiros resultados indicam muito claramente que existe um processo de crise ambiental na zona ocidental da cidade.

**1982**  
(Magistratura) A Conselho judicial de Taranto questiona sobre a emissão por micro-partículas e poluição por gases, fumaça e vapor, os vértices da indústria Italsider.  
(Magistratura)  
O processo se encerra com a condenação dos diretores do estabelecimento Italsider a 15 dias de prisão sob a acusação de emissão de micro-partículas, mas não de contaminação de fumaça, gás e vapor.

**1991**  
(Estado) O Ministério do Ambiente declara a área de Taranto como “área com elevado risco ambiental”. A área interessada, além da cidade de Taranto, compreende outros 4 municípios da costa jônica (Crispiano, Massata, Montemesola e Statte) num total de 564 Km<sup>2</sup> e quase 264000 habitantes.  
(Associações) Nasce Peacelink, associação ambientalista que, pela primeira vez utiliza a temática para a divulgação das informações sobre a temática da paz, mas também sobre problemáticas ambientais, sobretudo em Taranto.

**1994**  
(Estado) O ENEA inicia o “Plano de Descontaminação para o Saneamento do Território da Província de Taranto” que virá publicado em 1998 seguido de uma nova declaração de parte da Presidência do Conselho dos Ministros (D.P.C.M. 30/07/97).

Taranto: emissioni in acqua secondo la sostanza emessa e il complesso industriale che ne ha dichiarato l'emissione. Anno 2006

Complesso industriale/ Sostanze emesse in acqua	Emissione	Unità di misura	Valore soglia Kg/anno
	Azoto		
ILVA - Impianti per la produzione di ghisa o acciaio	271.3	Mg/a	50
ILVA - Cokerie	647.8	Mg/a	50
ILVA - Decariche	1921	Mg/a	50
	Cromo (Cr) e composti		
ILVA - Impianti per la produzione di ghisa o acciaio	104.2	Kg/a	50
ILVA - Decariche	20729.3	Kg/a	50
	Rame (Cu) e composti		
ILVA - Impianti per la produzione di ghisa o acciaio	101.6	Kg/a	50
ILVA - Decariche	12910.5	Kg/a	50
	Nichel (Ni) e composti		
ILVA - Cokerie	133.6	Kg/a	20
ILVA - Decariche	2815.9	Kg/a	20
	Piombo (Pb) e composti		
ILVA - Impianti per la produzione di ghisa o acciaio	797.2	Kg/a	20
	Zinco (Zn) e composti		
ILVA - Cokerie	4643.6	Kg/a	100
ILVA - Decariche	64488.6	Kg/a	100
	*Idrocarburi policiclici aromatici (IPA)		
ILVA - Cokerie	2.1	Mg/a	5
ILVA - Impianti per la produzione di ghisa o acciaio	3239	Kg/a	5
	Carbonio organico totale		
ILVA - Cokerie	155.2	Mg/a	50
ILVA - Impianti per la produzione di ghisa o acciaio	1079.7	Mg/a	50
ILVA - Decariche	542.5	Kg/a	50
	Cianuri		
ILVA - Impianti per la produzione di ghisa o acciaio	12570.6	Kg/a	20
	Fenoli		
ILVA - Decariche	15881.9	Kg/a	5000
	*Arsenico (As) e composti		
ILVA - Decariche	1116	Kg/a	5
	*Cadmio (Cd) e composti		
ILVA - Decariche	367.9	Kg/a	5
	Mercurio (Hg) e composti		
ILVA - Decariche	463.6	Kg/a	1

Fonte: Dichiarazione MES anno 2006  
\* Sostanze cancerogene



# Exemplos Negativos

## INDUSTRIALIZAÇÃO NO SUL DA ITÁLIA “ TARANTO ”

**1995**

(Estado – Ilva) Em abril chegam ao final as tratativas entre a IRI e o Grupo Riva para a aquisição do estabelecimento de Taranto. O preço de cessão acordado é de 1460 milhões.

(Prefeitura de Taranto – Província de Taranto) As instituições locais são deixadas fora da mesa de negociação entre IRI e o Grupo Riva. Os expoentes políticos se limitam a intervir seguindo o rastro das reivindicações sindicais, não colocando a questão ambiental entre as prioridades na agenda institucional.

**1998**

(Estado – Ilva) Depois de oito anos de espera da primeira declaração de área de elevado risco de crise ambiental chega finalmente o Plano de Saneamento Ambiental feito pelo ENEA a cargo do Ministério do Ambiente. O Plano prevê intervenções, em termos de financiamento, tanto públicos como privados com diversos níveis de prioridade.

Entre as intervenções à propriedade privada, 14 das 25 previstas se concentram sobre a indústria Ilva, com um total de despesas complexas de 208 milhões. Os gastos públicos totais são 48 milhões e se direcionam a remediar dezenas de anos de falta de controle que dizem respeito à indústria-saúde. O cumprimento dos prazos para implantação do Plano, porém, se revelará totalmente defasado.

Os tempos previstos e fixados no Plano não são respeitados que causa a deterioração entre a direção da Ilva e seus empregados que resulta em dezenas de demissões.

**2000**

(Magistratura) Em base às hipóteses de reação assinaladas pelas relações jurídicas da empresa sobre a contaminação industrial causada pela indústria Ilva vem realizada uma perícia da qual se convidam os órgãos institucionais competentes à intervirem.

**2007**

(Região Administrativa de Puglia) Vem reorganizada a ARPA (Agência Regional pelo Ambiente) que inicia uma campanha de levantamento dos dados da poluição e contaminação produzidos pela Ilva.

Emergem dados preocupantes, sobretudo no que diz respeito às emissões de dióxido e de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos.

(Associações) PeaceLink, Uil Taranto e o Comitê contra o gasoduto apresentam um dossiê alarmante sobre a poluição.

(Ilva) Ilva declara os relatórios do dossiê sobre poluição como “procurado alarme ambiental”.

(Associações) Começa novamente a difundir-se um senso de preocupação entre a população.

**2008**

(Região Administrativa da Puglia) A ARPA continua a campanha de denúncia das emissões e contaminação da área e os dados são sempre mais alarmantes. Por meio de uma reformulação do projeto original de requalificação do quarteirão Tamburi, inicia-se uma série de projetos de urbanização nas áreas antes contaminadas. O recurso destinado para bonificar essa áreas é inicialmente de dez milhões de euros e logo mais 68 milhões de euros

(Associações) O comitê de cidadãos Altamarea, que reúne 18 associações e movimentos ambientalistas, promove uma grande manifestação contra a poluição com o slogan “Queremos ar puro!”. Mais de vinte mil pessoas participam da campanha.



## TAV, FERROVIÁRIO “ALTA VELOCIDADE TORINO-LIONE”

Em decisões públicas, para a construção de grandes obras se pode procurar o consenso da população interessada, os envolvendo no processo de desisão ou simplesmente descartar sua opinião, porém essa variável é de grande importância no que determina os resultados da desisão.

Adotar um modelo vertical (top down) em nome da modernização e da possibilidade de ancorar-se aos grandes fluxos, prestando pouca atenção aos eventuais efeitos negativos no território e as reivindicações das forças sociais locais, poderia colocar em ameaça a realização do projeto.

Um exemplo deste tipo de gestão top down aconteceu na Italia, no Val di Susa, durante melhorias do sistema de trem de alta velocidade Turim-Lyon (TAV); um projeto que criou um dos conflitos mais fortes nos últimos dez anos.

O conflito chegou a um nível tão elevado que a oposição conseguiu bloquear o trabalho com protestos e, desde então começou um longo processo de redefinição do projeto e da sua estrutura de governança.

Os problemas nasceram devido a um excesso de desisões top down por parte das instituições estatais: os promotores do projeto conseguiram diretamente o apoio do governo, sem consultar as administrações dos municípios envolvidos, o que causou a indignação por parte da população local, que teve seu território invadido a acometido de grandes transformações sem seu consentimento.

Para poder continuar a construção da linha de trem, o governo italiano propos aos prefeitos dos municípios envolvidos, instituir mesas redondas de discussão com a participação social local para chegar a um acordo e a uma visão única.

A TAV poderia ter sido realizada em menos tempo, com um investimento financeiro menor e, sobretudo com um menor custo social, também em termos de credibilidade das instituições públicas, se desde o primeiro momento todos os stake holders tivessem participado em um processo de governança que envolvesse a população local e que acolhesse também suas exigências.



# Exemplos Negativos

## O PORTO INDUSTRIAL DE MAP TA PHUT

O Porto Industrial de Map Ta Phut (Tailândia) representa um exemplo emblemático de como o desenvolvimento industrial, se não for acompanhado por medidas que minimizem as externalidades negativas, corre o risco de produzir efeitos danosos que se sobrepõem aos inúmeros benefícios econômicos que produz.

Situado no litoral leste da Tailândia, região emergente do ponto de vista econômico, Map Ta Phut representa o maior porto do País e, por sua localização estratégica é considerado a chave para o desenvolvimento econômico e industrial da Tailândia.

Internamente e ao seu redor estão situadas indústrias pesadas, pólos petroquímicos e indústrias de aço, que atraíram investimentos para área num volume de US\$ 300 milhões.

Após os estudos científicos realizados na região, em março de 2009, a Corte Administrativa de Rayong, região na qual está situado o porto, declarou que a área industrial e o seu entorno corriam fortes riscos de poluição e estabeleceu uma elevação significativa das medidas necessárias para a tutela do ambiente e do controle da emissão de substâncias tóxicas.

A situação da região é catastrófica não somente do ponto de vista ambiental: os estudos feitos revelaram que nas cidades da região há uma incidência de casos de tumores e leucemia cinco vezes superiores à média nacional, além de uma alarmante difusão de doenças genéticas. Também sob a ótica social a região apresenta um risco: uma vez que não dispõem das estruturas e dos serviços necessários ao crescimento da população, difundiram-se ocupações irregulares nas quais a qualidade de vida se reduziu a níveis muito baixos e a taxa de criminalidade se elevou muito. A economia tradicional local, baseada na produção agrícola, foi totalmente comprometida. A expansão do complexo industrial foi de uma tal dimensão que fez cair grande parte das regulamentações previstas no planejamento territorial: muitas áreas que, originalmente, eram destinadas à agricultura ou residenciais foram completamente absorvidas com o avanço das empresas.

Não somente o ambiente, a saúde, as condições sociais e habitacionais, mas também as economias locais foram comprometidas de modo irreversível pelo crescimento incontrolado do porto industrial. A própria economia da cidade corre o risco de sofrer um golpe duríssimo, se a Corte Administrativa decidisse efetivamente, como declarou, bloquear os 76 novos projetos que pretendiam instalar-se na área.

L'obiettivo thailandese di crescita economica sembra dunque collidere tanto con la qualità della vita, intesa nel suo senso più ampio, di centinaia di migliaia di residenti nella provincia del Rayong, quanto con le possibilità di un'ulteriore crescita industriale. La possibile decisione della Corte ha già inferto un duro colpo al PIB nazionale, ridotto del 4% dalla drastica diminuzione degli investimenti stranieri nell'area portuale ed industriale.

O objetivo tailandês de crescimento econômico parece colidir tanto com a qualidade de vida de milhares de residentes da província de Rayong, compreendida no seu sentido mais amplo, quanto com as possibilidades de um posterior crescimento industrial. A possível decisão da Corte já está impactando no PIB nacional, reduzido em 4%, devido à drástica diminuição dos investimentos estrangeiros na área portuária e industrial.



## DE VILA OPERÁRIA À FAVELA, ACARI, RIO DE JANEIRO.

A construção de um bairro operário em seguida ao desenvolvimento industrial de uma área pode representar um risco: por um lado se poderia criar uma espécie de gueto não integrado com o restante do tecido urbano e, por outro lado, a má gestão deste empreendimento, a falência das indústrias e a consequente perda de propriedade dos terrenos poderia transformar esta área em uma "terra de ninguém" e expô-la, portanto, a uma massiva ocupação ilegal por parte da população mais pobre.

São muitos os casos de vilas operárias brasileiras que geraram a formação de favelas, particularmente no território do Rio de Janeiro.

Um caso emblemático é o do Parque Proletário Acari. No início dos anos 60, o então governador do Estado do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, iniciou uma política de industrialização que pretendia fazer da região de Acari um bairro com uma vila operária para as empresas ali implantadas.

Com a falência das indústrias e o declínio do projeto, a vila operária tornou-se uma favela e moradores mais pobres invadiram os sítios que haviam em volta da vila. (cenário 3) Hoje não há sequer sombra de industrialização ou desenvolvimento para aquela região.

